

SILVÉRIA MARIA RAMOS PALRILHA

CONTRIBUTOS PARA A ANÁLISE
DOS ACTOS ILOCUTÓRIOS EXPRESSIVOS EM PORTUGUÊS

2009



FLUC FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

SILVÉRIA MARIA RAMOS PALRILHA

CONTRIBUTOS PARA A ANÁLISE
DOS ACTOS ILOCUTÓRIOS EXPRESSIVOS EM PORTUGUÊS

Dissertação de Mestrado em Linguística e Ensino, na área de especialização em Linguística Aplicada, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, sob a orientação da Professora Doutora Ana Cristina Macário Lopes.

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

2009

Agradecimentos

Agradeço à Professora Doutora Ana Cristina Macário Lopes a orientação atenta, o comentário rigoroso e a permanente disponibilidade. Agradeço, carinhosamente, a confiança e o incentivo.

Ao Portela e aos amigos que me acompanharam neste percurso, o meu agradecimento.

Resumo

Os actos ilocutórios são considerados por John Searle as unidades mínimas da comunicação linguística. Estudar os actos ilocutórios implica uma análise exaustiva dos recursos linguísticos que convencionalmente os realizam, em cada língua. Por outro lado, dado que nem sempre o falante diz o que quer dizer, ou quer dizer o que diz, o estudo dos actos ilocutórios envolve ainda a complexa análise dos processos de indirectão, uma área de investigação hoje em dia largamente tributária da reflexão pioneira de Grice.

Os actos ilocutórios expressivos são uma das classes de actos ilocutórios propostas por Searle, pouco explorada na literatura disponível. Apresentamo-la aqui estruturada em várias subclasses, com princípios de análise e propostas de sistematização de algumas das variadíssimas estruturas que permitem a sua realização em português: tipos de frase, verbos e expressões performativas e outros recursos de verbalização da modalidade apreciativa.

Terminamos o trabalho com a apresentação de uma proposta de didactização sobre actos ilocutórios expressivos, que poderá ser de alguma relevância, agora que esta temática integra os Novos Programas de Língua Portuguesa para o Ensino Básico.

Abstract

Illocutionary acts are defined by John Searle as the minimal units of linguistic communication. The study of illocutionary acts requires a comprehensive analysis of those language resources that conventionally enact them in each language. On the other hand, since the speaker does not always say what s/he means, or means what s/he says, the study of illocutionary acts also involves a complex analysis of processes of indirection, a research field which is largely indebted to Grice's pioneering reflections.

Expressive illocutionary acts are one of the classes of illocutionary acts proposed by Searle, scarcely explored in the available literature. They are presented here divided into several subclasses, with principles of analysis and proposals for a systematic approach to some of the many structures that perform them in Portuguese: sentence types, performative verbs and phrases, and other resources for verbalizing appreciative modality.

This thesis concludes with a proposal for didacticizing expressive illocutionary acts, which may be relevant for language teaching, now that this subject is part of the New Syllabi of Portuguese Language in Basic Education.

ÍNDICE

Introdução	1
I. Enquadramento teórico: os contributos de J. L. Austin e de J. Searle	5
1. O contributo de Austin	5
1.1. Enunciados constativos vs enunciados performativos	5
1.2. Superação da dicotomia constativos/ performativos	8
1.3. Acto locutório, acto ilocutório, acto perlocutório	10
1.4. Tipologia de actos de fala	12
2. O contributo de Searle	12
2.1. Intenção comunicativa e força ilocutória	13
2.2. Acto de referência/ acto de predicação	16
2.3. Tipologia de actos ilocutórios	18
2.4. Acto ilocutório directo/ acto ilocutório indirecto	22
II. O acto ilocutório expressivo	27
1. Instrumentos de análise do acto ilocutório expressivo	27
1.1. O critério do objectivo ilocutório	27
1.2. O critério do estado psicológico	28
1.3. O critério do conteúdo proposicional	29
1.4. O critério da direcção de ajuste	30
1.5. As condições preparatórias dos actos ilocutórios expressivos	30
1.5.1. A condição factiva	30
1.5.2. O juízo de valor	32
1.5.3. O reconhecimento de papéis	32
2. Actos ilocutórios expressivos: contributos para uma tipologia	33
2.1. Pedir desculpa	35
2.2. Agradecer	39
2.3. Congratular (-se)	41
2.4. Condoer-se	43
2.5. Deplorar, censurar, criticar	44
2.6. Lamentar-se	46
2.7. Dar as boas-vindas	47
2.8. Perdoar	48

2.9. Vangloriar-se	49
2.10. Saudar	50
2.11. Desejar, esperar, almejar	51
2.12. Actos expressivos de gosto	52
2.13. Considerações finais.....	53
III. Alguns suportes básicos dos actos ilocutórios expressivos em português	55
1. Expressões performativas	55
1.1. Verbos e locuções verbais	55
1.1.1. Agradecer e perdoar	57
1.1.2. Felicitar	59
1.1.3. Deplorar e lamentar	60
1.1.4. Gostar	61
1.1.5. Condoer-se e lastimar-se	61
1.1.6. Pedir desculpa	62
1.1.7. Dar as boas-vindas	62
1.2. Frases com sujeito indeterminado assinalado pelo clítico <i>se</i>	63
1.3. Construções com <i>estar</i> e <i>ficar</i>	64
2. Frases exclamativas	67
2.1. Definição do padrão da exclamativa	67
2.2. Exclamativas totais e exclamativas parciais	69
2.2.1. Exclamativas totais	70
2.2.1.1. Construções de exclamativas totais com <i>é que, cá e mesmo</i>	70
2.2.1.2. Perguntas exclamativas	72
2.2.1.2.1. Construções com negação expletiva.....	73
2.2.1.2.2. Construções sem negação expletiva	73
2.2.2. Exclamativas parciais	75
2.2.2.1. Exclamativas-Q (não elípticas)	75
2.2.2.2. Exclamativas parciais elípticas	76
3. Frases optativas	79
3.1. Construções não elípticas	79
3.2. Construções elípticas	80
4. Interjeições	81
4.1. O que é comunicado através das interjeições	81

4.2. Como é que as interjeições comunicam	85
4.3. Considerações finais	87
5. Actos ilocutórios expressivos indirectos?	88
5.1. Dificuldades de padronização: causas e consequências	89
5.2. Frases imperativas que realizam actos ilocutórios expressivos indirectos	89
5.3. Modalidade apreciativa	91
5.3.1. O adjectivo avaliativo	92
5.3.2. O advérbio avaliativo	98
IV. Proposta de didactização	103
1. O acto ilocutório nos <i>Novos Programas de Língua Portuguesa</i> e no <i>Dicionário Terminológico (DT)</i>	103
2. Proposta de trabalho	106
2.1. O acto ilocutório expressivo: 3º Ciclo	106
2.2. O acto ilocutório expressivo: 10º Ano	114
Conclusão	117
Anexo 1	120
Bibliografia e Webliografia	125

Words have two functions: on the one hand to state facts and on the other to evoke emotions.

Bertrand Russell, 1956

Introdução

O presente trabalho nasceu da vontade de aprofundar os conhecimentos sobre a linguagem expressiva, uma linguagem extraordinariamente rica e diversificada. Se é um facto que existem imensas formas de realizarmos pedidos, fazermos promessas, fazermos asserções, é também verdade que existem múltiplas formas de expressarmos o nosso estado psicológico face a uma situação. Para além da curiosidade que nos conduziu à pesquisa sobre os actos ilocutórios expressivos, parecia-nos também necessária uma sistematização das características e dos recursos linguísticos destes actos em Português, pois o trabalho com os alunos do Ensino Básico e Secundário não se compadece com a dispersão de informação verificada neste domínio. Esta dispersão poderá decorrer do carácter polimórfico da expressividade, independentemente da variedade dos elementos paralinguísticos que, normalmente, acompanham os actos ilocutórios expressivos.

Pretende-se com este trabalho contribuir para uma reflexão teórica e aplicada sobre os actos ilocutórios expressivos. Os suportes teóricos que constituem a base do trabalho são as obras de Austin, Searle, Grice e Norrick. O corpus que serviu essa análise é constituído principalmente por exemplos nossos recolhidos informalmente, sobretudo da oralidade, correspondentes ao uso coloquial; quando recorremos a outra fonte, ela está devidamente assinalada.

Os actos ilocutórios expressivos constituem por natureza uma área do “eu”, mas o “eu” na sua interacção com o outro, agradecendo-lhe, pedindo-lhe desculpa, elogiando-o, criticando-o, prestando-lhe apoio, numa cadeia de trocas verbais convencionalizadas pelo uso e pela cultura. Esse carácter convencional dos actos ilocutórios não se limita à leitura que Searle faz das regras constitutivas de cada acto, alarga-se às práticas sociais que rodeiam cada interacção verbal. Assim, será necessário integrar nesta abordagem à troca comunicativa fenómenos culturais como a cortesia, expressa na linguagem, ou melhor, em certos rituais de linguagem. Poderão os actos ilocutórios expressivos de

agradecer, pedir desculpas, saudar, felicitar integrar-se nesse paradigma e funcionar como instrumentos do *princípio de delicadeza*? A proposta de abordagem apresentada por Norrick assenta, de facto, na convicção de que os actos expressivos são instrumentos de socialização, devendo, por isso, ser estudados com base nas suas funções sociais e não na heterogeneidade das emoções que os desencadeiam. Esta perspectiva poderia levar-nos a uma outra leitura dos actos ilocutórios expressivos, não como actos em que o falante expressa apenas um estado psicológico sobre um conteúdo proposicional, mas como actos em que o falante *age* com a intenção de obter do seu interlocutor uma reacção, não meramente verbal, na maior parte dos casos, mas também afectiva. Afinal para que pedimos desculpa? Para sermos perdoados. Para que agradecemos? Para podermos pedir mais. Para que elogiamos? Para seduzirmos e obtermos favores...

Poderiam, então, os expressivos constituir suportes para a realização indirecta de outros actos? Não podemos generalizar, mas muitas das ocorrências dos expressivos podem ser vistas como actos directivos indirectos. Veja-se, por exemplo, o que poderá inferir-se dum enunciado como *Não gosto nada de pessoas que não vão directas ao assunto*, em resposta a uma insinuação. Apesar de estar a manifestar uma opinião suportada por um verbo afectivo e intensificada pela repetição da negação (*não e nada*), o falante pretende levar o seu interlocutor a fazer alguma coisa: a ser directo e pertinente no seu discurso. Poderemos ainda, num outro desenvolvimento, perguntar-nos se o acto ilocutório expressivo ocorre como indirecto. Isto é, se ele pode constituir o acto secundário de um enunciado, ou se os elementos de expressividade e de intensidade são incompatíveis com a indirectão. Como pode o falante ser indirecto quando se expressa através de interjeições, ou de exclamativas, ou repetindo e enfatizando as palavras?

Todos os factores que interferem na descodificação de um acto indirecto, o contexto discursivo, o contexto situacional, os conhecimentos prévios dos falantes, a competência inferencial do interlocutor, deverão ser tidos em conta quando nos propomos analisar actos ilocutórios. Daí que tenhamos optado por uma abordagem inserida na Pragmática, em que os actos de fala são perspectivados como forma de interacção social: “the subject of pragmatics is what takes place on the speaker-hearer axis, that is, verbal exchange taken as an intersubjective activity or social practice. Pragmatics studies what people do with words.” (Récanati 1987: 2)

Nem sempre é possível determinar o que as pessoas pretendem com as palavras, aquilo que, no presente estudo, constitui a força ilocutória dos actos expressivos,

principalmente os de avaliação. Assim, ao longo do trabalho, recorreremos à paráfrase e ao contexto como metodologia para determinação dos valores ilocutórios desses actos. As paráfrases serão sempre indicadas com alínea posterior ao número do exemplo [(1 a), (1 b), etc]. A numeração dos exemplos é reiniciada em cada capítulo e em cada subcapítulo e assinalaremos com * os exemplos agramaticais ou inaceitáveis.

O trabalho está estruturado em quatro capítulos. No primeiro capítulo, expomos alguns conceitos fundamentais da teoria dos actos ilocutórios, partindo de Austin e Searle. Austin criticou a pretensão do positivismo lógico, então dominante na Escola de Oxford, segundo a qual o sentido de um enunciado é função das suas condições de verdade, e fez notar que muitos dos enunciados que proferimos não podem ser submetidos à prova da verdade, uma vez que não faz sentido submetê-los a essa prova, dada a sua dimensão accional. Assim, começa por propor a distinção entre *dizer* e *fazer* coisas com as palavras, estabelecendo uma dicotomia entre enunciados constativos e enunciados performativos. Numa segunda fase da sua reflexão, Austin conclui que todos os enunciados são performativos, podendo sê-lo de forma *explícita* ou *primária*. Generalizada a teoria a todos os actos de fala, propõe-se então a análise do acto de fala nos seus três componentes, para depois se apresentar uma tipologia. Na segunda parte do capítulo, apresentamos alguns princípios básicos da proposta de Searle, nomeadamente a distinção entre *força ilocutória* e *objectivo ilocutório*, as *regras constitutivas* que permitem a realização feliz de um acto ilocutório, e a tipologia searliana. Por fim, exploramos, sumariamente, o conceito de *acto indirecto*, convocando alguns conceitos de Grice fundamentais para a dilucidação desse conceito.

Exposto este quadro teórico, apresentaremos, no segundo capítulo, uma proposta de abordagem do acto ilocutório expressivo. Na primeira parte, aplicamos os critérios e as condições preparatórias de um acto de fala aos actos expressivos, isto é, procuramos circunscrever as suas regras constitutivas; para esta sistematização será essencial o contributo de Norrick 1978, trabalho que define um esquema de análise baseado nas funções sociais destes actos. Na segunda parte do capítulo, teremos já instrumentos de trabalho suficientes para criar uma tipologia de actos ilocutórios expressivos em português, descrevendo-os segundo os princípios teóricos anteriores.

No terceiro capítulo, fazemos incidir todos os princípios de análise apresentados sobre quatro suportes básicos da força ilocutória expressiva em português: as expressões performativas, as frases exclamativas, as frases optativas e as interjeições. Abriremos um segundo momento neste capítulo dedicado a uma reflexão sobre a dificuldade em

encontrar actos expressivos indirectos; essa dificuldade leva-nos a considerar mais produtivo o conceito de enunciados ilocutoriamente híbridos, ou seja, enunciados assertivos em que ocorrem adjectivos e advérbios avaliativos, responsáveis pela inscrição de uma dimensão expressiva que dilui o pendor exclusivamente descritivo da frase declarativa.

O resultado desta reflexão será visível no quarto capítulo, onde se apresenta uma breve proposta de didactização do acto ilocutório expressivo no Ensino Básico e no Secundário. A pedagogia das línguas em geral, e da língua materna em particular, só tem a ganhar quando integra no seu seio uma teoria linguística que engloba a pragmática, isto é, que não separa os enunciados do seu quadro situacional e que considera a análise do comportamento verbal como inseparável da análise do comportamento em geral.

Muito nos agradaria poder apresentar os resultados da aplicação da proposta, mas as limitações de tempo e de disponibilidade profissional impediram-nos de chegar a essa etapa. No entanto, alguns dos exercícios foram testados em aulas de apoio ao 9º ano de escolaridade, o que nos permitiu averiguar da sua exequibilidade. Este quarto capítulo resulta da necessidade de elaborarmos algum material didáctico para o terceiro ciclo do Ensino Básico, agora que os Novos Programas de Língua Portuguesa integram os actos de fala como conteúdo de ensino/aprendizagem.

Why study speech acts? (...) the reason (...) is simply this: all linguistic communication involves linguistic acts (...) speech acts are the basic or minimal units of linguistic communication.

Searle, 1969

I. Enquadramento teórico: os contributos de J. L. Austin e de J. Searle

1. O contributo de J. L. Austin

É Austin que cunha o conceito de acto ilocutório, ao publicar em 1962, *How to do things with words*.

It is time then to make a fresh start on the problem. We want to reconsider more generally the senses in which to say something may be to do something, or in saying something we do something (and also perhaps to consider the different case in which *by* saying something we do something). Perhaps some clarification and definition here may help us out of our tangle. (Austin 1962: 91)

1.1. *Enunciados constativos vs enunciados performativos*

Numa primeira fase da sua teoria, Austin estabelece a diferença entre *dizer* algo e *fazer* algo através das palavras, distinguindo enunciados constativos de enunciados performativos. Os primeiros envolvem proposições que podem ser verdadeiras ou falsas. Os segundos correspondem a acções e, por isso, não estão sujeitos a critérios de verdade/falsidade; são bem sucedidos ou mal sucedidos e às condições que garantem o seu sucesso Austin dá o nome de condições de felicidade. Vejam-se os seguintes enunciados:

(1) São 10 horas na Madeira e 9 horas nos Açores.

(2) Prometo corrigir-te o teste para amanhã.

Nestes dois exemplos, vemos claramente a distinção que Austin pretendeu estabelecer: em (1) descreve-se uma situação, que pode ser verdadeira ou não, em (2) faz-se uma

promessa, que pode cumprir-se ou não. Repare-se que em (1) se *diz* e em (2) se *faz*. *Faz-se* uma promessa, *faz-se* um pedido, *faz-se* uma pergunta, *faz-se* uma ameaça... Portanto, fazemos, de facto, coisas com as palavras.

As condições de felicidade referidas acima são a garantia da realização do enunciado performativo.¹ Austin exemplifica esta situação com o acto do casamento: para que seja válido não basta que os noivos digam o ‘sim’, é necessário que se verifique uma série de condições legais que determinarão a validade do acto realizado. Essas condições de validade introduzem na análise do acto linguístico factores exteriores à própria linguagem, como “onde”, “a quem”, “quando”, “com que intenções se diz”, etc. A noção de enunciado performativo é, pois, indissociável das relações interlocutivas que os falantes estabelecem entre si e de todo o contexto em que ocorrem as trocas conversacionais. O sentido de uma frase é o resultado da combinação de todos esses factores. Austin define seis regras para a realização feliz de um enunciado performativo:

- 1) There must exist an accepted conventional procedure having a certain conventional effect, that procedure to include the uttering of certain words by certain persons in certain circumstances, and further,
 - (A. 2) the particular persons and circumstances in a given case must be appropriate for the invocation of the particular procedure invoked.
 - (B. 1) The procedure must be executed by all participants both correctly and
 - (A. 2) completely.
 - (B. 1) Where, as often, the procedure is designed for use by persons having certain consequential conduct on the part of any participant, then a person participating in and so invoking the procedure must in fact have those thoughts or feelings, and the participants must intend so to conduct themselves, and further
 - (C. 2) must actually so conduct themselves subsequently. (Austin 1962:15)

O reconhecimento, por parte dos participantes, do procedimento convencional e circunstancial, conforme à condição de sinceridade e implicando um comportamento futuro, é, para Austin, a base do acto linguístico. A não observância de qualquer destas regras implica o insucesso do acto pretendido: pode gerar-se um acto nulo (“misfire”) ou

¹ Austin caracteriza os enunciados performativos dizendo que “the uttering of the sentence is, or is a part of, the doing of an action, which again would not normally be described as, or as ‘just’, saying something.” (1962: 5)

um abuso (o locutor não foi sincero, não tinha a intenção de corresponder às suas palavras). Exemplos comuns para a ilustração destes casos são o do juiz que tem a autoridade para ‘declarar aberta a sessão’, e que, ao fazê-lo, realiza um acto com sucesso, e o do guarda presente na sala que, se usar essas mesmas palavras, pode até incorrer em ofensa ao tribunal; neste caso, o acto é nulo. O acto em apreço, porque puramente institucional, consiste numa fórmula que, descontextualizada, perde o seu sentido; basta que uma criança no seu quarto, frente aos seus brinquedos, a enuncie, para nos provar que muitas das coisas que fazemos com as palavras não são actos bem sucedidos, embora nos permitam criar a ficção, brincar com as palavras. A jura que fazemos com os dedos cruzados atrás das costas não é um acto nulo, mas é um abuso da fórmula, leva à quebra do compromisso² que se realiza entre o falante e o seu interlocutor. Para além destas circunstâncias que bloqueiam o sucesso de um acto ilocutório, também outros impedimentos podem surgir, relacionados com as condições físicas que rodeiam o acto³ ou simplesmente com a incorrecta interpretação do que foi dito por parte do interlocutor.⁴

Num segundo momento da sua reflexão, Austin vai questionar as diferenças entre constativos e performativos. Propõe então, para além da dimensão de verdade característica das asserções, outros parâmetros de análise de um enunciado constativo: a pressuposição, a implicação e o dar a entender – três parâmetros que podem conduzir a uma asserção não plena, sem que seja falsa ou completamente absurda. Quando afirmo “Os filhos do João são louros”, ou “Os filhos do João não são louros”, em ambos os casos pressuponho que o João tem filhos e dou a entender que acredito nesses factos. Se o João não tiver filhos, quer a afirmação, quer a negação são nulas, defectivas: tem que se verificar, *a priori*, a proposição *O João tem filhos*.⁵ Ora esta pressuposição acerca da existência de referentes é idêntica a uma das condições de felicidade dos enunciados performativos. Com efeito, um enunciado do tipo *João, fecha a janela*, realiza um acto ilocutório que pressupõe a existência de uma janela aberta e a presença de um *João* habilitado a fechá-la. Por outro lado, afirmar “Os filhos do João são louros, mas eu não creio que o sejam” também não é aceitável, já que ao asserir *p* eu dou a entender que acredito em *p*, pois não posso afirmar uma coisa e pensar outra. Assim, a asserção

² Austin, 1989: 45.

³ A garrafa que não se parte contra o casco do navio a inaugurar, a voz do professor que não se ouve quando quer dar início à aula, etc.

⁴ Por exemplo o jovem que responde à queixa da namorada sobre o incumprimento da promessa de não demorar com “Eu disse que voltava, mas não disse quando.”

⁵ Como vemos, a pressuposição não é afectada pela afirmação ou negação do enunciado.

implícita a crença no que afirmo: a falta de sinceridade levará à anulação do acto. O mesmo acontece com as promessas, os avisos, as felicitações: quando digo que prometo *p*, dou a entender que tenho a intenção de cumprir *p*. A falta de sinceridade levará, uma vez mais, à anulação do acto.

Então, como distinguir performativos de constativos? E terá alguma utilidade continuar a distingui-los?

1.2. *Superação da dicotomia constativos/performativos*

Austin conclui que não há, de facto, diferença substancial entre enunciados constativos e enunciados performativos:

We must consider the total situation in which the utterance is issued – the total speech-act – if we are to see the parallel between statements and performative utterances, and how each can go wrong. So the total speech-situation is emerging from logic piecemeal as important in special cases: and thus we are assimilating the supposed constative utterance to the performative. (Austin 1962: 52)

A dicotomia é superada e emerge então uma Teoria Geral dos Actos de Linguagem. Austin acabará por defender a generalização da natureza accional de toda a linguagem, concluindo que as condições de validade ou de felicidade dos enunciados performativos são igualmente pertinentes na análise dos constativos.⁶ Ao centrar a sua atenção na performatividade dos enunciados, Austin separa os performativos “normais”, explícitos, dos primários. O enunciado performativo explícito contém marcas evidentes da acção que está a ser realizada (por exemplo, o uso do verbo performativo). Atente-se nos seguintes exemplos:

(3) *Prometo* que trago os testes corrigidos amanhã.

(4) *Juro* que nunca mais te minto.

⁶ Searle clarificará este facto da seguinte forma: “Making a statement is as much performing an illocutionary act as making a promise, a bet, a warning or what have you. Any utterance will consist in performing one or more illocutionary acts.” (Searle 1979: 18)

Nestes dois enunciados, a acção coincide com a verbalização da garantia/promessa de que algo vai ser cumprido pelo locutor. Distinguem-se assim dos enunciados performativos primários, em que não fica claramente definida a acção que está a ser realizada. Nestes, caberá ao alocutário inferir as intenções do locutor ao produzi-los. Vejam-se os exemplos (5) e (6):

(5) Trago os testes corrigidos amanhã.

(6) Nunca mais te minto.

Ao enunciar (3) ou (5), e (4) ou (6), o locutor poderá, ou não, estar a realizar o mesmo acto illocutório, e isto porque a sua intenção não está expressa num performativo primário, em (5) e (6). Repare-se como a omissão do verbo performativo interfere na pragmática do enunciado, pois parece mais fácil negar uma vontade declarada num enunciado performativo primário do que num explícito:

(7) *Prometo que te compro a boneca, mas isto não é uma promessa.

(8) ?Eu compro-te a boneca, mas isto não é uma promessa.

Os enunciados com o verbo performativo expresso apresentam valores diferentes dos dos enunciados com o verbo subentendido: o primeiro manifesta uma maior explicitude que resultará num maior comprometimento do locutor relativamente à vontade expressa.

Holtgraves (2005: 2024) dá-nos conta de três experiências realizadas com o objectivo de testar a eficácia comunicativa dos performativos primários:

The present research examined how people perform and perceive implicit performatives, i.e., speech acts that do not contain the performative verb. In Experiment 1 participants were asked how they would perform various speech acts (e.g., beg, brag, blame) when they could not use the performative verb. Consistent with speech act theory, utterances were frequently performed by referencing the relevant felicity conditions for the appropriate illocutionary points. Experiments 2 (using a sorting task) and 3 (using a rating task) examined the psychological reality of Searle's [Searle, John, 1979. *Expression and*

Meaning. Cambridge University Press, Cambridge] speech act classification scheme. Both experiments suggest that people tend to group implicit performatives in terms of their underlying emotional valence (a perlocutionary effect) rather than their illocutionary points.

A explicitação do performativo assegura, pois, melhores condições para a realização de um acto ilocutório feliz.

Um verbo performativo é aquele que, quando conjugado na primeira pessoa do singular do presente do indicativo, permite designar o acto ilocutório que está a ser praticado pelo falante. Exemplos desses verbos são, entre outros: *pedir, ordenar, prometer, avisar, convidar*. Quando o verbo performativo se flexiona no passado - *Prometi corrigir-te o teste para amanhã* - o enunciado passa a ser uma asserção com valor descritivo. Conclui-se, então, que os enunciados performativos explícitos se apresentam no presente do indicativo e que alterar o tempo do verbo altera a dimensão performativa do enunciado. Acontecerá o mesmo com os outros elementos: a primeira pessoa do singular e a voz activa?

Vejamos estes dois enunciados, mais comuns no registo escrito:

(9) Promete-se uma recompensa a quem apanhar mais lixo do chão.

(10) Os professores são convidados a acompanhar os seus alunos à sessão.

Em (9) usa-se um sujeito indeterminado, em (10) a voz passiva e os enunciados continuam a realizar de forma clara uma promessa e um convite, respectivamente. Concluimos, então, que não existe uma forma única de enunciar um performativo explícito: embora tipicamente apresentem o verbo na primeira pessoa do singular, no presente do indicativo e na voz activa, podem também ocorrer na terceira pessoa, com sujeito indeterminado, ou na voz passiva.

1.3. *Acto locutório, acto ilocutório e acto perlocutório*

Ultrapassada a dicotomia performativo/constativo, Austin procura analisar os actos que realizamos quando falamos, apresentando três novos conceitos: acto locutório, ilocutório e perlocutório.

O acto locutório corresponde à produção do enunciado segundo as regras gramaticais da língua (este nível é estudado pela sintaxe e pela semântica). O acto ilocutório é a realização, a materialização do enunciado em pedido, pergunta, asserção, etc (este domínio é estudado pela pragmática). O acto perlocutório é o efeito produzido pelo enunciado no interlocutor – ofensa, dissuasão, convencimento, etc. Como não controlamos o efeito da nossa fala no outro, é difícil estudar este acto. Muitas vezes, o efeito que produzimos não corresponde à nossa intenção comunicativa. Devemos então distinguir entre o objectivo ilocutório pretendido e o acto perlocutório realizado. Vejam-se os exemplos (11) a (13):

(11) Sai da sala!

(12) Peço-te que saias da sala.

(13) Ordeno-te que saias da sala.

O objectivo ilocutório é o mesmo nestes três enunciados, mas o acto perlocutório dependerá de factores como o reconhecimento da autoridade do locutor, o dever de obediência por parte do alocutário, etc.⁷ Embora visando o mesmo efeito, a posição assumida pelo locutor é diferente nas frases (12) e (13): diremos então que a força ilocutória não é a mesma num pedido e numa ordem. Podemos dizer que esta tripartição dos actos, locutório, ilocutório e perlocutório, é meramente teórica, porque, de facto, eles realizam-se todos em simultâneo.

Retomamos, em síntese, alguns aspectos fundamentais da teoria de Austin: (i) a rejeição da dicotomia enunciados constativos/enunciados performativos e a generalização de uma perspectiva performativa a todos os actos de fala; (ii) a avaliação dos actos em termos de condições de felicidade; (iii) a consideração do carácter explícito ou primário⁸ dos actos de fala; (iv) a definição de três componentes ou sub-actos de um acto de fala: o locutório, o ilocutório e o perlocutório.

⁷ Assustar, convencer, seduzir, dissuadir, persuadir, importunar, são exemplos de verbos que designam actos perlocutórios, explicitando um efeito suscitado por um acto ilocutório.

⁸ “The old distinction, however, between primary and explicit will survive the sea-change from the performative/ constative distinction to the theory of speech-acts quite successfully” (Austin 1962: 150).

1.4. Tipologia de actos de fala

Com base nestes princípios, Austin cria uma tipologia de actos de fala estruturada em cinco grandes classes: os veridictivos (actos que anunciam veredictos - normalmente relacionados com actos judiciais), cujos verbos performativos poderão ser *condenar*, *absolver* e *decretar*; os exercitivos (actos que visam influenciar a conduta do alocutário através de ordens, por exemplo, o locutor exerce os poderes de que está investido, com acções como: *designar*, *ordenar*, *nomear*, *demitir*); os promissivos (actos que realizam promessas, ameaças ou compromissos, tal como fica expresso nos verbos *prometer*, *estar decidido a*, *pretender*, *projectar*, *jurar*); os comportamentativos (actos relacionados com atitudes e comportamentos sociais, constituem um grupo bastante heterogéneo, destacando-se os actos de *desafiar*, *congratular*, *pedir desculpa*, *dar os pêsames*, *cumprimentar*, *desejar as boas-vindas*, *agradecer*, *deplorar*, *felicitar*); os expositivos (actos a partir dos quais realizamos uma exposição, estão directamente relacionados com o diálogo ou interlocução linguística, com exemplos como *afirmar*, *negar*, *argumentar*, *concordar*, *dizer*, *relatar*, *identificar*, *informar*).

2. O contributo de John Searle

Também John Searle defende uma teoria accional da linguagem:

A theory of language is a theory of action, simply because speaking is a rule-governed form of behavior. Now, being rule-governed, it has formal features which admit of independent study. But a study purely of those formal features, without a study of their role in speech acts, would be like a formal study of the currency and credit systems of economies without a study of the role of currency and credit in economy transactions. A great deal can be said in the study of language without studying speech acts, but any such purely formal theory is necessarily incomplete. It would be as if baseball were studied only as a formal system of rules and not as a game (Searle 1969: 17).

A teoria dos actos discursivos de J. Searle (1969) é uma de entre as várias revisões a que foi submetida a teoria de Austin, mas é, provavelmente, a mais importante. Searle critica a teoria de Austin (1962) por lhe parecerem indeterminadas, pouco definidas, as fronteiras

entre as diferentes classes de actos de fala e por não ter sido apresentado um princípio de classificação, pois Austin não chega a demarcar o acto ilocutório do verbo ilocutório.

2.1. *Intenção comunicativa e força ilocutória*

Enquanto Austin propunha três efeitos para o acto ilocutório (compreensão do enunciado, efeito convencional assente num acordo intersubjectivo e provocação de uma resposta), a nova proposta considera apenas um: o reconhecimento da intenção comunicativa do falante. Segundo Searle, a intenção comunicativa do falante determina a força ilocutória e o tipo de acto ilocutório. Searle considera a força ilocutória um elemento do significado, enquanto Austin diferenciava estes dois aspectos.

A força ilocutória, expressa numa série de suportes convencionais conhecidos dos intervenientes no acto comunicativo, assegura a realização do acto ilocutório correspondente à intenção do falante. As frases (quando literais e sinceras) contêm marcadores da força ilocutória que sinalizam as intenções do falante. Searle defende que todas as frases contêm esses marcadores, até uma frase só de uma palavra, como “Sim” (Searle 1969: 19). Para ilustrar esta sua perspectiva, apresenta categorias gramaticais tradicionais como indicadores da força ilocutória, por exemplo, os tipos de frase - declarativa, interrogativa, exclamativa e imperativa -,⁹ a ordem das palavras na frase, o contorno entoacional, a pontuação, o modo verbal e os verbos performativos (Searle 1969: 30), propriedades da forma linguística do enunciado.

A leitura destes sinalizadores da força ilocutória permitirá ao interlocutor a interpretação da intenção do falante. A presença destes suportes é a garantia de que ambos os intervenientes jogam o jogo da comunicação segundo as regras estabelecidas. Não podemos dizer *o dia está quente* e esperar que o interlocutor compreenda que queremos dizer que *amanhã vamos visitá-lo*. Por isso, Searle valoriza a intenção do falante na realização do acto ilocutório, mas relaciona-a com a escolha dos meios linguísticos adequados que suportam essa intenção.

⁹ In Searle's terms: "[N]o sentence is completely force-neutral" (AoLaIA, p. 267). Searle does not provide much by way of reasons why we should believe his claim. The nearest he comes to an argument is with reference to traditional grammatical categories: *Every sentence has some illocutionary force potential if only of a very broad kind, built into its meaning. For example, even the most primitive of the old-fashioned grammatical categories of indicative, interrogative, and imperative sentences already contain determinants of illocutionary force.* (AoLaIA, p. 267) The point of Searle's argument seems to be this: In order to be "indicating" a certain illocutionary act type, a sentence need not necessarily contain any of the devices which, for example, Austin would have viewed as "explicit" devices, like "I hereby promise" or "I hereby state". There are devices which "indicate" a certain illocutionary act type although they do not make it explicit. (Dörge 2004: 167)

Neste sentido, opõe-se a Paul Grice (1913-1988), que centraliza a sua abordagem do “dizer” no “querer dizer”. Para Grice, a intenção primária de um acto illocutório envolve o seu efeito perlocutório, por exemplo pretender que o interlocutor faça algo (no caso das ordens e pedidos), ou que acredite em algo (no caso das asserções):

Grice's original analysis

Speaker *S* means *nn* something by *X* =

(a) *S* intends (*i*-1) the utterance *U* of *X* to produce a certain perlocutionary effect *PE* in hearer *H*.

(b) *S* intends *U* to produce *PE* by means of the recognition of *i*-1. (Searle 1969: 49)

Portanto, o significado (“meaning”) reside na intenção comunicativa do falante, corresponde àquilo que ele quer dizer. A compreensão, por parte do interlocutor, envolve o reconhecimento dessa intenção. Searle acusa Grice de escamotear uma dimensão fundamental da análise do sentido: a convencionalidade, a relação entre o sentido pré-convencionalizado daquilo que dizemos e aquilo que queremos dizer ao dizer algo: “[Grice's analysis of "meaning"] fails to account for the extent to which meaning can be a matter of rules or conventions. This account of meaning does not show the connection between one's meaning something by what one says, and what that which one says actually means in the language.” (Searle 1969: 43) O que queremos dizer com um enunciado depende essencialmente do significado convencional do material linguístico utilizado: “In effect, the account says that saying something and meaning it is a matter of intending to perform a perlocutionary act. In the examples Grice gives, the effects cited are invariably perlocutionary. I wish to argue that saying something and meaning it is a matter of intending to perform an illocutionary act.” (Searle 1969: 46)

Searle ilustra esta perspectiva com o exemplo da saudação: “When I say "Hello" and mean it, I do not necessarily intend to produce or elicit any state or action in my hearer other than the knowledge that he is being greeted. But that knowledge is simply his *understanding* what I said, it is not an additional response or effect.” (*ibidem*) Ou seja, *aquilo que dizemos* tem o sentido que lhe damos e o sentido que tem na língua, “meaning is more than a matter of intention, it is also at least sometimes a matter of convention (...) in our analysis of illocutionary acts, we must capture both the intentional and the conventional aspects and especially the relationship between them.” (p. 45).

Tudo o que dizemos produz efeitos, não há comunicação *per se*. Mas esses efeitos estão condicionados *a priori* pelas escolhas que fazemos do material que usamos para *dizer*. Além disso, esse material está convencionalmente organizado segundo regras e os actos illocutórios, enquanto unidades mínimas de comunicação linguística, dependem dessas convenções para serem “felizes”. Na nossa perspectiva, a proposta de Searle sobre as regras constitutivas dos actos illocutórios, que definem o próprio acto illocutório, tal como as regras de um jogo constituem o próprio jogo, vem completar a condição de Austin de que o acto de fala, regulado por regras convencionais (não naturais), tem efeitos convencionais. As regras constitutivas não são reguladoras, como o são, por exemplo, as de etiqueta, mas definem intrinsecamente o jogo que instituem: “[M]any rules of etiquette regulate inter-personal relationships which exist independently of the rules. But constitutive rules do not merely regulate, they create or define new forms of behavior. The rules of football or chess, for example, do not merely regulate playing football or chess, but as it were they create the very possibility of playing such games. The activities of playing football or chess are constituted by acting in accordance with (at least a large subset of) the appropriate rules.” (Searle 1969: 33)

Realizar actos de fala implica, pois, o domínio de regras que assegurarão a própria realização desses actos, com a garantia de que o interlocutor está integrado nesse jogo. A definição de regras constitutivas para a realização de certos actos illocutórios permitirá uma análise mais rigorosa dos actos de linguagem, estabelecendo padrões e regularidades, e acabará por contribuir para os diferenciar, pois “for many kinds of illocutionary acts there must be some conventional device or other for performing the act, because the act can be performed only within the rules and there must be some way of invoking the underlying rules. For the case of promises and statements there must be some conventional elements the utterance of which counts as an undertaking of an obligation or the commitment to the existence of some state of affairs in order for it to be possible to perform such speech acts as promising or stating.” (Searle 1969: 40). As regras constitutivas que subjazem ao acto illocutório correspondem às *condições de felicidade* do acto. Portanto, o falante deve garantir que estão asseguradas as condições necessárias para a realização do acto illocutório, cumprindo as regras que o definem. Searle apresentou quatro condições de felicidade: a *condição preparatória*, a *condição de sinceridade*, a *condição de conteúdo proposicional* e a *condição essencial*. Para um acto como *agradecer*, o falante deve assegurar-se de que agradece uma acção da qual é beneficiário (esta é a condição preparatória); deve certificar-se de que a enunciação de

Muito obrigado, por exemplo, é adequada para expressar uma proposição do tipo *eu estou agradecido* por x (esta é a condição do conteúdo proposicional); o estado psicológico deve corresponder ao reconhecimento expresso no enunciado (esta é a condição de sinceridade). O falante terá também de ter a intenção, quando realiza o acto de agradecimento, de que essa enunciação conte como a expressão de um estado de espírito de reconhecimento face à acção do interlocutor que desencadeou a elocução (como esta condição explicita a essência do acto illocutório que está a ser praticado, chama-se-lhe condição essencial).

Em conclusão, podemos dizer que uma abordagem mais “convencionalista” dos actos de fala permite explicar a produtividade e a sistematicidade da linguagem e os usos convencionais de muitas elocuições. Mas perde de vista os aspectos não convencionais dos processos comunicativos e não dá conta do papel desempenhado pelas intenções dos comunicadores e das inferências contextuais realizadas pelos destinatários no processo interpretativo. Será por esta razão que Searle, mais tarde, em 1979, recuperará a teoria griceana para poder explicar os actos illocutórios indirectos, aqueles que não se apoiam em regras, nem convenções, mas que atingem o seu objectivo illocutório através das implicaturas. Para Grice, a compreensão dos enunciados implica reconhecer as intenções que lhe subjazem; claro que há codificação na comunicação linguística, mas o conteúdo linguisticamente codificado de um enunciado é apenas o pontapé de saída para os processos inferenciais conduzidos pelas expectativas de relevância.

2.2. Acto de referência/ acto de predicação

Como ficou dito, Searle não adopta a noção de *acto locutório* de Austin: “I employ the expression “illocutionary act” with some misgivings, since I do not accept Austin’s distinction between *locutionary* and *illocutionary* acts” (Searle 1969: 23). Em “Austin on Locutionary and Illocutionary Acts”,¹⁰ Searle classifica-o de supérfluo, porque não podemos dizer algo sem que, ao mesmo tempo, estejamos a realizar um acto illocutório. Assim todos os actos locutórios são já actos illocutórios.¹¹ Não é possível dizer “Eu prometo” e ao mesmo tempo não realizar o acto de prometer.

No entanto, considera pertinente a distinção do acto perlocutório como contrapartida do illocutório: “Correlated with the notion of illocutionary acts is the notion of the consequences or *effects* such acts have on the actions, thoughts, or beliefs, etc., of

¹⁰ *Apud* Dörge 2004: 77.

¹¹ Para Searle o acto illocutório é o acto de fala completo.

hearers. For example, by arguing I may *persuade* or *convince* someone, by warning him I may *scare* or *alarm* him, by making a request I may *get him to do something*, by informing him I may *convince him (enlighten, edify, inspire him, get him to realize)*. The italicized expressions above denote perlocutionary acts.” (Searle 1969: 25) Muito interessante nesta análise do acto perlocutório é a distinção que se deve estabelecer entre aquilo que pretendemos que o outro faça (o nosso objectivo illocutório) e aquilo que o nosso enunciado produz nele (o acto perlocutório), e que pode ser, ou não, o que pretendíamos. Searle é muito claro nessa distinção, referindo que os verbos illocutórios não têm associados efeitos específicos,¹² pois quando praticamos o acto de perguntar podemos levar o outro não a responder, mas a fugir, por exemplo.

Austin identificara três componentes na realização de um acto de fala (locutório, illocutório e perlocutório). Searle propõe-nos seis: “the utterance act, the act of referring, the act of predicating, the act of "expressing" a proposition, the illocutionary act, and the perlocutionary act.” (Dörge 2004: 77) Para os explicar, Searle fornece-nos os exemplos seguintes:

1. Sam smokes habitually.
2. Does Sam smoke habitually?
3. Sam, smoke habitually!
4. Would that Sam smoke habitually! (Searle 1969: 22)

Quando enunciamos uma destas quatro frases, estamos a realizar diferentes actos: o mais básico de todos eles é o que consiste em produzir "a sentence formed of words in the English language", que Searle chamou “the *utterance act*” (Searle 1969: 23). O falante está "merely mouthing words". Corresponderá ao que Austin chamou de acto locutório. Mas, simultaneamente, um segundo acto é realizado: “[...] the speaker *refers to* or mentions or designates a certain object Sam, and he predicates the expression "smokes habitually" (or one of its inflections) of the object referred to. Thus we shall say that in the utterance of all four the reference and predication are the same, though in each case the same reference and predication occur as part of a complete speech act which is different from any of the other three.” (*Ibidem*) Temos, então, mais dois actos quando

¹² “For many, perhaps most, of the most important illocutionary acts, there is no essential perlocutionary intent associated by definition with the corresponding verb, e.g. statements and promises are not by definition attempts to produce perlocutionary effects in hearers” (Searle 1979: 3).

pronunciamos aquelas frases: o *acto de referência* a objectos e o *acto de predicação*, que se realizam em simultâneo. Da conjunção destes dois actos, surge o *acto proposicional*. Diz Searle, um pouco laconicamente, “ Referring and predicating = performing *propositional acts*”. (1969: 24) O acto proposicional também pode ser descrito como o acto de expressar uma proposição. Se alguém diz “... that Napoleon died at Elba” (sob certas condições e com determinadas intenções) estará a realizar um acto proposicional: ao referir-se a Napoleão, faz um acto referencial, e ao dizer que morreu em Elba, realiza o acto de predicar. O acto proposicional é a expressão combinada destes dois actos. Temos ainda a considerar o “*illocutionary act*”. Searle alega que na enunciação de frases, para além da expressão de proposições, os falantes realizam actos de perguntar, dar ordens, etc. Searle refere-se explicitamente a Austin como o criador desta noção: “We thus detach the notions of referring and predicating from the notions of such complete speech acts as asserting, questioning, commanding, etc., and the justification for this separation lies in the fact that the same reference and predication can occur in the performance of different complete speech acts. Austin baptized these complete speech acts with the name “illocutionary acts”, and we shall henceforth employ this terminology.” (1969: 23)

Quanto ao acto perlocutório, lembremos que Searle concorda com a proposta de Austin de que se verifica uma contrapartida do acto ilocutório, que é o acto perlocutório, já apresentado. O “speech act” caracteriza-se como um acto que consiste na enunciação de frases, e que só se realiza efectivamente se as circunstâncias que o rodeiam forem as adequadas e se o falante seleccionar adequadamente os recursos linguísticos convencionais que viabilizam a expressão da sua intenção comunicativa.

2.3. *Tipologia de actos ilocutórios*

Definido o quadro teórico searliano sobre a constituição dos actos ilocutórios, passemos à sua proposta de tipologia. A tipologia dos actos de fala construída por Searle baseia-se essencialmente em três parâmetros de análise: o objectivo ilocutório, a direcção de ajuste entre palavras e mundo e a condição de sinceridade.¹³

Diferentes classes de actos ilocutórios pressupõem diferentes objectivos ilocutórios. Este critério consiste na intenção com que o enunciado é produzido. Apesar da sua relevância, este critério seria insuficiente para identificar um acto ilocutório, pois, nas palavras de Searle:

¹³ “These three dimensions – illocutionary point, direction of fit and sincerity condition – seem to me the most important, and I will build most of my taxonomy around them” (1979: 5).

If we adopt illocutionary point as the basic notion on which to classify uses of language, then there are a rather limited number of basic things we do with language: we tell people how things are, we try to get them to do things, we commit ourselves to doing things, we express ourselves to doing things, we express our feelings and attitudes and we bring about changes through our utterances. Often we do more than one of these at once in the same utterance. (Searle 1979: 29)

Quanto ao critério da direcção de ajuste entre palavras e mundo, ele pode ser visto sob duas perspectivas: por um lado, assenta na nossa preocupação em fazer corresponder o que dizemos com a realidade. Por exemplo, quando fazemos descrições, pretendemos que haja uma conformidade entre a descrição e a situação referida – aqui a direcção de ajuste é das palavras ao mundo. Por outro lado, quando o que dizemos não tem correspondência no mundo real, por exemplo quando fazemos uma promessa, quando damos uma instrução, a direcção de ajuste é do mundo às palavras, pois pretendemos que o mundo venha a ser como as nossas palavras o representam.

Relativamente ao critério da sinceridade, podemos dizer que prometer, pedir, afirmar exprimem uma intenção de fazer algo, uma vontade de fazer algo, ou ainda a crença de que é verdadeiro aquilo que se afirma; sem esta relação de conformidade entre o estado psicológico do falante e aquilo que diz, haverá um abuso de fórmula. Com base essencialmente nestes critérios, Searle estabeleceu seis grandes classes de actos de fala: actos ilocutórios assertivos, directivos, compromissivos, expressivos, declarativos e declarações assertivas, que procuraremos caracterizar sumariamente.

Nos actos assertivos, o objectivo ilocutório consiste em relacionar o falante com a verdade do que diz. O falante fica, portanto, comprometido, em maior ou menor grau, com a proposição expressa. Repare-se na diferente força ilocutória destes enunciados, que sugerem diferentes graus de comprometimento do locutor face à veracidade da proposição expressa:

(14) Vai chover.

(15) Penso que vai chover.

As proposições expressas em enunciados que realizam actos assertivos podem ser avaliadas segundo o critério verdadeiro/falso. O estado psicológico é o da crença e a direcção será palavra-mundo.¹⁴

Nos actos directivos, o objectivo illocutório é levar o interlocutor a praticar uma acção: “They may be very modest ‘attempts’ as when I invite you to do it or suggest that you do it, or they may be very fierce attempts when I insist that you do it.” (Searle 1979: 13). Os pedidos, as ordens, as instruções, os avisos, os conselhos incluem-se nesta classe. Embora sempre com o mesmo objectivo illocutório, também aqui a força illocutória pode ser diferente:

(16) Sai da sala!

(17) Por favor, sai da sala.

O estado psicológico subjacente a estes actos é a vontade ou o desejo que exercemos sobre o outro e a direcção de ajuste é mundo-palavra.¹⁵

Nos actos compromissivos, o objectivo illocutório é comprometer o locutor com a realização da proposição expressa. No acto, o locutor manifesta a sua intenção de praticar uma acção:

(18) Prometo que trago os testes corrigidos amanhã.

(19) Garanto que vos ponho de castigo, se não fizerem o TPC.

Tal como os actos directivos, os compromissivos são manifestações de vontade e a direcção de ajuste é mundo-palavra, por isso Searle diz “since the direction of fit is the same for commissives and directives, it would give us a more elegant taxonomy if we could show that they are members of the same category. I am unable to do this because whereas the point of a promise is to commit the speaker to doing something (and not necessarily to try to get himself to do it) the point of a request is to try to get the hearer to do something

¹⁴Aqui se incluem muitos dos actos veridictivos de Austin, acusar, confessar, e também os expositivos, como argumentar, concordar, informar...

¹⁵Ordenar, pedir, proibir, desafiar, suplicar, permitir são exemplos dos exercitivos e dos comportamentativos de Austin que Searle inclui nesta classe.

(and not necessarily to commit or obligate him to do it)” (1979: 14).¹⁶ Mais uma vez podemos verificar que, embora o objectivo ilocutório seja o mesmo em diferentes actos (comprometer o locutor com a realização de algo), uma força ilocutória diferente permitirá distinguir graus de comprometimento do falante:

(20) Juro que trago os testes corrigidos amanhã.

(21) Prometo trazer os testes corrigidos amanhã.

(22) Amanhã trarei os testes corrigidos.

Nos actos expressivos, o objectivo ilocutório é expressar o estado psicológico do locutor acerca de um estado de coisas referido no conteúdo proposicional. Constituindo este tipo de actos o objecto de estudo do nosso trabalho, será analisado com mais profundidade no próximo capítulo.

Finalmente, nos actos declarativos, o objectivo ilocutório é promover à existência o conteúdo do enunciado. Se a declaração for bem sucedida, “brings about the correspondence between the propositional content and reality, successful performance guarantees that the propositional content corresponds to the world” (Searle 1979: 16). Portanto, a direcção de ajuste é mundo-palavra, pois as palavras vão criar um novo estado de coisas, como nos exemplos seguintes:

(23) Eu vos declaro marido e mulher.

(24) O João foi eleito delegado de turma com dez votos.

Estas realidades não existiam antes de serem ditas. Mas repare-se que, ao passarem a existir, as proposições expressas poderão, então, ser consideradas verdadeiras; portanto a direcção também é palavra-mundo, porque a proposição expressa é uma representação do novo estado de coisas. Este carácter duplo dos declarativos bem sucedidos fá-los partilhar algumas marcas dos actos directivos e dos assertivos: visam a produção de um novo estado de coisas (directivos) e a proposição expressa pode avaliar-se como verdadeira

¹⁶ Exemplos de actos compromissivos são: prometer, comprometer-se (a), jurar (fazer algo), ameaçar, recusar...

(assertivos). A condição do estado psicológico do falante não existe neste tipo de actos, pois o falante ao realizar um acto declarativo, só tem que dizer as palavras apropriadas às circunstâncias.¹⁷

Relativamente às declarações assertivas, são muito semelhantes aos actos declarativos, mas o envolvimento do locutor naquilo que expressa é maior, pois ele relaciona-se com a verdade daquilo que ele próprio expressa no seu enunciado (*Declaro o réu culpado das acusações que lhe são imputadas*).

2.4. Acto ilocutório directo/ acto ilocutório indirecto

Tal como referimos em 2.1., a identificação da intenção do falante nos actos ilocutórios é imediata se a força ilocutória estiver expressa nos suportes convencionais: o verbo performativo, o tipo de frase, o modo verbal, a ordem das palavras na frase, a pontuação. Se a intenção do falante não coincidir com a força expressa nesses marcadores convencionais, estamos perante um acto ilocutório indirecto. Na perspectiva de Searle, estes actos exprimem-se através de uma estrutura que literalmente corresponderia à execução de um outro acto. O valor primitivo, literal, que lhes está associado habitualmente é desvalorizado em proveito de um valor derivado que toma a primazia. A indirectão resulta do desacordo entre o acto de fala efectivamente realizado e os indicadores de força ilocutória, por exemplo, o tipo de frase. Um acto de fala *está ao serviço* de outro que, por sua vez, não é literal e requer um processamento inferencial, e é este outro, a que se acede através da inferência, que configura a intenção comunicativa do falante. É este o principal.

We may, therefore, further say that the secondary illocutionary act is literal; the primary illocutionary act is not literal. Let us assume that we know how X understands the literal secondary illocutionary act from the utterance of the sentence. The question is, *How does he understand the nonliteral primary illocutionary act from understanding the literal secondary illocutionary act?* (...) The inferential strategy is to establish, first, that the primary illocutionary point departs from the literal, and second, what the primary illocutionary point is. (...) That apparatus includes mutual background information, a theory of speech acts, and certain general principles of conversation. (Searle 1979: 35)

¹⁷ Exemplos poderão ser alguns exercitivos de Austin, como nomear, declarar e outros como despedir alguém do emprego, baptizar, excomungar, demitir-se...

Assim, o acto ilocutório que surge no discurso do falante como indirecto é descodificado pelo interlocutor como principal. Este exercício de interpretação tão complexo mobiliza conhecimentos de vários tipos: “conhecimento de uma língua, conhecimento de actos linguísticos, conhecimento de princípios de cooperação conversacional e conhecimentos sobre o mundo.” (Lima 2007: 54) Todos estes níveis de conhecimentos permitirão ao falante fazer as inferências necessárias à compreensão; quando o falante está socializado, este processamento é extraordinariamente rápido, graças ao princípio de cooperação (Grice, 1975). O reconhecimento da inadequação ou não relevância contextual do acto ilocutório literal desencadeia um raciocínio inferencial que recupera a implicatura correspondente ao acto ilocutório indirecto.

Sem recorrer à perspectiva puramente intencional de Grice, Searle não tinha como explicar uma interpretação não literal de um acto como o que se segue:

(25) Esta sala está gelada.

Este enunciado pode ser entendido como assertivo (é a descrição de um facto), como directivo (pede-se, indirectamente,¹⁸ que alguém faça alguma coisa para mudar o estado de coisas, por exemplo, fechar a janela...), ou ainda como expressivo (exprime-se o desagrado pela temperatura da sala). Mas o que o falante faz ao enunciar (25), literalmente, é apenas uma asserção. A situação contextual é que vai esclarecer o objectivo ilocutório deste acto de fala.

Portanto, um mesmo enunciado pode corresponder à realização de mais do que um acto ilocutório. Mas num contexto concreto, só um acto é realizado, directa ou indirectamente. Por exemplo, no diálogo seguinte:

(26) A: Que horas são?

B: Já vou!

¹⁸ “Dada a frequência de casos como este, há matéria para se desenvolver uma teoria dos *actos linguísticos indirectos*. A tarefa central de tal teoria é precisamente explicar como é possível a um ouvinte chegar a compreender um acto ilocutório primário do falante a partir da enunciação de uma frase cujo significado literal remete apenas para um acto ilocutório secundário desse falante.” (Lima, 2007: 52)

O acto de linguagem directo que A realiza é uma pergunta, mas aquilo que B infere como comunicativamente mais relevante é uma asserção indirecta de que já é tarde, de que está atrasado ou eventualmente uma ordem para se despachar.

Esta distinção entre o acto ilocutório directo e o indirecto prende-se com várias considerações que começam em Austin com a sua própria definição de acto ilocutório como um acto que tem efeitos convencionais e que requer, para produzir esses efeitos, a garantia, por parte do falante, de que a sua intenção é compreendida pelo interlocutor. “According to Austin, illocutionary acts entail the production of conventional states of affairs, and they require for their success that the person performing the act "secures uptake", in some audience, that the act is performed. I argued that any account of what the expression "illocutionary act" refers to is bound to meet these decisions of Austin and thus suggested it as conditions of adequacy that Austin's features are demanded.” (Dörge 2004: 229) Faz parte das condições de adequação do acto ilocutório garantir que o interlocutor tem a possibilidade de compreender o que se pretende com o acto de fala praticado. Se tal não acontece, temos um acto falhado.

É assim que a teoria de Grice se torna tão importante na explicação do funcionamento das implicaturas:¹⁹ muitas vezes, o que o falante diz é uma coisa, mas o que ele pretende/tem a intenção de dizer é outra. O que um falante quer dizer para além daquilo que diz é o que ele “sugere”, “indica”, “insinua”, etc. Ora, o que é “sugerido”, “indicado”, “insinuado”, etc., é identificado pelo destinatário, não através da mera descodificação do significado linguístico, mas através de inferências. Para Grice, a significação total de uma elocução envolve tanto o que é dito como as eventuais implicaturas. Assim, e tendo em conta o papel das intenções na significação e na comunicação, conclui-se que as implicaturas são intencionais, não se esgotando no “dito”, que está ligado ao significado “convencionalmente” atribuído a uma frase. Mas se não temos regras, nem suportes típicos de direcção, como padronizá-la?

Two properties of the problem have made the search for a complete theory of indirect forms particularly difficult:

¹⁹ Grice propõe o termo *implicatura* (*implicature*) para caracterizar o que é “sugerido”, “indicado”, “insinuado”, etc. A implicatura é contrastada com “o que é dito” (*what is said*).

1. Sheer numbers: There are a considerable number of different speech acts, and many have a wide selection of possible indirect realizations. A theory must be quite general to take these into account.
2. Variety: Indirect speech act forms range from highly conventionalized to apparently free forms. It appears that no single, simple set of generalizations can adequately capture the complexity of indirect speech acts. (Brown 1980: 150)

As dificuldades apontadas por Brown sintetizam os problemas com que qualquer abordagem deste tema se depara: a pluralidade e complexidade das formas indirectas é de tal ordem que é quase impossível criar paradigmas de ocorrências. A questão que nos parece relevante colocar é a da hierarquia dos actos illocutórios realizados: qual é o mais importante? Ou ainda, resolver a questão colocada por Davison (1975: 157) : “The question that now plagues linguists is whether indirect speech acts are two illocutionary acts, simultaneously, or whether they are primarily one illocutionary act, and secondarily or relatedly some other act.” (sublinhado nosso)

O uso mais frequente dos actos indirectos está relacionado com a delicadeza (sobretudo em situações de conflito), porque ela permite atenuar o aspecto autoritário da ordem, a intensidade do desejo, a avaliação do outro. É, por isso, vista como manifestação de uma preocupação com a *face negativa*²⁰ do outro, com o seu desejo de não ser manipulado ou dirigido. Esta preocupação com a face do outro leva a que, através de estratégias de mitigação, atenuemos aspectos menos positivos da intenção comunicativa,²¹ abdicando, nestes casos, da máxima da relevância²² para respeitar princípios de cortesia que poderão tornar mais obscura essa nossa intenção:

(27) Sabia-me agora tão bem um geladinho de morango...

²⁰ Em cada interacção verbal o locutor procura causar uma imagem positiva no seu interlocutor, de modo a ser aprovado por ele. Goffman denominou esta teoria de “face-work”: “the term face may be defined as the positive social value a person effectively claims for himself by the line others assume he has taken during a particular contact. Face is as image of self delineated in terms of approved social attributes – albeit an image that others may share, as when a person makes a good showing for his profession or religion by making a good showing for himself.” (Goffman 1982: 5)

²¹ Casanova (1996: 429), a propósito do acto directivo (mas que podemos alargar a outros), alerta-nos para uma desvantagem que decorre desta indirectação: “O acto directivo, como todo o acto illocutório, visa atingir um objectivo e se é verdade que ser delicado torna em princípio o acto mais sedutor, é também verdade que poderá pôr em risco a clareza da comunicação.”

²² Veja-se Grice (1975): *sê pertinente!*

O falante pretende, de uma forma indirecta, levar o interlocutor a corresponder ao seu desejo. E fá-lo com delicadeza, sem recorrer ao imperativo, ou ao performativo explícito, o que poderá levar o interlocutor a não se sentir obrigado a corresponder. Curiosamente, um acto indirecto pode também reforçar, destacar os aspectos menos positivos da intenção do falante.

Esta breve abordagem pretendia explorar a imensa variedade de actos indirectos que realizamos no nosso dia-a-dia e a dificuldade de análise que decorre dessa variedade. A indirectão é um tema complexo e que justificaria só por si “uma teoria de actos linguísticos” (Lima 2007: 55). Em síntese, podemos dizer que Searle contribuiu para a teoria dos actos illocutórios com elementos essenciais, através da análise dos seis tipos de actos illocutórios, que ele distingue com base no objectivo e na força illocutória, e da “tese forte de que a componente illocutória da linguagem (...) é o aspecto fundamental da (para usar uma formulação de inspiração chomskiana de uma tese que Chomsky não subscreveria) competência linguística – o que por sua vez milita a favor da tese de que a teoria dos actos de fala é conceptualmente mais básica do qualquer outro ramo da filosofia da linguagem e (forçando um pouco a nota) talvez mesmo da linguística.” (Branquinho e Murcho 2001: *sem p.*)

Searle analisa também as implicações filosóficas do próprio conceito de *acto de fala* – por exemplo no que diz respeito à necessidade do recurso a conceitos mentais como crença e intenção para o analisar, desenvolvendo o trabalho de Grice sobre o conceito de significado. “A descoberta de conexões deste género tem levado a que, por vezes, se defenda que a investigação dos actos de fala deve ser vista como pertencendo ao domínio da filosofia da mente – uma tese que, conjugada com a tese da prioridade conceptual da teoria dos actos de fala em filosofia da linguagem (ou pelo menos em teoria do significado), parece estar comprometida com o ponto de vista de que a filosofia da linguagem (ou pelo menos a teoria do significado) é um ramo da filosofia da mente.” (*ibidem*)

Although every communication system can claim in some way to be unique, human language is spectacularly unique in its complexity and expressive power.

James R. Hurford, 2008

II. O acto ilocutório expressivo

Neste capítulo, pretendemos analisar, de forma tanto quanto possível sistematizada, os actos ilocutórios expressivos à luz dos contributos teóricos convocados no capítulo anterior. Começaremos por identificar os critérios gerais de semelhança deste tipo de actos e indicaremos as condições que permitem realizar um acto expressivo bem sucedido, ou seja, feliz. A identificação das chamadas “condições de felicidade” permitirá a identificação das características do acto e a sua definição. Apresentaremos, em seguida, uma tipologia de actos expressivos que constituirá a base do trabalho: trata-se, na sua maior parte, da combinação das propostas de Searle (1969) e de Norrick (1978).

1. Instrumentos de análise dos actos ilocutórios expressivos

1.1. O critério do objectivo ilocutório

Fazer/realizar com as palavras actos expressivos é expressar o estado psicológico do locutor relativamente ao estado de coisas que está especificado no conteúdo proposicional do enunciado. Esse é o objectivo ilocutório que subjaz a todos os actos expressivos.²³

Expressives are attempts to express (or make external) the speaker’s inner psychological state. In speech act terms, they are attempts to express a particular attitude represented by the propositional content of the utterance. Hence, the sincerity condition for all expressives is the intended expression of some internal psychological state. The propositional content and preparatory conditions vary over speech act types. (Holtgraves 2005: 2032)

²³ “(...) the illocutionary point of this class is to express the psychological state specified in the sincerity condition about a state of affairs specified in the propositional content.” (Searle 1979: 15)

1.2. O critério do estado psicológico

Os actos ilocutórios expressivos distinguem-se dos outros actos ilocutórios porque não expressam crença na verdade da proposição expressa (assertivos), nem intenção de praticar uma acção (compromissivos), nem desejo de que o outro faça o que lhe pedimos (directivos). Também não transformam o mundo, criando novas situações (declarativos). Expressam emoções, sentimentos, avaliações, juízos de valor ou desejos: essa é a intenção que subjaz à elocução. O falante expressa uma reacção emotiva face a um determinado estado de coisas; essa reacção é, para efeitos de análise, padronizável, convencional: gratidão, arrependimento, aprovação, desejo, como veremos mais adiante. Cada reacção pode manifestar-se em diferentes graus (note-se a diferença entre *obrigada* e *muito obrigada*). Os graus são veículos da maior ou menor força ilocutória do enunciado. A força ilocutória expressa o estado psicológico do falante, e “o estado psicológico varia consoante o acto. Se se trata de agradecer, o estado psicológico é a gratidão ou o reconhecimento. Para as felicitações, o estado psicológico é a satisfação por algo que aconteceu ao interlocutor; para a expressão de condolências, como o próprio nome indica, é a condolência ou a tristeza; etc.” (Lima 2006: 49).

No entanto, esta relevância do estado emocional é, para Norrick (1978), pouco fiável. A emoção pode até estar ausente do acto realizado, por isso não pode constituir o suporte de identificação do acto: “The decision to analyze expressive illocutionary acts without reference to emotions as far as possible was dictated by the complexity and diversity of the emotions involved and of the social functions of these acts, and not by the conviction that people are insincere. The analysis does not entail that expressive illocutionary acts are generally performed without the emotions they express, but only that these emotions are not necessary to their successful performance with certain social functions.” (Norrick 1978: 287)

Ainda de acordo com Norrick, será mais produtivo analisar os actos ilocutórios expressivos em função dos seus objectivos: a forma como o enunciado se relaciona com os interesses do falante e do seu interlocutor, um critério já mencionado por Searle (1979).²⁴ Os tipos de efeitos que um falante tenciona provocar ao realizar tais actos são, afinal, as funções sociais desses actos. Um falante pede desculpa com esperança de ser

²⁴ “Consider, for example, the differences between boasts and laments, between congratulations and condolences. In these two pairs, one hears the difference as being between what is or is not in the interests of the speaker and hearer respectively.” (Searle 1979: 6)

perdoado, ou de ver o assunto arrumado; esses efeitos perlocutórios e as consequências pretendidas pelo falante estão no centro da noção de função social de um acto ilocutório.

A função social de um acto ilocutório consiste no conjunto de papéis que ele desempenha numa determinada sociedade.²⁵ Como o acto ilocutório é iniciado pelo falante, as suas funções sociais são, muito naturalmente, descritas em termos das intenções desse falante. A função social de dizer uma mentira pode ser, do ponto de vista intencional do falante, pôr o destinatário num estado mental congenial, mas o efeito perlocutório intendido dessa mentira é simplesmente conseguir que o destinatário acredite numa determinada proposição. A função social de um acto ilocutório inclui, necessariamente, os seus efeitos perlocutórios, talvez como um meio de o realizar, mas pode ir além dele: o objectivo ilocutório de pedir desculpa é expressar arrependimento, o efeito perlocutório pretendido é que o destinatário acredite que o falante está arrependido, mas a função social pode ser mostrar boas maneiras, acalmar a ira do destinatário, ou resolver um conflito e dar continuidade à conversa. Estes efeitos “práticos” das escolhas feitas pelo falante são um tema relevante no estudo das funções sociais dos actos ilocutórios.

1.3. *O critério do conteúdo proposicional*

O conteúdo proposicional representa uma situação que está relacionada com o locutor ou com o interlocutor. Um deles estará emocionalmente ligado ao que as palavras dizem. Daí que o estado psicológico expresso pelo falante no acto de fala possa ser a gratidão por algo que o outro fez, num momento anterior (e o acto é agradecer), a satisfação, a condolência, o arrependimento (e os actos serão felicitar, dar os pêsames, lamentar ou pedir desculpas). Este critério do conteúdo proposicional está relacionado com o reconhecimento de papéis, que apresentaremos de seguida como uma das condições preparatórias dos expressivos.

Importa referir que alguns actos ilocutórios expressivos não têm conteúdo proposicional, por exemplo o acto de saudação: “Greetings are a much simpler kind of speech act (...). In the utterance of “Hello” there is no propositional content and no sincerity condition.” (Searle 1969: 64) Searle considera que estes actos não têm direcção de ajuste e que não é relevante o critério de sinceridade para os analisar, pois saudar, tal

²⁵ É por isso que a pedagogia de uma língua não pode separar o comportamento verbal do comportamento social.

como outros actos, não implica um estado de espírito do falante conforme ao acto; o que é importante é a acção expressa pela linguagem:

Wherever there is a psychological state specified in the sincerity condition, the performance of the act counts as an *expression* of that psychological state. **This law holds whether the act is sincere or insincere, that is whether the speaker actually has the specified psychological state or not.** Thus to assert, affirm, state (that *p*) counts as *an expression of belief* (that *p*). To request, ask, order, entreat, enjoin, pray or command (that *A* be done) counts as *an expression of a wish or desire* (that *A* be done). To promise, vow, threaten or pledge (that *A*) counts as *an expression of intention* (to do *A*). To thank, welcome or congratulate counts as *an expression of gratitude, pleasure* (at *H's* arrival), or *pleasure* (at *H's* good fortune). (Searle 1969: 65, destacado nosso)

1.4. O critério da direcção de ajuste

Searle caracterizou os actos expressivos como não tendo direcção de ajuste, já que o locutor “is neither trying to get the world to match the words nor the words to match the world, rather the truth of the expressed proposition is presupposed.” (Searle 1979: 15) Não se procura que o mundo corresponda ao que é dito, também não se procura que o mundo venha a ser como as nossas palavras o apresentam. Procura-se antes responder a um estado de coisas factual; assim, como essa realidade precede no tempo a resposta emocional, não há nos actos illocutórios expressivos direcção de ajuste.

1.5. As condições preparatórias dos actos illocutórios expressivos

À semelhança das condições propostas por Austin para a realização feliz de um acto de fala, ou das “normal input and output conditions” de Searle (Searle 1969: 57), também Norrick (1978) estabelece um quadro de três condições preparatórias para a realização eficaz de um acto illocutório expressivo: a pressuposição factiva, o julgamento de valor e as condições de identificação de papéis. Com base nestes três parâmetros, poderemos chegar a algumas conclusões acerca das funções sociais de cada acto illocutório expressivo.

1.5.1. A *condição factiva* é introduzida por Norrick a partir da noção searlina de que os actos illocutórios expressivos estão associados à pressuposição de verdade da proposição expressa. Veja-se (1):

(1) Desculpa ter dado um pontapé ao teu cão.

Este enunciado pressupõe a verdade do acto de pontapear o cão: o falante pontapeou o cão do seu interlocutor, e é justamente por isso que emite o pedido de desculpas. O facto antecede o acto ilocutório, daí que falemos de pressuposição factiva. O verbo expressivo *desculpar* é de tipo factivo, pois exige um complemento que expresse uma proposição pressuposta como verdadeira (pelo menos pelo falante). Quando o enunciado não apresenta este complemento, o interlocutor deverá inferir, através de um contexto discursivo ou situacional, a proposição pressuposta.

Outros verbos expressivos, como *lamentar*, *felicitar*, *agradecer*, *deplorar*, são igualmente verbos factivos: requerem a aceitação, por parte do falante, da verdade do estado de coisas expresso na proposição complemento. A este propósito, veja-se Kiparsky & Kiparsky (1971: 345-369), pois este trabalho foi pioneiro na dilucidação da factividade. A propriedade central dos factivos diz respeito à sua característica semântica de introduzirem a pressuposição de que a oração encaixada expressa uma proposição verdadeira: “The speaker presupposes that the embedded clause expresses a true proposition, and makes some assertion about that proposition.” (p. 348) A característica sintáctica marcante, tradicionalmente associada aos predicados factivos, é a possibilidade de serem seguidos pelo sintagma *o facto*, por exemplo: *A população lamenta o facto de o governo ter agido violentamente*. Um ponto importante ainda a salientar em relação à presença desse sintagma que acompanha os verbos factivos é a obrigatoriedade do seu carácter definido, tal como o provam os exemplos que se seguem:

(2) a. *O Pedro lamentou uma briga.

b. O Pedro lamentou uma briga que teve com seu chefe.

c. O Pedro lamentou a briga.

(3) a. *O Pedro lamentou um facto.

b. O Pedro lamentou um facto que ocorreu ontem.

c. O Pedro lamentou o facto.

Verifica-se agramaticalidade quando não se especifica o complemento de *lamentar*, ou seja, sintagmas nominais indefinidos só são aceitáveis se modificados por uma oração relativa que de alguma forma especifique o referente.

O que nos parece mais importante nesta condição factiva é analisar o reconhecimento que o falante faz da necessidade de emitir um enunciado que seja uma reacção adequada a um determinado estado de coisas. O exemplo seguinte implica, por exemplo, que o interlocutor tenha chegado ao seu destino:

(4) Bem-vindo!

Esta condição de factividade de Norrick parece-nos corresponder à condição de conteúdo proposicional apresentada por Searle (veja-se Cap.I, p.12): o falante certifica-se de que a enunciação de *Bem-vindo!* é adequada para expressar uma proposição do tipo *eu estou satisfeito por teres chegado aqui*.

1.5.2. *O juízo de valor* é outra das condições preparatórias de um acto illocutório expressivo. No seguimento do que dissemos anteriormente, Norrick considera de extrema relevância que o falante faça um juízo de valor acerca dos efeitos do estado de coisas sobre o interlocutor, ou sobre ele próprio, enquanto entidade afectada. No exemplo do pedido de desculpas, o falante tem de admitir que afectou alguém para de facto realizar o pedido. No acto de agradecimento, o falante reconhece-se como beneficiário de uma acção praticada pelo outro. Por outras palavras, antes da realização do acto illocutório tem de haver um reconhecimento por parte do falante, como se o acto illocutório fosse uma espécie de efeito perlocutório desse juízo.

1.5.3. O juízo de valor implica a condição que agora se apresenta, a do *reconhecimento de papéis*. Retomando o exemplo do pedido de desculpas, o falante deverá ver no seu interlocutor a vítima do estado de coisas por si desencadeado. Portanto ele, falante, é o agente, o interlocutor é o paciente, e poderá ainda existir um observador, aquele que, para além do agente e do paciente, conhece a situação. Esta terminologia é de Norrick, não coincide com as funções semânticas convencionais:

Another kind of constraint placed upon the successful performance of expressive illocutionary acts requires that the speaker identify the roles of agent (the person

responsible for the state), patient, and, in some cases, observer (a person cognizant of the state besides the patient) with himself qua speaker, or with the addressee to whom the illocutionary act will be addressed. These roles may be filled only by human beings, not by lower animals or inanimate objects. (Norrick 1978: 283)

Para ilustrar esta condição preparatória do reconhecimento de papéis, Norrick propõe-nos o seguinte exemplo: num autocarro apinhado, ouço alguém atrás de mim queixar-se de que foi pisado (condição factiva); para realizar o acto illocutório de pedir desculpa, terei de reconhecer-me como agente da dor causada: com efeito, se não reconhecer a responsabilidade pela situação, não verei razão para pedir desculpa. Nos actos de agradecimento, os papéis invertem-se: o que agradece vê-se a si próprio como paciente e perspectiva o interlocutor como agente responsável pelo acto que desencadeia o agradecimento. Os modos como os actos illocutórios expressivos combinam os vários papéis de agente, paciente e observador com o falante e o interlocutor são um dado essencial na sua diferenciação, como veremos na análise que a seguir efectuaremos (II. 2).

Expostas as condições necessárias à realização de um acto illocutório expressivo, passemos, então, a uma proposta de tipologia desses actos.

2. Actos illocutórios expressivos: contributos para uma tipologia

Neste subcapítulo, propomo-nos apresentar uma tipologia dos actos illocutórios expressivos. A estrutura assenta numa listagem construída a partir das propostas de Searle (1969) e de Norrick (1978), que procurámos adaptar ao português e alargar a actos que têm uma dimensão mais subjectiva. Em seguida, caracterizamos e analisamos cada acto na sua especificidade, recorrendo aos princípios de análise de Norrick e de Searle. Cada acto é ainda ilustrado com alguns exemplos mais recorrentes.

Searle exemplificou os actos illocutórios expressivos com os seguintes verbos performativos: *agradecer*, *congratular(-se)*, *desculpar-se*, *expressar condolências*, *deplorar*, *dar as boas-vindas* e *saudar*. Norrick acrescentou à lista de Searle outros verbos, suportes de actos expressivos, baseando-se nos mesmos princípios identificadores - expressar emoção e pressupor a verdade da proposição contida no enunciado: *perdoar*

(reacção possível à injúria, alternativa a *censurar* e *deplorar*), *lamentar* (assunção da responsabilidade pelo infortúnio causado), *vangloriar-se*. Norrick considera que *vangloriar-se*, embora não conste da proposta de Searle, permite identificar um acto realizado de forma não explícita e que se aproxima, como antónimo, de *lamentar-se*, quando, por exemplo, o falante se refere, com orgulho, a acções passadas.

Como síntese das duas propostas, e com duas sugestões nossas, temos, então, os seguintes actos ilocutórios expressivos:

1. Pedir desculpa
2. Agradecer
3. Congratular (-se)
4. Condoer-se ou expressar condolências
5. Deplorar
6. Lamentar
7. Dar as boas-vindas
8. Perdoar
9. Vangloriar-se
10. Saudar
11. Desejar/ esperar/ almejar
12. Expressar um gosto

Baseámo-nos quase exclusivamente na lista de actos proposta por Norrick, mas procurámos adaptá-la ao português e alargámo-la a outros actos expressivos de sentido aproximado: por exemplo, *congratular* aproxima-se dos actos de *elogiar*, *enaltecer*, *glorificar*, *exaltar* e *felicitar*, já que todos estes têm funções sociais muito semelhantes. O acto de *condoer-se* é semelhante ao acto de *lamentar* e *lamentar-se* corresponde ao nosso *lastimar-se*, *queixar-se*.

Acrescentaremos a esta análise dois casos particulares de actos que não constituem avaliações: a classe dos actos de manifestação do desejo do locutor e os actos meramente expressivos de gosto, opinião. Esperamos, com esta adaptação, permitir uma reflexão mais vasta sobre os actos ilocutórios expressivos em português, ainda pouco sistematizados na literatura consultada.

2.1. *Pedir desculpa*

Este acto consiste na expressão de arrependimento por um comportamento negativo, da responsabilidade do falante. As condições preparatórias deste acto são o facto de as consequências dessa acção serem negativas para o interlocutor. Segundo a proposta terminológica de Norrick (veja-se II.1.5.3), o agente é o falante; o valor reconhecido é negativo; o interlocutor é o paciente.

Variando em grau e em registo, há várias formas de exprimir este acto: *desculpa lá, desculpa-me, peço imensa desculpa, queira desculpar-me, as mais sinceras desculpas, perdão, estou profundamente arrependido...*

A função social deste acto poderá ser acalmar alguém que afrontámos, evitar acusações ou represálias, ficar ilibado de uma culpa; esta última possibilidade é mais visível em expressões como “perdoa-me”. Mostrar arrependimento e pedir desculpas é um gesto que implica admitir responsabilidades; pode ser uma experiência dolorosa e por isso é usado como castigo na educação das crianças. Este costume social é absolutamente essencial na socialização e fundamental na prevenção de hostilidades, quer a nível oficial, quer particular. Pedir desculpa é um dever social que passa a dever comunicativo, releva do permanente equilíbrio entre o eu e o outro, a minha “face” (Goffman)²⁶ e a do outro, provando que é possível minimizar o que se faz mal. Para isso, o indivíduo só tem de conhecer as regras do jogo da comunicação. Assim, este acto expressivo em particular torna-se paradigmático do fenómeno de cortesia. Embora um acto não seja inerentemente polido, é construído dessa forma por necessidade do contexto em que se inscreve. Goffman (1967: 49) diz que as regras de comportamento se impõem ao indivíduo como obrigações (“establishing how he is morally constrained to conduct himself”) e expectativas (“establishing how others are morally bound to act in regard to himself”). No dia-a-dia, é um acto muito usado para fins de delicadeza, aquilo a que Goffman chama “little ceremonies of everyday life” (1967: 32), ‘trocas confirmativas’, típicas de actos verbais com função eminentemente expressiva e fática, que permitem confirmar a ligação social entre os falantes. Como afirma Rodrigues (1998: 94), “a troca confirmativa é uma sequência simples de (normalmente) dois turnos, em que o interlocutor adopta um comportamento similar ao do locutor, opção esta que releva do próprio carácter ritual da

²⁶ Goffman (1967: 5) define “face” como “the positive social value a person effectively claims for himself by the line others assume he has taken during a particular contact.” Esta definição, com uma conotação positiva de “face”, afasta-se do modelo posterior de Brown e Levinson (1987: 61) que refere uma “face” negativa, o desejo do ego projectar a sua auto-imagem livremente.

interacção, como acontece nas saudações, cumprimentos, despedidas, agradecimentos, felicitações, etc... em que se espera que o interlocutor tome determinadas reacções pré-estabelecidas:

(A) – Bom-dia.

– Como estás?

(B) – Adeus.

– Até logo.

(C) – Obrigadíssimo.

– Ora essa. De nada.

(D) – Os meus parabéns.

– Obrigado.”

Esta natureza ritual de alguns actos ilocutórios expressivos torna o material linguístico que os suporta de interesse não só para a pragmática, mas também para a etnografia e antropologia. As rotinas linguísticas evidenciam comportamentos sociais e idiomáticos que, afinal, espelham a cultura de um povo. Curiosamente, o acto de pedir desculpa parece ser universal. Em Portugal, os exemplos que referimos são os mais comuns, mas entre os alunos jovens não é fácil que variem na fórmula, optando sempre por “desculpa/desculpe”.

Parece-nos particularmente relevante na análise deste acto de delicadeza a utilização do imperativo: “desculpa”, ou do conjuntivo com valor imperativo: “queira desculpar”, “faça favor de desculpar”. Repare-se que a definição do acto surge como directivo: PEDIDO de desculpas. Então qual das duas intenções do falante surge em primeiro lugar? Qual é o acto primário? Será o expressivo que camufla um directivo? Leech (1983), interessado em definir uma teoria da cortesia, defende que na troca comunicativa tudo não passa de uma “retórica interpessoal”, em que os objectivos do falante se assumem como mais importantes do que o próprio acto. Assim, pedir desculpas pode não chegar a ser um acto ilocutório pleno, pode ser apenas uma estratégia atenuadora, um preliminar do acto directivo. “Desculpe” utiliza-se muitas vezes com o propósito de substituir uma resposta negativa directa (recusa de um pedido específico) à

pergunta do interlocutor. É, então, uma reacção convencional a actos directivos e exortativos, em geral, e a petições e interrogativas, em particular. Este acto ilocutório pode também ser utilizado para introduzir uma informação que o falante pressupõe ser desagradável para o ouvinte, e, neste caso, gera-se um quadro pragmático muito interessante. Veja-se o exemplo (1):

(1) Desculpe lá, mas acho que está a fazer isso mal, porque a seta manda virar à esquerda.

Aparentemente expressivo, um pedido de desculpas prepara um expressivo de avaliação e ambos preparam um directivo, numa estrutura hierárquica, isto é, organizados numa sucessão de importância até ao principal, que é, na nossa interpretação, o directivo: afinal o falante quer levar o seu interlocutor a fazer algo (*virar à esquerda*); os outros actos servem apenas para apoiar o que realmente se pretende dizer.²⁷

O grau do pedido de desculpas reflecte-se num enunciado mais ou menos expressivo:

(2) As mais sinceras desculpas!

(3) Mil perdões!

(4) Humildemente peço o teu perdão!

(5) Perdoa-me, perdoa-me, perdoa-me...

Estes exemplos são enfatizados pela pontuação, pelo grau superlativo (2), pela hipérbole (3), pelo advérbio de modo (4), pela repetição (5).²⁸ Num registo mais cuidado, o pedido pode ser menos expressivo:

(6) Peço desculpa.

²⁷ A este propósito, veja-se Rodrigues (1998: 109-117).

²⁸ “For expressives, the basic observation is that repetition leads to strengthening rather than redundancy.” (Potts 2006: 15)

(7) Desculpe.

Repare-se que em (7) o pedido de desculpas, ao assumir a forma de um directivo (o conjuntivo funciona como forma supletiva do imperativo), pode ser considerado pouco polido.²⁹

Atente-se agora no exemplo (8):

(8) Desculpem qualquer coisinha.

Este é um registo familiar, evidenciado, sobretudo, no uso do diminutivo. A indefinição que caracteriza o enunciado permite usá-lo para referir a pluralidade de factos desencadeadores do acto ilocutório, mesmo que desprovidos de qualquer carácter agressor, permitindo ao falante, na interacção comunicativa, atingir a sensibilidade de destinatários mais ou menos susceptíveis. Este tipo de enunciado é também usado antes da concretização de factos potencialmente agressores, pretendendo minimizar os efeitos, conquistar a simpatia do interlocutor: por exemplo, antes de um espectáculo infantil, antes da apresentação de um trabalho pouco preparado.

Para além destes processos, na oralidade há que ter em conta a entoação, a expressão facial e toda uma atitude mais ou menos suplicante. Muitas vezes, este acto é acompanhado de gestos simbólicos, convencionalmente interpretados como atitudes de humildade do agente.

Seria interessante analisar as respostas que os pedidos de desculpa podem desencadear, pois são elas que confirmam este papel regulador das interacções verbais sociais. Apesar da imensa variedade, esta análise iria apenas confirmar os dados

²⁹O modo imperativo é, por definição, o modo das ordens, aquele que “leva ao limite máximo a interferência entre linguagem e acção” (Fonseca, 1994: 139). Só admite as pessoas que indicam *a quem se fala*, do singular e do plural: Cala-te!/ Calai-vos! Mas a 2ª pessoa do plural está agora limitada a um uso dialectal, por isso substituímo-la, para uma entidade singular ou plural, num registo formal, por *você, o senhor, Vossa Excelência*, etc. A correspondência é com o TU, mas a forma verbal é a da 3ª pessoa, por isso *ocê/ vocês*, por exemplo, não ocorre com o imperativo, mas sim com o conjuntivo: *Calem-se vocês!* O imperativo não é, como vemos nestes dois exemplos que se seguem, exclusivo da ordem. Cunha e Cintra (1984: 474) dizem mesmo que “não é para ordem ou comando que, na maioria dos casos, nos servimos desse modo (...) é mais o modo da exortação, do conselho, do convite (...)”

(i) Vai sempre pela margem do caminho. (conselho)

(ii) Vem conhecer o meu país. (convite, solicitação)

Os autores colocam o conjuntivo como principal supletivo do imperativo, apresentando-o como o “imperativo negativo”.

anteriores sobre os registos de língua e as relações de poder, como fica evidente no exemplo (9), em que quem desculpa tem o poder de ordenar (embora com subtilidade):

(9) – Peço imensa desculpa!

– Não se fala mais nisso, está bem?

2.2. Agradecer

Trata-se de um acto que consiste na expressão de um estado psicológico de gratidão por alguma acção realizada pelo interlocutor, no sentido de beneficiar o falante. Então o agente é o interlocutor; o valor é positivo; o falante é o paciente.

Variando em grau e em registo, encontramos expressões como: *Obrigado/a*;³⁰ *Muito obrigado/a*; *Muitíssimo obrigado/a*; *Estou profundamente agradecido/a*; *Nem sei como agradecer*. No registo escrito, podemos usar: *Com os mais sinceros agradecimentos*; *Profundamente grato/a*; ou ainda: *Antecipadamente grato/a*... Num modo mais indirecto, é frequente: ... *não o teria conseguido sem a tua ajuda*. E num registo mais coloquial: *Bem haja*; *Deus lhe pague*, ou *Obrigadinho/a*. Muitas destas fórmulas, no registo oral, obtêm como resposta *De nada*, ou *Não tem de quê!*, *Não há de quê!*, *Ora essa!*

A função social deste acto é o reconhecimento, pelo falante, do benefício de uma acção realizada por uma outra pessoa.³¹ Porém, não podemos deixar de ter em consideração que o uso das fórmulas em apreço pode realizar indirectamente outros actos: um cumprimento, uma lisonja ou adulação com vista a futuros favores. Será, sem dúvida, esta a função do agradecimento antecipado, pois gera-se um compromisso entre os dois intervenientes, fazendo com que o destinatário se sinta obrigado a corresponder ao que se lhe pede. Trata-se de um acto defectivo, já que a factividade do conteúdo proposicional não pode ser pressuposta. Também a interjeição *Graças a Deus!* é um acto defectivo de agradecimento ou alívio, pois não se agradece a um destinatário específico, nem há, de facto, uma função social. Um exemplo como o que se segue ilustra um pedido indirecto que é realizado através de um agradecimento:

³⁰ *Obrigado(a)* é o adjectivo verbal ou particípio passado do verbo *obrigar* que varia em género (feminino, masculino) de acordo com o sujeito a que se refere. É de referir a progressiva tendência para um uso uniforme de “obrigado”.

³¹ “When I thank someone, I imply that the thing I am thanking him for has benefited me (or was at least intended to benefit me).” (Searle 1969: 65)

(10) Agradecia que abrissem o livro na página 82.

Trata-se de um acto directivo indirecto que tem como função social minimizar a imposição, procurando obter a cooperação do interlocutor. Funciona como um agradecimento antecipado que obriga o interlocutor a fazer algo, tornando-se um pedido irrecusável.

O acto de agradecimento é também realizado de forma irónica e até mordaz, quando o falante tem motivos para deplorar o comportamento do destinatário: ao agradecer ironicamente, o falante procura fazê-lo sentir-se incomodado, ou até humilhado, com o agradecimento.

Para Searle, um critério diferenciador de certos actos illocutórios é o facto de requererem instituições extra-linguísticas para os suportar.³² Duarte (2000: 349) limita este critério às declarações ou declarações assertivas,³³ mas parece-nos possível alargar esta exigência aos agradecimentos em nome de entidades colectivas, tantas vezes realizados em eventos sociais: não é possível realizar um acto feliz deste tipo se o falante não tiver o estatuto que lhe permite representar todos aqueles que agradecem. Veja-se o exemplo seguinte:

(11) A nossa escola gostaria de agradecer todos os apoios que a V. empresa nos tem prestado.

Neste exemplo, é evidente o uso cortês e formal do condicional, com valor de presente (A nossa escola *agradece*). O uso do determinante possessivo na forma do plural (*nossa*) decorre da representatividade institucional do falante.

Norrick classifica o acto de agradecer como o mais artificial de todos os actos illocutórios expressivos: “Thanking is generally the most formulaic and least ‘heartfelt’ of expressive illocutionary acts. This is certainly due in part to the fact that children are

³² “There are a large number of illocutionary acts that require an extra-linguistic institution, and generally, a special position by the speaker and the hearer within that institution in order for the act to be performed. (...) In order to make a statement that it is raining or promise to come and see you, I need only obey the rules of language. No extra-linguistic institutions are required. (...) Extra-linguistic institutions often confer status in a way relevant to illocutionary force (...)” (Searle 1979: 7)

³³ “(...) só locutores institucionalmente investidos de poder para o fazer podem realizar determinadas declarações ou declarações assertivas.” (Duarte 2000: 349)

drilled to say thank you (like *please*) in all possible situations; it is part of ‘good breeding’. It may also derive to some extent from the dearth of expressions for performing acts of thanking.” (Norrick 1978: 285) O Português não nos parece documentar esta escassez que o autor refere, embora algumas das fórmulas mais enfáticas estejam a cair em desuso, como o popular *Deus lhe pague*, *Deus lhe dê saúde* ou *Bem haja*. Reconhecemos que é um acto muito formal; muitas vezes o *Obrigado* é só uma resposta educada a uma saudação: *Como estás? Bem, obrigado*. Em situações em que queremos exprimir verdadeira gratidão, usamos fórmulas mais longas, menos comuns: *Estou muito agradecido*, ou *Eu gostaria de expressar a minha gratidão*.

Tal como em todos os outros actos illocutórios expressivos, o efeito total dos actos de agradecimento depende muito da forma como estes são ditos, acompanhando gestos e manifestando emoções.

2.3. *Congratular (-se)*

Os actos *de elogiar*, *enaltecer*, *glorificar*, *exaltar* e *felicitar* podem enquadrar-se no quadro geral da análise que agora propomos. Alguns aspectos específicos de cada um serão indicados pontualmente.

O acto de congratulação consiste na expressão de satisfação pelo desfecho de uma situação e realiza-se através da felicitação do outro. Como condição preparatória, o resultado terá de ser positivo para o interlocutor, que é, pelo menos parcialmente, responsável por ele. Assim, o destinatário é simultaneamente paciente e agente. O falante é o observador que reage ao feito a que assistiu, realizado pelo seu interlocutor.

Como expressões que realizem este acto, temos: *Parabéns!; Muitos parabéns!; Sim, senhor, saíste-te muito bem; Estou sem palavras; Viva!; Que orgulhoso/a estou de ti; Bravo!; Estou muito contente por ti; Ótimo trabalho!; Agrada-me (que tenhas conseguido melhorar a Matemática); Aprecio (a tua sinceridade); Tens todo o meu apoio!; Podes contar comigo!*

Nestes exemplos, a condição factiva assenta em alguma acção ou desempenho do interlocutor e é ele o paciente, o destinatário do elogio. Assim, esquematicamente, representamos este acto illocutório da seguinte forma:

(agente=destinatário) valor= positivo paciente=destinatário observador=falante

Socialmente, este acto pode envolver orgulho e prazer (por exemplo, o professor que felicita o seu aluno pela classificação obtida num exame), consistindo em rejubilar-se, regozijar-se com o bem de outrem. Também pode ter a função de encorajar o destinatário a esforçar-se mais, funcionando como estímulo positivo, ou como reforço da imagem do destinatário e, conseqüentemente, das relações entre os falantes. Marco (2007: 203) chama a este tipo de intercâmbio “cortesia valorizante”, podendo manifestar-se de forma directa, mediante a realização de actos de reforço da imagem, ou indirecta, apoiando o dito de um terceiro interlocutor, com meras manifestações de acordo (pró-argumentos, ratificações), como podemos ver em (12). Mas esta é já outra problemática que envolve a consideração da sequencialização de actos discursivos:

(12) Claro que és bonita!

Em muitos casos, o acto de congratulação permite simplesmente ao falante partilhar a experiência e os sentimentos do destinatário. Neste sentido altruístico, felicitar é um gesto cordial que fortalece laços entre as pessoas e torna a vida mais agradável. Portanto, mais uma vez, este acto ilocutório expressivo pode ter como objectivo ilocutório criar (ou manter) um ambiente de cortesia. Também é frequente os falantes emitirem um elogio para estabelecerem um contexto interaccional que facilite a colaboração ou a solidariedade entre os interlocutores. Havertake (1993) sugere que usar o elogio cria uma situação em que será difícil ao destinatário negar-se a colaborar com o falante, como neste caso:

(13) Admiro-te e felicito-te pelo teu trabalho de projecto com os alunos...

Ao tecer o elogio, o falante estará a identificar os seus sentimentos com os do interlocutor, aparentando sentir alegria com o seu sucesso, por exemplo. Mas suponhamos que o acto de lisonjear visa apenas evitar que o interlocutor recuse o pedido que vai ser feito a seguir: não existem então neste caso sentimentos altruístas nem identificações com o outro. O acto expressivo prepararia o acto directivo seguinte, que configuraria o acto ilocutório principal:

...E porque conseguiste fazê-lo tão bem, peço-te que assumas essa responsabilidade no próximo ano.

A resposta ao acto ilocutório de *congratular(-se)* é, convencionalmente, um acto de agradecimento e obedece às regras de *simpatia* e de *modéstia*, podendo manifestar-se na recusa do elogio:

(14)– Os teus desenhos são extraordinários!

– Meu Deus! Acho que estás a exagerar.

Este tipo de réplica é frequente quando se verifica o excesso de elogios, que pode ser tido como insincero pelo interlocutor. Nesse caso, o acto de *congratular* não terá o efeito pretendido, podendo ser respondido com a denúncia da falsidade ou com a minimização da verdade do dito.

2.4. *Condoer-se*

Este acto é muito semelhante ao anterior, pois permite a partilha da experiência do destinatário, mas com um valor negativo. Pode abranger um leque variado de situações relacionadas pela expressão de dor e pesar, desde a criança que se aleija e que queremos consolar até alguém que perdeu um ente querido e a quem queremos dar as condolências. O falante é o observador que reage a algo a que assistiu; o paciente é o destinatário. O agente pode não estar identificado, não existir, pode inclusivamente ser irrelevante: eu solidarizo-me com alguém que foi vítima de um roubo, sendo absolutamente irrelevante quem roubou. Para além da função social da partilha, também há a de tentar abrandar a dor do destinatário, pois a tristeza precisa de companhia.

As fórmulas mais comuns na realização deste acto são: *estamos solidários*, *temos pena*, ou *lamentamos que tal lhe tivesse acontecido*. Para expressar condolências ou pêsames, é de uso corrente a expressão *Os meus sentimentos*. A expressão inglesa *sorry* e a expressão portuguesa *lamento* servem para veicular desculpas e condolências, ambos actos expressivos em que o destinatário é visto como tendo sofrido uma adversidade. Assim, *lamento* serve como resposta adequada a ambas as frases: *acaba de me pisar*, ou *o meu tio morreu ontem*. A diferença poderá residir no uso de intensificadores, como *Lamento muito* ou *Oh! Que desgraça! Lamento muito* e, ao nível da oralidade, de todo um conjunto de modalizações entoacionais.

Também relevante na análise de *Lamento* é o seu uso como recurso de abertura de frases assertivas que comportam informações negativas para o destinatário. A sua função social será de atenuador de um efeito desagradável (“função de mitigação ilocutória”, segundo Silva 1994: 33). Portanto, é uma estrutura extra que não reduz a cortesia linguística a simples convenção marcada gramaticalmente, mas a um mecanismo pragmático em que está envolvida toda uma cadeia complexa de ilocuções, tal como já tínhamos visto no acto de *pedir desculpa*:

(15) Lamento, mas o teu teste está negativo.

(16) Lamentamos informá-lo de que o seu cartão ultrapassou o prazo de validade.

Norrick considera este acto “the most ‘heartfelt’ of expressive illocutionary acts, probably because there are few non-altruistic intentions to motivate such acts.” (1987: 287).

2.5. *Deplorar*³⁴, *censurar*, *criticar*

Para verdadeiros actos desta natureza, o destinatário tem de ser o agente, o que exclui muitos actos de criticar, porque podemos criticar alguém por ser alto, não ter sentido musical ou estar apaixonado, tudo estados pelos quais o destinatário não pode ser considerado responsável (agente). O valor é negativo, o papel de paciente pode ser desempenhado pelo falante ou por outra pessoa. Neste último caso, o falante desempenha o papel de observador. Norrick propõe-nos dois esquemas de análise alternativos:

Agente=destinatário valor=negativo paciente=falante

Agente=destinatário valor=negativo observador=falante

No primeiro caso, o falante sente-se pessoalmente afectado; no segundo, não há paciente, pois este papel não é preenchido por qualquer interveniente no acto, embora possa ser uma terceira personagem. Se não há paciente, o falante, como observador, deve sentir-se afectado pelo estado de coisas, ou deve ver que foi afectado de alguma maneira: um pai pode censurar o filho por um acto que só afecta o filho, porque se preocupa com a segurança dele. Uma pessoa pode censurar alguém que transgrediu uma lei moral ou civil

³⁴ Do inglês *deploring*, proposto por Searle, mas que Norrick substituiu por *censuring*. (Norricks1978: 287).

porque afronta toda a sociedade em geral. E são as crenças e valores do falante que o levam a realizar um acto em que expressa a sua maior ou menor indignação. Verbos mais neutrais de reacção a injúria pessoal são *reprender*, *desagradar*, *reprovar*, *desaprovar* e *condenar*, numa ordem de crescente ofensa. O uso destes verbos como performativos explícitos está limitado a ocasiões formais, como é possível ilustrar com (17):

(17) Desaprovo veementemente o vosso comportamento.

São mais frequentes enunciados como os que se seguem:

(18) O teu comportamento é deplorável!

(19) Nunca pensei que fosses capaz de fazer uma coisa dessas.

(20) Tu viste bem o que fizeste?!

Repare-se como nestes três casos a avaliação do comportamento do destinatário apresenta diferentes tipos de frase: em (18), o falante critica o comportamento do destinatário, expressando a sua indignação; em (19), declara-se chocado com o interlocutor, atingindo as expectativas que subjazem à relação; em (20), a frase é híbrida, interrogativa-exclamativa: expressa a reprovação com uma força condenatória bem marcada. A ênfase no estado emocional aqui expresso traduz-se em diferentes marcadores da força illocutória expressiva.

A função social de *reprovar* é muito semelhante à de *elogiar* e *congratular-se*, mas com o sentido inverso, podendo ir da repreensão a uma criança marota até à condenação pública de um criminoso: procura-se levar o destinatário a ver que fez algo de errado (no julgamento do falante). O acto pode ser dirigido com o objectivo de levar o destinatário a reconhecer o seu erro, na esperança de que ele modifique o seu comportamento no futuro. Mas estes actos também podem tomar a forma de mera demonstração de auto-correcção, ou dar expressão a um sentimento de ultraje perante uma afronta pública:

(21) Isto é inadmissível!

2.6. *Lamentar-se*

“To complain is to express discontent regarding a state of affairs, with the preparatory condition being that the state of affairs is bad for the speaker.” (Holtgraves 2005: 2033)

Norrick distingue este acto do de *condoer-se*, pois embora ambos expressem tristeza e pena, *condoer-se* é dirigido à desventura dos outros e *lamentar-se* refere-se à desventura do próprio. Aqui, o papel de paciente é desempenhado pelo próprio falante. Mas ele também pode ser o agente, e, nesse caso, a emoção expressa é talvez mais correctamente designada de arrependimento, e não apenas lamento (*sorrow*). Contudo, há exemplos em que o agente não está expresso. Em qualquer dos casos, *lamentar-se* é parcialmente defectivo enquanto acto ilocutório expressivo, porque é um acto que não precisa de ser dirigido a ninguém. Não há obrigatoriamente um destinatário distinto do próprio falante. O valor é sempre negativo. Em síntese:

(agente=falante) valor=negativo paciente=falante

A alternativa seria:

valor=negativo paciente=falante observador=falante

Pode argumentar-se que este acto envolve sempre o falante como observador da sua própria desventura. É um acto de compaixão dirigido a si próprio. Se eu lamento ter sido intrujada, vejo-me a mim própria como a vítima de uma situação indesejável (*Sou uma desgraçada, não tenho sorte nenhuma!*); se eu lamento ter dado cabo da minha saúde, também me vejo como paciente/vítima (papel que se adicionará eventualmente ao de agente) (O que eu fui fazer/fiz... *se pudesse voltar atrás...*).

Actos de lamentação realizados na ausência total de um ouvinte não têm, obviamente, qualquer função social. Quando outros estão presentes, a função social é usualmente a de despertar piedade, comiseração, e, nalguns casos, activar actos de *pedidos de desculpa*.

Nos casos em que o locutor se desvaloriza, há uma regra de cortesia social que nos obriga a desmenti-lo e, possivelmente até, a elogiá-lo:

(22) – Só me acontecem desgraças!

– Não fales assim! És uma pessoa de sucesso, tens tudo para seres feliz!

O falante pode ainda solidarizar-se com a má sorte de um grupo, incluindo-se entre as vítimas, *lamentando*, por exemplo, a injustiça social. Bons exemplos deste caso são os comentários do cidadão comum à situação política:

(23) Nós é que pagamos a crise que o governo criou.

(24) O Zé Povinho cá está para aguentar com a crise.

A função social deste acto pode ser suscitar preocupação nos ouvintes, mas é, sobretudo, uma catarse que dá a sensação de partilha e de pertença a um grupo. Repare-se que *lamentar-se* e *deplorar* podem ser usados para os mesmos fins: a diferença entre os dois desvanece-se sob a influência da retórica.

2.7. *Dar as boas-vindas*

O destinatário pode identificar-se com o agente, uma vez que é ele que faz o esforço para chegar ao local de destino. O falante é o paciente, uma vez que ele sente prazer e talvez orgulho em ter o destinatário como seu convidado. O valor é positivo.

O esquema é semelhante ao do agradecimento, porque *agradecer alguma coisa* a uma pessoa ou *agradecer-lhe por ter vindo* são acções parcialmente equivalentes. Mas *dar as boas-vindas* é um acto adequado à situação em que alguém chega a um sítio; *agradecer* pode ocorrer nesta situação e em muitas outras, portanto o seu escopo é maior. “We can, therefore, consider welcoming a special case of thanking.” (Norrick 1987: 289)

Realiza-se em enunciados do tipo:

(25) Bem-vindo!

(26) Mas que honra!

(27) Ainda bem que puderam vir.

As suas funções sociais estão restringidas ao espaço da sua ocorrência. Ao expressarmos prazer face à chegada de alguém, tencionamos fazer com que se sinta confortável, ou que sinta que a sua visita é considerada uma honra. Nesta segunda hipótese, pode haver uma nota de orgulho, como quando se dá as boas-vindas a um

convidado distinto. Estes actos também indicam a prontidão do falante anfitrião em responder aos desejos dos seus convidados.

2.8. *Perdoar*

“The act of forgiving receives exactly the same assignments for speaker, addressee and value as deploring, when the speaker fills the patient role. This is natural since forgiving and deploring or censuring are both possible responses to a single state of affairs.” (Norrick 1987: 290) E de facto assim é, pois se uma pessoa falta ao encontro combinado, eu posso *perdoar-lhe* ou *criticá-la* acerbamente pela sua falta de pontualidade. A opção por um destes actos em detrimento de outro é determinada por uma série de factores contextuais, mas muitas vezes eles só diferem nas emoções que expressam e nas funções sociais.

Usos explícitos de *perdoar* são raros, embora seja frequente o uso do verbo no infinitivo para descrever acções governamentais ou institucionais.³⁵ Encontra-se um exemplo engraçado entre os provérbios portugueses, relativo a comida:

(28) *Perdoo-te o mal que me fazes pelo bem que me sabes.*

No dia-a-dia, o acto ilocutório de *perdoar* usa-se sobretudo como resposta a pedidos de desculpas, como forma de encerrar o assunto, retirando-lhe importância, em frases como as seguintes:

(29) Não tem importância.

(30) Vamos pôr uma pedra sobre esse assunto.

Através de um directivo, o falante pode perdoar indirectamente, considerando o assunto encerrado:

(31) Deixa lá isso!

(32) Esquece.³⁶

³⁵ “O Governo pretende **perdoar** juros e coimas aos contribuintes que contestaram pretensas dívidas exigidas pelo Fisco. Segundo o jornal Público, o perdão aplica-se aos queixosos que aceitem discutir os seus casos nas futuras comissões de conciliação.” (ed. *Público online* de 10.07.08, destacado nosso)

Como já foi dito, é muito útil ter convenções bem definidas para *desculpar* e *perdoar* em sociedade, porque, depois de aplicadas pelos intervenientes, a comunicação pode continuar. Muitas vezes o acto de perdoar envolve *ilibação*. Assim, a função social é libertar o destinatário de sentimentos de culpa. Registamos ainda o caso em que o acto de *perdoar* pode ser visto como uma afirmação do poder do falante sobre o destinatário - por exemplo, quando países ricos *perdoam* solenemente as dívidas a países pobres.

2.9. *Vangloriar-se*

Vangloriar-se equivale a *gabar-se*, *exibir-se*.³⁷ É um acto defectivo enquanto acto illocutório expressivo, porque nunca ocorre com um performativo explícito e porque, muitas vezes, consiste em manifestações acerca do futuro, acções tencionadas, expressando proposições que não podem ser pressupostas como verdadeiras. Daí que Norrick opte por limitar a sua análise a actos de *vangloriar-se* com referências factuais a actividades passadas: “To count as a genuine expressive illocutionary act, an act of boasting must involve a report of an actual past exploit and express the speaker’s pride in it.” (Norrick 1987: 290).

Tal como no caso de *lamentar-se*, a pessoa a quem um acto deste tipo é dirigido não precisa de ter sido envolvida como participante na situação passada. O falante não tem só o papel de agente, tem também o de observador.

Agente=falante valor=positivo observador=falante

A função social deste acto é, por vezes, simplesmente impressionar o outro com o relato de conquistas pessoais, mas pode ir além disso. O falante pode tencionar inspirar a confiança e a admiração do outro. Também pode pretender desencorajar competição ou resistência. Surge em enunciados como: *Eu sou mesmo bom!; Ninguém consegue fazer*

³⁶Estas fórmulas também se usam em resposta a actos de agradecimento. As suas funções sociais não são muito diferentes: assinalar a satisfação do falante com a resposta do seu interlocutor e pôr um fim à situação, mostrar que o *pedido de desculpas* foi aceite ou que já não se espera outro fim para o assunto.

³⁷“To brag is to express pride in and approval of oneself, with the preparatory condition that what is being bragged about is good for the speaker and possibly envied by the hearer. Brags either explicitly expressed pride with (e.g., I’m so proud) or approval for (e.g., I’m so happy) with one’s accomplishment (...), or directly addressed the preparatory condition by describing (...) the accomplishment with a high degree of strength (i.e., I did great, awesome, fantastic, etc.).” (Holtgraves 2005: 2033).

melhor; Ainda não nasceu quem me há-de vencer; Eu saí-me muito bem no período passado, consegui a melhor nota do meu curso.

Searle refere-se a este acto como um dos que não têm um verbo performativo que ocorra explicitamente: “Most illocutionary verbs have performative uses – e.g. ‘state’, ‘promise’, ‘order’, ‘conclude’. But one cannot perform acts of, e.g., boasting or threatening, by saying ‘I hereby boast’, or ‘I hereby threaten’. Not all illocutionary verbs are performative verbs.” (1979: 7)

Fica assim concluída a análise da proposta de Norrick relativa a uma tipologia de actos illocutórios expressivos.

2.10. *Saudar*

Este acto expressivo é analisado por Searle. Norrick poderá não o ter referido por ser um caso semelhante ao de “Welcoming”. Embora a situação não seja a mesma, o esquema de participantes e o juízo de valor são iguais:

Agente=falante ou destinatário valor=positivo paciente=falante

O acto de saudação resulta do encontro de duas pessoas que, depois de contactarem visualmente, trocam cumprimentos; qualquer uma delas pode ser o agente, mas o agente é aquele que fala primeiro. Este acto não se realiza se uma das personagens não corresponder ao primeiro contacto, o olhar (é-nos familiar a situação de alguém que “faz de conta que não nos viu” para evitar um encontro indesejável). A saudação está integrada em todas as culturas como componente verbal da interacção social, que se realiza por meio de fórmulas, de estruturas consolidadas e de uso estritamente convencional. A função social deste acto é criar laços entre as pessoas e dar início à interacção conversacional, à *comunhão fática* (Haverkate 1993). É um acto adornado de multimodalidade, na expressão gestual, facial, e nos aspectos entoacionais que apoiam a realização linguística. A saudação reflecte particularmente bem as relações entre os falantes através da escolha do registo de língua e da forma de tratamento utilizada, por exemplo numa carta, como fórmula de abertura, ou de despedida.

Sobre este acto, diz Searle que não tem conteúdo proposicional: “Greetings are a much simpler kind of speech act (...). In the utterance of “Hello” there is no propositional content and no sincerity condition. The preparatory condition is that the speaker must

have just encountered the hearer, and the essential rule is that the utterance counts as a courteous indication of recognition of the hearer.” (1969: 64)

A extensão das fórmulas de saudação varia entre o emprego de uma só palavra, duas ou três. A categoria de *saudações monoléxicas* inclui fórmulas que só podem ser utilizadas para cumprimentar, por exemplo *Olá!* Por outro lado, a categoria de *saudações biléxicas ou triléxicas* (*Como está?; Passou bem?*) especifica perguntas sobre a saúde e o bem-estar do interlocutor que, de um modo geral, são de cortesia e não exigem respostas concretas.

2.11. *Desejar, esperar, almejar*

Para além da proposta de Mateus *et alii* (2003: 487-489) de identificar actos ilocutórios expressivos que “exprimem desejos do locutor” através de frases optativas, incluímos aqui os actos de felicitações ocasionais ou os votos de melhoras, por exemplo, porque também expressam votos, desejo de que algo aconteça.

Nestes actos o agente é o falante, pois é ele que experiencia o desejo; o paciente pode estar ou não definido: pode ser o destinatário, o próprio falante, uma terceira entidade, individual ou colectiva; o valor pode ser positivo ou negativo. A dimensão factiva é muito variável, mas envolve sempre uma situação de interesse para o falante. Esse interesse decorre do desejo de um desfecho positivo, ou negativo, cuja concretização não é controlada, ou controlável, pelo falante.

Estes actos podem realizar-se através de expressões como: *Oxalá (tudo corra como desejam!); Deus queira que (tudo corra como desejam!); Espero que (cheguem bem); Desejo que (ele seja feliz); Se ao menos (parasse de chover!); Ela que se cuide!; Havia de partir uma perna (como castigo do que me fez!); Malditas sejam as segundas-feiras!; Raios partam o frio!; Abençoados os simples!; Votos de um Natal Feliz!; Votos de uma rápida recuperação!*

As funções sociais deste tipo de actos podem ser: estreitar laços entre os falantes, manifestar desejos que são do interesse geral (por exemplo, que a guerra acabe), ou cumprir rituais comunitários, sempre com o objectivo de ser aceite pelos outros.

2.12. *Actos expressivos de gosto*

Estes actos illocutórios expressivos não têm uma função social,³⁸ são meramente expressivos dos sentimentos, das emoções e opiniões do falante, dos seus gostos pessoais. O falante é sempre o agente, o interlocutor, se existir, é, normalmente, observador. A condição factiva é preenchida por um antecedente cujo significado afecta, em particular, o falante. Repare-se como os dois enunciados que se seguem, quando realizados num contexto em que o falante não pretende agir sobre um interlocutor, são meramente expressivos:

(33) Odeio favas!

(34) Que dia horrível!

No exemplo que se segue, o falante expressa a sua opinião não sobre o seu interlocutor, mas sobre uma circunstância que rodeia a interacção conversacional, a circunstância de o outro estar a usar um *vestido bonito*:

(35) Gosto muito do teu vestido!

O destinatário não é o paciente, embora indirectamente possa sê-lo, pois o elogio é recebido por ele e até pode ser respondido por ele com um *Obrigado!* Contudo, parece-nos que o objectivo illocutório deste acto não é elogiar o interlocutor, mas sim expressar uma opinião. Pode, contudo, ter uma função social: estreitar os laços entre os dois intervenientes, criar condições para o prosseguimento da interacção discursiva, etc.

Ilustremos este acto com outros usos, começando com dois exemplos que são variantes do anterior:

(35 a) Um vestido novo!

(35 b) Que lindo vestido!

(36) Que bom aspecto que tem este bolo!

³⁸ Daí Norrick não os contemplar na sua análise, dirigida para a dimensão social.

Em (36) pode nem haver destinatário do possível elogio: apenas se faz um comentário expressivo.

2.13. *Considerações finais*

Como pudemos verificar, grande parte dos actos ilocutórios expressivos têm uma dimensão social determinante na sua realização, e os enunciados que os actualizam estão de tal forma cristalizados na língua que, quando o falante sente necessidade de ser, de facto, expressivo, recorre a expressões enfáticas, como o uso do diminutivo, do advérbio, da hipérbole, do grau superlativo, da repetição ou até do calão. Não esqueçamos que estas fórmulas convencionais de cumprimentar, agradecer, pedir perdão foram vistas, durante muito tempo, como a linguagem da “máscara”: “Essa ‘linguagem da máscara’ tem vindo a ter, aos olhos dos investigadores, a função de desagravar o potencial de agressão, no sentido de assegurar uma suave interacção, função ainda hoje implícita nas formas de tratamento em algumas línguas (como o inglês e o português) (...)” (Silva 1994: 46).

Outros actos ilocutórios expressivos não apresentam esta dimensão, podem constituir mera expressão de emoções, de sentimentos, de gostos do falante. Não são dirigidos a um interlocutor, não pretendem dirigir-se a ele, realizam a dimensão mais expressiva da linguagem.

Seria, então, possível identificar os actos expressivos a partir das suas funções sociais, expressivas ou avaliativas. Heringer e Lima (1987: 184-197), contrariamente às outras fontes consultadas, apresentam os actos expressivos separados dos avaliativos, baseando-se nos seguintes princípios: “Ao enunciar uma frase F, um falante A pratica um acto expressivo – como por exemplo agradecer ou exprimir espanto - quando tem o propósito de dar a compreender a B qual o seu estado psicológico relativamente ao que F expressa (...) Ao enunciar uma frase F, um falante A pratica um acto avaliativo – como por exemplo dizer que algo é bom – quando tem o propósito de dar a compreender a B que a sua atitude (de A) é favorável/desfavorável relativamente a algo determinado por F.” Não nos parece que a distinção seja suficiente para considerar os dois actos em separado, pois, na sua essência, são idênticos: expressar uma “atitude favorável/desfavorável” é expressar um estado psicológico.

Mantemos, portanto, a nossa proposta de abordar os actos expressivos como *expressivos e avaliativos*. Parece-nos até mais defensável apresentar os actos expressivos como essencialmente avaliativos, pois mesmo os mais canónicos (por exemplo *agradecer*, indicado por Heringer e Lima (1987) como expressivo) podem constituir uma

avaliação: o acto de *agradecer* resulta de um reconhecimento de papéis em que A se vê como beneficiário da acção de B; *pedir desculpa* implica, por parte de A, uma avaliação negativa do seu comportamento face a B, etc. Excluimos deste cenário os actos meramente expressivos de emoção.

(...) it is clear that in most cases the final comprehension of an utterance as a specific speech act must be based on an analysis of the utterance itself. The question, then, is which typical properties of utterances indicate which speech acts have been performed – or may be counted as having been performed?

Teun A. van Dijk, 1981

III. Alguns suportes básicos dos actos ilocutórios expressivos em português

Definida uma tipologia, passemos à análise de alguns suportes mais convencionais da força ilocutória dos actos expressivos: os verbos e expressões performativas e as frases exclamativas.³⁹ Propomos alargar brevemente a análise a frases optativas e interjeições. A nossa reflexão leva-nos ainda a analisar estruturas híbridas que, provavelmente, realizam simultaneamente actos expressivos e asserções e não são contempladas na bibliografia consultada: frases com adjetivos e advérbios avaliativos. Estes suportes, evidentes ao nível da superfície da frase, conferem determinadas propriedades ao enunciado, funcionando como indicadores da sua força ilocutória.

1. *Expressões performativas*

No conjunto das expressões performativas encontramos (1.1) **verbos e locuções verbais** (por exemplo, *perdoar*, *dar as boas-vindas*, *pedir desculpa*), tipicamente na 1ª pessoa do singular do presente do indicativo;⁴⁰ (1.2) **frases com sujeito indeterminado**⁴¹ **assinalado pelo clítico *se*** (*agradece-se a entrega do formulário até dia x*); (1.3) **construções com *estar* e *ficar*** (*estou/fico agradecida...*).

1.1. *Verbos e locuções verbais* referidos como performativos do acto ilocutório expressivo implicam o sujeito directamente naquilo que expressa, evidenciando a sua subjectividade emocional e avaliativa. É isso que define o acto ilocutório expressivo. Não

³⁹ Cf. Gouveia (1996) e Faria (2003).

⁴⁰ Sinalizando, então, necessariamente um sujeito do enunciado coincidente com o sujeito da enunciação.

⁴¹ Entendemos por sujeito indeterminado um sujeito de referência arbitrária, parafraseável por “alguém”.

se procura que o mundo corresponda, ou venha a corresponder, ao que é dito, procura-se apenas responder subjectivamente a um estado de coisas real, em enunciados de pendor deíctico: *eu agradeço aqui e agora; eu peço desculpa aqui e agora; eu lamento aqui e agora...*

Verificam-se, pois, restrições quanto à co-ocorrência do presente com sintagmas adverbiais temporais que remetem para intervalos de tempo da esfera do passado ou do futuro, cujo conteúdo vá pôr em causa a coerência do enunciado. Assim enunciados como os que se seguem não são gramaticais:

(1) * Eu agradeço-te ontem.

(2) * Nós lamentamos amanhã.

Quando dizemos que um enunciado tem um valor temporal de presente, queremos dizer que se expressa uma relação de simultaneidade entre a acção que está a ser realizada e o momento da enunciação, i.e., o *dizer* e o *fazer* sobrepõem-se.⁴² Fazer coincidir a enunciação com a situação implica projectar na linguagem o evento da própria actividade linguística, a *performance*.

(3) Lamento o que aconteceu.

(4) Desaprovo a tua atitude.

⁴² Este não é, contudo, o sentido único, nem o mais comum do presente do indicativo, por exemplo, em “eu pinto”, “eu nado”, “eu fumo” obtêm-se outros sentidos que não se reportam apenas ao momento de fala. “Eu pinto” será interpretado como *eu tenho o hábito de pintar*, “eu nado”, como *eu tenho o hábito de nadar*, “eu fumo”, como *eu tenho o hábito de fumar*. Vários são os sentidos que o Presente do Indicativo pode assumir:

- Referir um facto que acontece no momento da enunciação: *O 7º C está na sala 34A.*
- Indicar acções ou estados que não se alteram com o tempo: *O Sol nasce todas as manhãs.*
- Marcar uma duração prolongada: *A Ana vive na Figueira desde que nasceu.*
- Expressar um estado habitual: *Eu bebo leite (todas as manhãs).*
- Aproximar da actualidade um facto passado: *Em 1640 dá-se a Restauração da Independência.*
- Aproximar do momento actual um facto futuro: *Para a semana vamos de férias.*
- Fazer uma intimação: *Agora ficas calada e fazes os TPC.*
- Atenuar a rudeza do imperativo: *Queres estar calado?*
- Pedir delicadamente: *Tu trazes-me o livro amanhã, por favor.*

Para analisarmos os valores do Presente devemos ter em conta o valor aspectual da frase, expresso na semanticidade do verbo, nas perífrases verbais e nos advérbios e locuções adverbiais de tempo.

Quando se conjugam o modo indicativo, o tempo presente e a 1ª pessoa, o *dizer* e o *fazer* sobrepõem-se e potenciam a expressão da avaliação ou emoção do falante, como estando a acontecer. O acto ilocutório expressivo envolve, então, um juízo intelectual ou afectivo do falante sobre uma ocorrência anterior ao acto de elocução realizado no presente. Basta alterar o tempo para o pretérito perfeito para passar a um acto descritivo⁴³:

(5) Eu lamentei o que aconteceu.

Vejamos agora, numa breve análise, alguns contextos de ocorrência destes verbos e locuções performativas, analisando a sua estrutura argumental e as suas propriedades de selecção categorial.

1.1.1. *Agradecer*⁴⁴ e *perdoar*

São predicadores de três argumentos, um argumento externo (Sujeito, doravante S) e dois argumentos internos (Complemento Directo e Complemento Indirecto, doravante CD e CI, respectivamente). O argumento interno com função sintáctica do CD pode ser:

– um Sintagma Nominal (doravante SN), como se exemplifica em (6) e (7):

(6) Agradeço-te *a lembrança*.

(7) Perdoamos-te *a falta*.

– um Sintagma Preposicional (doravante SP) com a seguinte estrutura interna:

– *por* + SN:

(8) Perdoo-te *pelas* horas que me fizeste sofrer.

⁴³ Sobre este tópico, veja-se I.1.2.

⁴⁴ Já vimos em II. 2.2. que o verbo *agradecer* pode ser usado para a realização de um pedido [(10) Agradeço que abram o livro na p. 82]. É também o que se verifica nos exemplos que se seguem: com quantificadores numerais no argumento interno, o verbo *agradecer* parece perder a sua dimensão factiva, denotando não uma acção realizada sobre a qual se agradece, mas uma acção a realizar:

i. Agradeço *duas* bicas para esta mesa.

(9) Agradeço-lhe *por* tudo o que fez pelo clube.

– *por* + Frase infinitiva:

(10) Agradeço-lhe *por* me ter ajudado quando precisei.

– uma frase completiva finita introduzida por *que* (com esta construção o verbo ocorre sempre no conjuntivo, apesar da pressuposição de factividade):

(11) Agradeço *que sejam pontuais*.

(12) Agradeço *que me tenhas vindo visitar*.

(13) Perdoo-te *que não me tenhas vindo visitar*.

– ou uma frase completiva infinitiva:

(14) Perdoo-te *seres tão egoísta*.

(15) Agradeço-lhe *ter-me ajudado quando precisei*.

Se o CD for um SN, o núcleo pode ser um nome deverbal introduzido por um artigo definido, por um demonstrativo, um possessivo ou um quantificador, como podemos ver nos exemplos:

(16) Agradeço *a vossa lembrança*.

(17) Agradeço *todo o apoio*.

(18) Agradeço *este convite*.

O núcleo nominal pode, naturalmente, ser complexificado por estruturas de modificação (sintagmas adjetivais, preposicionais ou frases relativas).

Quando o CD não é um nome deverbal, pode inferir-se o modificador implícito do nome que permite a reconstituição do evento:

(19) *Perdoo-te essas palavras* (*Perdoo-te as palavras que me disseste*, equivalente a *Perdoo-te o facto de teres dito essas palavras*).

Quando não é respeitada a selecção categorial, mesmo com o número de argumentos adequado, a frase resulta agramatical:

(20) * [Eu] agradeço [sejam pontuais].

(20 a) Eu agradeço que sejam pontuais.⁴⁵

Quanto ao enunciado que se segue, será mais aceitável com uma intenção irónica, pois verifica-se uma incoerência semântica entre o acto de agradecer (que pressupõe do destinatário um comportamento positivo prévio de que o falante foi o beneficiário) e o sofrimento (que tem um valor negativo):

(21) Agradeço-te todo o sofrimento que me causaste.

Mas essa incoerência já não se verifica com o performativo *perdoar*. Estes dois verbos apresentam valores opostos: *agradecer* tem uma dimensão factiva de valor positivo e *perdoar* de valor negativo.

1.1.2. *Felicitar*

É um predicador de três argumentos, um argumento externo (S) e dois argumentos internos (CD e Complemento Oblíquo [doravante CObl]). O argumento interno com função sintáctica de CD é um SN com diferentes graus de complexidade interna, sendo que pode ser realizado por determinante+nome ou por pronome pessoal:

⁴⁵ Seria de esperar que os verbos factivos, em que se afirma a verdade da proposição subordinada, seleccionassem o indicativo e não o conjuntivo, tradicionalmente associado ao domínio da incerteza, eventualidade ou dúvida: agradeço que *sejam*, perdoo-te que *não tenhas vindo*... “Por estas razões, a análise do conjuntivo tem sido controversa, uma vez que não está claro se de facto as suas formas são portadoras de significado ou se são semanticamente vazias, surgindo apenas por exigência das construções sintácticas.” (Oliveira 2003: 258)

(22) Felicitamos *a V. escola* pelos resultados alcançados.

(23) Felicito-*te* pelos resultados alcançados.

O argumento interno com a função de CObl é sempre um SP introduzido pela preposição *por*. Vejamos a estrutura interna deste SP:

– pode ser constituído por *por* + SN:

(24) Felicito-*te pelas tuas notas*.

– pode ser constituído por *por* + frase completiva infinitiva:

(25) Felicito a Maria *por ter conseguido chegar ao fim*.

1.1.3. *Deplorar e lamentar*

São predicadores de dois argumentos, um argumento externo (S) e um argumento interno (CD). O argumento interno pode ser realizado:

– por um SN:

(26) Eu deploro *a atitude da tua mãe*.

– por uma frase completiva finita:

(27) Deploro *que ele veja Camões apenas como um poeta épico*.

Saliente-se que, no caso de o argumento interno ser uma frase completiva finita, o verbo ocorre sempre no conjuntivo, apesar da pressuposição de factividade.

– ou por uma frase completiva infinitiva:

(28) Lamento *não teres vindo jantar*.

1.1.4. *Gostar*

É um verbo transitivo binário, com dois argumentos, um externo (S) e um interno (CObl).

O argumento interno é realizado por:

- um SP introduzido pela preposição *de* seguida de SN:

(29) Eu gosto *de ti!*

- um SP introduzido pela preposição *de* seguida de uma frase completiva infinitiva:

(30) Eu gosto *de te ouvir falar.*

- uma frase completiva finita introduzida por *que*, com o verbo obrigatoriamente no conjuntivo:

(31) Gosto *que me venhas visitar.*

1.1.5. *Condoer-se, lastimar-se*⁴⁶

Estes predicadores realizam-se na sua conjugação reflexa, portanto, em termos referenciais, o argumento externo coincide com o argumento interno com a função sintáctica de CD: o sujeito da acção é também aquele que sofre o efeito da acção. O segundo argumento interno, com função sintáctica de CObl, é um SP cujo núcleo é a preposição *de* seguida de SN, como verificamos nos exemplos:

(32) Eu condoo-me *da tua desgraça.*

(33) Nós lastimamo-nos *dos nossos infortúnios.*

⁴⁶ *Lastimar*, verbo a que o *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*, da Academia das Ciências de Lisboa atribui quatro significados fundamentais: «sentir pena (de qualquer coisa)», «sentir desagrado (por qualquer coisa)», «causar dor» e «queixar-se» (esta última acepção associa-se à forma pronominal do verbo *lastimar-se*). É este último sentido que aqui nos interessa.

1.1.6. *Pedir desculpa*

A locução *pedir desculpa* só em registos formais é utilizada:⁴⁷

(34) Pedimos desculpa pela ocorrência.

Mas esta locução não é flexionada com sujeito indeterminado. Apesar da impessoalidade que encontramos no habitual aviso a assinalar obras em locais públicos, o verbo aparece flexionado na primeira pessoa do plural:

(35) Pedimos desculpa pelo incómodo. Prometemos ser breves.

De facto, o verbo *lamentar* e a locução *pedir desculpa* não se realizam com sujeito indeterminado, embora o seu uso de cortesia esteja frequentemente ligado a contextos de impessoalidade. Interpretamos este facto como uma propriedade semântica destas formas verbais quando funcionam como suportes de actos expressivos: o sujeito tem que estar literalmente envolvido na acção de dizer. A locução verbal selecciona um argumento interno que categorialmente é um SP. Vejamos agora a estrutura interna deste SP:

– Preposição *por* + SN:

(36) Peço desculpa *pelo atraso*.

– Preposição *por* + Frase infinitiva:

(37) Peço desculpa *por ter chegado atrasada*.

1.1.7. *Dar as boas-vindas*

Relativamente à estrutura argumental da locução *dar as boas-vindas*, verifica-se a selecção de um argumento externo (S) e de um argumento interno (CI), que pode não estar expresso. O argumento externo também pode não estar expresso, mas não pode ser indeterminado, pois os actos ilocutórios expressivos são sempre realizados na 1ª pessoa. Assim, o sistema operativo do nosso computador que nos saúda com um “Bem-vindo”,

⁴⁷ Em registos menos formais usa-se apenas “desculpe”.

ou as placas de saudação colocadas nas estradas à entrada de cada povoação são também agentes na realização de um acto expressivo de saudação:

(38) Dou-vos as boas-vindas.

(39) A Vila de Góis dá-lhe as boas-vindas.⁴⁸

Este tipo de saudações constitui uma metonímia, pois por detrás da Vila de Góis, ou por detrás do sistema operativo do nosso computador está uma entidade colectiva, um *nós*: a Microsoft ou o colectivo das povoações. Portanto, mantém-se o traço da primeira pessoa.

Da incoerência semântica dos enunciados (40) e (41) podem resultar efeitos humorísticos:

(40) Dou-te as boas-vindas quando partires.

(41) Saúdo-te na despedida.

1.2. Frases com sujeito indeterminado, assinalado pelo clítico *se*

Trata-se do clítico argumental de referência indefinida *se*. O sujeito associado a este clítico é parafraseável por *alguém*. O pronome *se* pode ser considerado o argumento externo do verbo *agradecer*.⁴⁹

⁴⁸ Outra forma de realizar o acto de boas-vindas é através do uso do presente do conjuntivo do verbo *ser*, forma supletiva do imperativo, combinado com o sintagma adjectival *bem-vindo*:

(i) Sejam bem-vindos!

Uma paráfrase possível desta frase seria:

(ii) (Eu desejo que) sejam bem-vindos!

Uma outra forma de realizar o acto de dar as boas-vindas envolve o uso do verbo *saudar*, em exemplos do tipo:

(iii) A freguesia de Tavadere saúda-o.

⁴⁹ Daí a agramaticalidade de frases com realização dupla do sujeito:

i. *Ele agradece-se que...

Este *se* pode também ser designado por *se-nominativo*. A realização dupla de sujeito está presente na linguagem popular, sobretudo em frases como a seguinte:

ii. *Ele diz-se que o centro de saúde vai fechar.

(42) *Agradece-se* a devolução da chave do cacifo no acto de saída.

Esta fórmula de agradecimento é muito frequente em situações formais, em que se requer impessoalidade no tratamento.

Lamentar é o outro verbo que permite a realização de frases com sujeito indeterminado em actos ilocutórios expressivos.⁵⁰

(43) E, neste caso, *lamenta-se* que uma figura do futebol português como Artur Jorge - treinador do FC Porto mas também seleccionador nacional - tenha descido tão baixo ao protagonizar algumas das cenas mais lamentáveis a que se assistiu domingo no Estádio das Antas.

(44) Todavia, *lamenta-se* a demagogia de tanto político e de tanto candidato a porta-voz da consciência nacional.

1.3. Construções com *estar* e *ficar*

Começemos por considerar os seguintes exemplos:

(45) Eu fico/estou agradecida/grata (por tudo o que fizeram por mim).

(46) Eu fico/estou satisfeita (por terem conseguido resolver o teste).

(47) Eu estou/fico decepcionada (com o vosso comportamento).

(48) Eu fico/estou muito feliz (por terem chegado).

(49) Eu estou/fico arrependida (por ter reagido daquela maneira).

Normalmente, o verbo “*estar*” designa o estado do sujeito considerado como accidental, não inerente, temporário.⁵¹ Portanto, o predicado representado é um *predicado de estado*.

⁵⁰ Os exemplos (43) e (44) foram retirados de <http://www.linguateca.pt/CETEMPúblico> (acedido em 17.05.09).

⁵¹ Esta propriedade semântica é mais evidente quando contrastamos os predicados “*ser feliz*” e “*estar feliz*”:
i. Eu *não sou feliz*, mas, neste momento, *estou feliz*.

Todos os predicadores dos exemplos referidos denotam estados emocionais, encontrando-se restringidos à ocorrência em situações temporalmente limitadas, e todos eles são participios recategorizados em adjetivos que só admitem a predicação com *estar* ou *ficar*. O exemplo (48) incorpora um adjetivo de raiz – *feliz* – que surge em construções com *ser*, sem restrições sintáticas.

As construções com *estar* são sinónimas das construções com *ficar*? Nos exemplos utilizados parece-nos que sim, mas em outras situações elas não são sinónimas. Se a construção com *estar* pode ser designada de construção resultativa, de estado resultante ou mudança de estado (veja-se Campos & Xavier 1991: 315), a construção com *ficar* parece não representar um “*resultado*”, mas denotar, apenas, um evento pontual. O exemplo seguinte ilustra bem estas duas leituras:

(50) Eu fico/estou horrorizada só de pensar nisso!

A construção com *estar* + *adjectivo* denota um estado, a construção com *ficar* + *adjectivo* parece denotar uma culminação que acarreta mudança de estado: não estava horrorizada e passei a estar horrorizada.

Podemos concluir que as construções com *estar* e *ficar* funcionam performativamente, quer focalizem o estado, quer focalizem a culminação que conduz a um determinado estado consequente. Este tipo de construções só ocorre com os copulativos⁵² *estar* e *ficar*. Não são aceitáveis enunciados como os que se seguem:

“Ser feliz” expressa uma propriedade permanente, inerente, “estar feliz” expressa um estado temporário, transitório. Cunha e Ferreira (2004: 423), baseando-se em Mateus *et alii*. (1989), sistematizam esta questão, da seguinte forma: “a construção *ser* + *Adj.* daria conta de propriedades de indivíduos (i.e., caracterizaria directamente as entidades a que se aplica), enquanto *estar* + *Adj.* veicularia propriedades de manifestações temporalmente limitadas de indivíduos (ou seja, descreveria apenas propriedades de “porções” ou de “períodos” de alguma forma associados às entidades envolvidas).”

Mas atente-se no seguinte caso:

- ii. a. O cão está morto.
- b. A Maria é muito jovem.

A predicação em (ii. a) – com *estar* – descreve um estado de coisas permanente, enquanto (ii. b) – com *ser* – descreve uma situação bem mais transitória.

⁵² DT [B 3.1] Verbo copulativo: “ Verbo que ocorre numa frase em que existe um constituinte com a função sintáctica de sujeito e outro com a função sintáctica de predicativo do sujeito.

Exemplos

Costumam listar-se como verbos copulativos os seguintes: *ser*, *estar*, *ficar*, *parecer* (como em “parecer doente”), *permanecer*, *continuar* (como em “continuar calado”), *tornar-se* e *revelar-se*.

- (i) A Teresa está doente.

(51) *Eu sou agradecida/ grata.

(52) Eu continuo agradecida.

(53) *Eu sou decepcionada.

(54) *Eu sou arrependida.

O exemplo (52) é aceitável, mas perde-se a dimensão da performatividade, pois não é equivalente de *Eu agradeço tudo o que fizeram por mim*.

A intensidade da emoção expressa em construções com *estar e ficar* pode ser reforçada com advérbios de modo:

(55) Eu fico *profundamente* agradecida.

Até aqui, analisámos as expressões performativas que comportam um núcleo verbal, preferencialmente na primeira pessoa e no presente do indicativo. Mas há outras expressões que, sendo performativas, não comportam núcleos verbais, como as que a seguir se apresentam:

(56) Os meus pêsames.

(57) Parabéns!

(58) Bem-vindo!

Por fim, refira-se ainda a possibilidade de verbos modais com valor deontico (*poder e ter de*) antecederem verbos e locuções performativas em frases algo estereotipadas, com o papel de intensificadores do acto expressivo, como se ilustra em (59) e (60):

(ii) A Ana é veterinária.

(iii) A Margarida ficou calada.

(iv) A Margarida continua em Lisboa.”

(59) Eu tenho de te pedir desculpa por...

(60) Eu não posso deixar de agradecer tudo o que...

Literalmente, o falante aparece a dizer que tem a “obrigação” de agradecer, de pedir desculpa, mas a verdade é que ele está, no momento da enunciação, a agradecer e a pedir desculpa. Fraser (1975: 188) chama a estes verbos que funcionam como “pré-modificadores” “Weakly performative”, por oposição aos expressivos “strongly performatives”. Note-se que se trata de um caso de indirectão: através de uma asserção deonticamente modalizada, realiza-se um acto expressivo.

2. Frases exclamativas

O presente subcapítulo estrutura-se em torno dos dois grupos que constituem as exclamativas: as exclamativas totais e as exclamativas parciais. As exclamativas totais que nos propomos abordar são as construções exclamativas mais comuns, como as enfáticas de *é que*, *cá* e *mesmo* e as perguntas exclamativas (com e sem negação expletiva). As exclamativas parciais analisadas são as exclamativas-Q e outras construções elípticas bastante produtivas em termos de expressividade.

2.1. Definição do padrão da exclamativa

O tipo de frase, tal como o verbo performativo, é apenas um dos processos que permitem a realização de actos de fala directos (perguntar, responder, prometer, ordenar, saudar...). Podemos dizer que se trata de um padrão numa língua (*type*), sendo as suas ocorrências em contextos discursivos e situacionais a sua concretização (*token*). Sem essa realização, que poderá ter imensas formas, não poderíamos estabelecer o padrão, o tipo.

A frase exclamativa é um recurso tão frequente nos actos illocutórios expressivos que existe em todos os actos estudados: agradecer (*Muito obrigado!*), pedir desculpa (*Perdoa-me!*), censurar (*O teu comportamento é inadmissível!*), saudar (*Olá!*), etc.

Vejamos a definição proposta por Cortés (1999: 3995):

Podemos definir la oración exclamativa dentro de la teoría de los actos de habla como un tipo gramatical de oración que corresponde a la realización de la fuerza ilocutiva del acto de habla expresivo o fuerza exclamatoria, marcada gramaticalmente por una clase de palabras exclamativas o *palabras-cu* (*qué, cuál, como, cuánto*), palabras que ponderan o intensifican algo que afecta al hablante. La fuerza ilocutiva de este acto, o fuerza exclamatoria, que puede manifestarse en la sola entonación, indica el estado mental del hablante de rechazo, sorpresa, entusiasmo, admiración, confusión, perplejidad, duda, incredulidad, indignación, etc., ante un estado de cosas (...) la fuerza exclamatoria está vinculada a la condición de sinceridad del acto de habla, que denominaremos condición de afectación.

O autor coloca as frases exclamativas ao serviço do acto ilocutório expressivo, na medida em que elas indicam o estado mental do falante perante um determinado estado de coisas - entusiasmo, admiração (1), surpresa (2), indignação (3) - num grau de maior ou menor envolvimento:

(1) Que dia maravilhoso!

(2) A minha alma está parva! Se não visse, não acreditava!

(3) És mesmo palerma!

Por exemplo, em (3) o objectivo do acto de fala é mostrar que o falante se encontra afectado por algo. Ao proferir a frase *És mesmo palerma!*, o falante pressupõe que o ouvinte está a fazer, ou fez, algo que o afecta a ele, falante. A condição de sinceridade é cumprida na assumpção de que a dimensão factiva da condição preparatória afectou, de alguma forma, o locutor. Logo, a característica semântica fundamental deste tipo de frases é a expressão do grau de uma propriedade atribuída pelo falante a uma realidade. Apresentando a proposição como evidente, o falante manifesta a sua avaliação.

Esta propriedade das exclamativas, apontada em Cortés e atribuída a Elliot (1971), é a de “inconsistencia con un estado de ignorancia del hablante” (p. 3996), ou seja, o falante produz uma exclamativa quando esta é despoletada por uma sua crença. Por exemplo, quando diz “*Que divertido é o Eduardo!*”, o locutor acredita que o Eduardo

é divertido. Repare-se como o operador *que* sinaliza a qualidade que é relevante para o falante, a qualidade (*ser*) *divertido*.

Estas exclamativas serão, então, marcadoras de modalidade apreciativa, particularmente quando se constrói um valor de alto grau, marcado pela especificidade da ordem das palavras e da curva melódica. A avaliação pode, nas exclamativas totais, recair sobre toda a proposição. Nas exclamativas parciais, recai, apenas, sobre uma parte da informação, como veremos a seguir.

2.2. Exclamativas totais e exclamativas parciais

Recorremos à apresentação da frase exclamativa total e da frase exclamativa parcial constante de DT (2008: B.4.3):

A frase exclamativa corresponde à expressão de uma avaliação do falante face a determinado contexto. As exclamativas caracterizam-se por processos sintáticos, como a inversão do sujeito (*i*), e/ou por marcas prosódicas, como o acento de intensidade a destacar um determinado constituinte (*ii*).

As frases exclamativas podem ser classificadas em função do escopo da exclamação. Assim, quando a exclamação recai sobre toda a frase, a **exclamativa é total** (*iii*); se a exclamação recai sobre um dos constituintes da frase, por exemplo, o grupo nominal sujeito (*iv*) ou o grupo verbal (*v*), a **exclamativa é parcial**. (destacado nosso)

(i) *Que fascinante é essa história!*

(ii) *Essa história é HORRÍVEL!*

(iii) *O bebé comeu a sopa!*

(iv) *Que delícia é esta sopa!*

(v) *Como comeste!*

Vejam-se outros exemplos de exclamativas totais, (4) e (5) e de exclamativas parciais, (6) e (7):

(4) Este último livro do Saramago é extraordinário!

(5) Nunca chegará a' *O Ano da Morte de Ricardo Reis!*

(6) Disparate!

(7) Muitos livros lêes tu!

As exclamativas totais apresentam duas características que permitem distingui-las das exclamativas parciais – não são elípticas e não se verifica nenhuma inversão da ordem canónica das palavras na frase. Portanto, as exclamativas parciais podem ser elípticas e apresentam uma sintaxe em que se registam movimentos dos sintagmas: por exemplo em (7) o sujeito foi deslocado para o final da frase, para uma posição pós-verbal.

As exclamativas parciais podem ser elípticas e não elípticas. As elípticas apresentam-se sob a forma de expressões nominais, antecidas ou não por adjectivos valorativos, ou possessivos, ou ainda sob a forma de expressões adjectivais, epítetos e interjeições; também podem ocorrer palavras de grau neste tipo de frases. As exclamativas parciais não elípticas apresentam uma expressão exclamativa que ocupa a posição inicial da frase, uma posição de operador em que ocorrem os sintagmas-Q deslocados na sintaxe. Este tipo de exclamativas é muitas vezes designado como *exclamativas-Q*, que Cortés (1999: 4004) classifica como “estrictamente exclamativas”: *Que lindo dia!*

Passemos, então, à análise detalhada de algumas construções exclamativas mais recorrentes em Português.

2.2.1. Exclamativas totais

2.2.1.1. Construções exclamativas com *é que*, *cá e mesmo*

(8) Isso *é que* era bom!⁵³

Esta exclamativa é particularmente interessante, porque permite duas interpretações completamente diferentes, em função da curva entonacional: se ela constitui uma resposta afirmativa à questão *Queres ir almoçar fora?*, expressa aprovação e entusiasmo, se responde negativamente, expressa desaprovação e pode até ser reforçada por expressões

⁵³ Exemplo retirado de Mateus *et alii* 2003: 479.

como *Não querias mais nada!* Sintacticamente, caracteriza-se pela ocorrência da sequência *é que*, marcadora de ênfase, seguida do imperfeito do indicativo.

Atente-se agora no exemplo (9):

(9) Nós *é que* temos de aguentar!

Este exemplo ilustra a possibilidade de ocorrência do presente do indicativo em frases exclamativas com *é que*.⁵⁴

Atente-se de seguida no exemplo (10):

(10) A professora deu-lhe *cá* um sermão!

Esta frase obedece, tal como as anteriores, a uma sintaxe característica das exclamativas totais, pois nenhum movimento é exigido para a sua boa formação. Assinala-se apenas a presença do advérbio modalizador *cá*, que dá à frase uma forma enfática: “Tem o sujeito falante uma noção intuitiva de ênfase, que genericamente associa ou amplamente faz convergir com a de ‘expressividade’ no uso da língua. Dizer de um dado enunciado que ele é enfático significa, na verdade, em termos correntes, que nele se tornam perceptíveis ou notórios valores expressivos ou expressivo-apelativos que o afectam quer globalmente, quer em algum ou alguns dos seus constituintes.” (Fonseca 1985: 214) O mesmo se verifica no exemplo seguinte, com o advérbio de reforço, *mesmo*:

(11) És *mesmo* parvo!

Também interessante é o caso da exclamativa com o advérbio modalizador *lá*:

(12) Eu quero *lá* saber disso!

Repare-se como a frase, ocorrendo embora na forma afirmativa, expressa de facto polaridade negativa. Em (12a), que corresponde à paráfrase de (12), explicita-se este valor:

⁵⁴ Só a entoação permite distinguir entre uma força ilocutória expressiva de desaprovação e a mera asserção de um facto com focalização sintáctica do sujeito através do marcador enfático *é que*: *Nós*, e não vocês, é que temos de aguentar.

(12 a) *Eu não quero saber disso.*

Para além desta alteração da polaridade, o advérbio *lá* inscreve no sentido da frase um valor expressivo que a forma neutra da frase não apresenta.

2.2.1.2. *Perguntas exclamativas*

As perguntas exclamativas podem ser consideradas interrogativas retóricas, porque são ‘falsas perguntas’. O padrão entonacional destas perguntas exclamativas é misto e nelas ocorre frequentemente a inserção de partículas exclamatórias, como ‘diabo’, ‘raio’. Afirma Rodrigues (1998: 56):

A chamada ‘pergunta retórica’ equivale, de facto, a uma exclamação ou a uma asserção e até, nas palavras de Stenström, a um “forceful statement (...)”. Por isto se entende que vários autores a definam como uma pergunta que constitui uma resposta em relação a si mesma num determinado contexto de enunciação. (...) Necessário será também esclarecer desde já um seu outro traço definatório: o sentido a atribuir a essa asserção [ou, acrescento eu, a essa exclamação] – à qual ela equivale – é quase sempre (...) constituído pelo sentido correspondente ao da proposição de polaridade inversa àquela que serve de suporte à elaboração da interrogação, isto é, se a pergunta retórica é positiva, o sentido sugerido é o negativo e vice-versa (...)

De acordo com Casanova (1990: 555), “De forte valor exclamativo, estas interrogativas são preciosos instrumentos na expressão de actos ilocutórios expressivos. (...) São normalmente interrogativas de valor exclamativo que o locutor formula em tom impaciente ou mesmo desesperado com o intuito de conseguir indirectamente o que não havia conseguido já.”

Os casos que vamos apresentar a seguir são, então, perguntas retóricas/perguntas exclamativas e expressam surpresa, admiração, susto, etc.

2.2.1.2.1. Construções com negação expletiva

A presença da negação expletiva, i.e., de um operador de negação que não funciona como tal, levando à interpretação da frase como afirmativa, é aqui o recurso mais evidente. Vejamos o exemplo (13):

(13) Então não passou o teste todo a dormir?!

O operador de negação pode suprimir-se nas perguntas exclamativas, pois o enunciado implica uma frase exclamativa na forma afirmativa: *Passou o teste todo a dormir!* A presença da negação só serve para acentuar na frase a expressão da indignação do falante.

Um outro exemplo de perguntas exclamativas com negação expletiva é aquele em que a resposta (a verificar-se) só poderá ser afirmativa. A entoação pode manifestar tal desaprovação que o interlocutor é inclusivamente levado a inferir que se trata de uma proibição indirecta, sobretudo quando o enunciado se articula com uma interrogativa-tag. Veja-se o exemplo seguinte, equivalente a (14 a):

(14) Tu não estás a pensar sair a estas horas, pois não?!

(14a) Tu não saís a estas horas!

2.2.1.2.2. Construções sem negação expletiva

Este tipo de interrogativas retóricas afirmativas caracteriza-se por ter um valor de polaridade negativa, contrariamente às construções anteriores. Para documentar esta propriedade da interrogativa retórica, veja-se o exemplo (15):

(15) É possível que penses isso de mim?!

A perplexidade do locutor perante o juízo que o interlocutor faz a seu respeito é traduzida numa afirmativa, mas o que ele quer de facto dizer é *Não é possível que penses isso de mim!* A entoação interrogativa-exclamativa acentua a sua surpresa, positiva ou negativa, conforme o contexto. Casanova (1990) atribui a este tipo de interrogativas um papel importante na realização de actos expressivos, mas também, e sobretudo, na realização de actos directivos indirectos. O exemplo que se segue facilmente poderá ilustrar esta dupla função:

(16) É assim que vais estudar para o teste?!

A interpretação desta frase como interrogativa retórica decorrerá do seu contexto discursivo e situacional. A entoação poderá constituir a chave linguística para a interpretação. Tal como nos casos anteriores, não se pretende uma resposta à questão (como aconteceria num acto directivo), porque o falante está a infringir a regra ou condição de sinceridade do acto directivo. Com efeito, a falsa pergunta corresponde a uma exclamativa negativa: *Não é assim que vais estudar para o teste!* Mas a força ilocutória de (16) é muito superior à sua paráfrase como exclamativa negativa. E se o objectivo for conseguir que o alocutário comece a estudar, então a expressão de um tom de desaprovação é secundária, pois está ao serviço de um acto ilocutório directivo indirecto de ordem: *Estuda!*

Vejam os outros casos de pergunta exclamativa como suporte de actos expressivos em que o mecanismo *forma afirmativa=polaridade negativa* deixa de funcionar:

(17) Está a chover tanto e o João vai passear?!

(18) É esse diabo/ raio de livro que tem estado desaparecido?!

Em (17), a frase complexa é composta por duas frases ligadas por coordenação copulativa; no entanto, a relação de sentido entre as duas frases parece-nos mais característica da subordinação concessiva:

(17 a) Embora esteja a chover tanto, o João vai passear.

A curva entoacional mista acrescenta à frase a surpresa e a desaprovação do falante, que não estão presentes em (17 a). Em (18), o registo familiar reforça a surpresa e irritação do falante. Repare-se que a expressão *diabo* ou *raio* não acrescenta qualquer informação à frase, mas dá ao enunciado um tom muito mais expressivo.

2.2.2. Exclamativas parciais

2.2.2.1. Exclamativas-Q não elípticas

A forma como o falante foi afectado por algo é expressa por uma classe de palavras que traduzem a qualidade ou quantidade dessa afectação. Essa classe é a das ‘palavras –Q’, que ocupam sempre a posição inicial da frase. Com elas pode efectuar-se uma ponderação quantitativa ou qualitativa nominal, adjectival, verbal, preposicional ou adverbial, como podemos verificar nestas exclamativas parciais não elípticas:

(19) *O que* eles têm lido!

(20) *Quantas vezes* esperei por ti!

(21) *Como* está crescido o teu filho!

(22) *Que delicioso* que está este pudim!

Em (19) a frase é ambígua: o pronome pode funcionar como verdadeiro quantificador, podendo substituir-se por *Quanto eles têm lido!*, no sentido de *Eles têm lido muito!*, ou como “qualificador”, isto é, a exclamação recai sobre a qualidade do que eles têm lido: *Os disparates que eles têm lido!* ou *As obras magníficas que eles têm lido!* Nesta interpretação, é sobre o objecto directo de *ler* que incide a apreciação. Em ambos os casos, há uma apreciação (reprobativa ou positiva) marcada apenas pelo tipo de frase e pela estrutura sintáctica, sem esquecer a entoação diversa que permitirá a interpretação de apreciação positiva ou negativa. Repare-se que a introdução do advérbio de negação nesta frase não altera o seu valor apreciativo: *O que eles não têm lido!*⁵⁵

Em (20) o operador exclamativo expressa o conceito geral de quantidade, assumindo a função de quantificador indefinido.

Em (21), a colocação do operador no início da frase levou a uma alteração da ordem das palavras, movimentando o sujeito para uma posição pós-verbal. Note-se, no entanto, que o enunciado *Como o teu filho está crescido!* também é gramatical.

Finalmente, (22) ilustra a presença do sintagma-Q em posição inicial de frase co-ocorrendo com o complementador *que* antes de uma frase existencial. Também aqui o

⁵⁵ Repare-se que não se verifica o uso de *o* exclamativo seguido de preposição: **O a que se chegou!*, **O em que estás a pensar!* A forma gramatical é: *Ao que se chegou!*, *No que estás a pensar!*

sujeito da frase se encontra em posição final, a única aceitável para esta construção exclamativa.

Um outro caso interessante é o do *se* exclamativo, que optámos por incluir nesta secção devido à possibilidade de o parafrasearmos por *como*:

(23) – Conheces o João?

– *Se* conheço!

O valor ponderativo do *se* é muito específico, só se usa para introduzir uma frase que responde a uma pergunta anterior.

2.2.2.2. Exclamativas parciais elípticas

As construções que vamos abordar aqui coincidem com frases exclamativas parciais elípticas. Manifestam a força ilocutória exclamativa de surpresa, admiração, susto, etc.

Vejamos três casos de exclamativas-Q parciais elípticas, constituídas por expressões nominais e adjectivais com quantificadores-Q:

(24) Que homem!

(25) Que falta de educação!

(26) Que lindo!

Em (24), o N pondera uma qualidade inerente que não é expressa por grau ou intensificação, pelo que a apreciação ponderada pode ser apreciativa ou depreciativa. Ao dizer *Que homem!* o ouvinte pode inferir se a ponderação que se faz sobre o homem é depreciativa, pela entoação mais baixa da palavra exclamativa *que* e da sílaba tónica do nome, ou apreciativa, pela entoação mais alta desses mesmos elementos.⁵⁶

⁵⁶ A entoação é um traço da língua oral, cujos valores são de grande expressividade. “La entonación es un fenómeno prosódico que permite inferir significados, intenciones, emociones y propósitos ilocutivos que no están explícitamente presentes en los enunciados de los hablantes. Oraciones sin ninguna marca lingüística de intensificación, gracias a la entonación, se pueden intensificar, puesto que la curva entonativa aporta un significado. Por otro lado, aunque no es el único factor, la entonación es fundamental para entender la intensificación de algunos fenómenos mencionados anteriormente.” (Marco 2007: 83)

A expressão nominal em (25) expressa uma ponderação negativa, enquanto a expressão adjectival em (26) é, explicitamente, de ponderação apreciativa.

Atentemos agora nestes três exemplos constituídos por um nome simples (27), por um adjectivo valorativo (28)⁵⁷ e por uma expressão nominal com adjectivo valorativo (29); em todos eles foi elidido o *que* inicial:

(27) Palermice!

(28) Palerma!

(29) Coisa estranha!

Também podemos inserir neste grupo frases semelhantes às anteriores a que acrescentámos expressões de grau (30), possessivos (31), epítetos (32):

(30) Tão estranho!

(31) Sua malcriada!

(32) O parvo do miúdo!

Veja-se agora o exemplo (33):

(33) És mais burro!...

Este exemplo pode ser analisado como um caso de comparativa suspendida: “Se trata de oraciones consecutivas y comparativas que, aunque no están completas sintácticamente, sí lo están semanticamente, gracias a sus rasgos prosódicos (...) La entonación es decisiva para la intensificación de estos enunciados, sin embargo también se asocian a peculiares estructuras sintácticas.” (Marco 2007: 83) De acordo com Herrero (1997) e Hidalgo (1997^a), referidos por Marco (2007), os traços característicos deste tipo de frases incompletas ou suspensas são: tom ascendente, alargamentos vocálicos das últimas

⁵⁷ Repare-se como o artigo definido pode usar-se neste tipo de frases: *O palerma!* Terá, então, um valor meramente prosódico.

sílabas, diversas inflexões ao longo do enunciado, em função da extensão da sequência e da modalidade de enunciação, e ainda, o carácter completo do significado, apesar da suspensão.

Em jeito de conclusão, podemos dizer que nas exclamativas ocorrem diferentes operadores que expressam o estado psicológico do falante, que é, de acordo com a condição de sinceridade, mais ou menos afectado pela condição factiva (veja-se II.1.5.1). Esta ponderação manifesta-se, por exemplo, na agramaticalidade de exclamativas com advérbios ou com adjectivos que não admitam graus:

(34) *Que provavelmente/ praticamente/ francamente simpática é a tua escola!

(35) *Que casada está a Rita!

Igualmente se verifica a incompatibilidade das exclamativas com propriedades que não são escalares (36) e com verbos que não admitam modificações de grau (37):

(36) *Que cem euros custa!

(37) *Quanto abandonou o pai ao filho!

Das várias características dos actos ilocutórios expressivos, aquelas que nos parecem mais interessantes na análise da frase exclamativa são a da inconsistência com um estado de desconhecimento do falante (dimensão factiva) e a definida por Potts (2006) como “descriptive ineffability”, que consiste no facto de uma paráfrase assertiva de uma frase exclamativa nunca ser suficientemente representativa da expressividade da entoação e da ponderação que caracterizam o enunciado expressivo-exclamativo.⁵⁸

⁵⁸ Daí a dificuldade do exercício de transformação, em discurso indirecto, de um diálogo com frases exclamativas.

3. Frases optativas

Fazemos agora uma breve referência às frases optativas. Designam-se optativas, porque têm implícito um verbo optativo: (*Desejo*) *que Deus o acompanhe!* Trata-se de frases que exprimem desejos do locutor, realizando actos ilocutórios expressivos, segundo Mateus *et al.* 2003. Vejam-se os exemplos: *Que tudo te corra como desejas!*, *Elas que tenham juízo!*, *Oxalá façam boa viagem!*, *Justiça para os professores!* (Mateus *et alii*, 2003: 487-489).

As optativas não são consideradas frases do tipo exclamativo. Elas indicam uma força exclamativa por meio da entoação, mas não há nelas ponderação. Em Demonte & Bosque (1999: 3998) é fornecida alguma informação que pode ser esclarecedora através da forma *quién*: “*Quién supiera escribir! (...) Mira quién habla!* Todas estas oraciones indican la fuerza exclamatoria por medio de la entonación; pero no son exclamativas. (...) porque la palabra *quién* no pondera ni intensifica una propiedad que recorra los valores de una escala, y en consecuencia no concurre con el adverbio de cantidad *tan* (...) Por el contrario, la oración *Fíjate qué gente viene por ahí!* es oración exclamativa, porque, además de indicar la fuerza ilocutiva exclamatoria, la palabra *qué* pondera el nombre, como prueba su concurrencia con el adverbio *tan*: *Fíjate qué gente tan –rara/alta/triste-viene por ahí!*”

3.1. Construções não elípticas

São frases com o verbo expresso, que exigem o modo conjuntivo, e a ordem das palavras é a linear (sujeito - verbo - complementos), como se verifica em (1):

(1) Eu espero que tudo te corra bem!

As frases optativas também podem ser introduzidas pelas expressões *Deus queira que*, *Oxalá*:

(2) Oxalá acabes o curso com bom aproveitamento!

Quando não se realizam com uma expressão deste tipo, algumas optativas apresentam a ordem verbo – sujeito, e o tempo verbal é, prototipicamente, o imperfeito do

conjuntivo, mas também pode ocorrer o pretérito mais-que-perfeito do indicativo (menos produtivo no português actual):

(3) Pudéssemos nós fazer-te tudo o que mereces!

(4) Quisera eu saber viver!

3.2. Construções elípticas

Trata-se de frases em que se deu a elipse do verbo ou de expressões encabeçadas pelo complementador *que*. Vejam-se os seguintes exemplos (Mateus *et alii* 2003: 489):

(5) Abençoados os pobres de espírito!

(6) Malditas as segundas-feiras!

Quando ocorrem formas participais seguidas de expressões nominais, dá-se a elipse do verbo copulativo *ser*, como podemos ver nas paráfrases:

(5 a) Abençoados *sejam* os pobres de espírito!

(6 b) Malditas *sejam* as segundas-feiras!

Quando as frases são iniciadas por nomes simples abstractos, são normalmente parafraseáveis por optativas não elípticas encabeçadas pelo complementador *que*, como podemos verificar nos exemplos seguintes:

(7) Justiça para os professores!

(8) Honra aos heróis!

(7 a) Que haja justiça para os professores!

(8 a) Que se faça honra aos heróis!

Todos estes tipos de optativas permitem a realização de actos ilocutórios expressivos de desejo ou voto.

4. Interjeições

É nosso objectivo averiguar nesta secção do trabalho se a interjeição poderá constituir-se como um caso de acto ilocutório expressivo, já que muitas interjeições são perfeitamente adequadas à expressão de emoções, sentimentos e opiniões, correspondendo a estruturas profundas de frases simples, carregadas de intensidade expressiva. Apesar de a resposta não ser consensual, tentaremos provar que o que é comunicado através da interjeição coincide com o que comunicamos através de actos ilocutórios expressivos; contrariamente ao que a definição tradicional comporta, as interjeições não são mera expressão de sentimento, elas veiculam intencionalidade. Essa intencionalidade é comunicada através de traços comuns à linguagem expressiva, como a imediatez e a independência.

Para o nosso estudo, convocaremos apenas as interjeições que servem para expressar sentimentos, emoções e avaliações, aquelas que Cortés (1999: 4029) designa de “interjecciones expresivas”.⁵⁹

4.1. *O que é comunicado através da interjeição?*

Para começar, defendemos que a interjeição, quando posta ao serviço da expressão de sentimentos e emoções, tem subjacente uma determinada intencionalidade. Assumimos que a expressão desses estados mentais ancora na intencionalidade de seduzir, aliciar, elogiar... Gonçalves (2002: 45) alerta para a desvantagem de olharmos as interjeições como realizações em que se verifica o “apagamento (de toda a referência ao papel) do locutor”- como se as interjeições fossem autónomas, quando na realidade elas “não *exprimem*, não *designam*, nem *traduzem* um sentimento, mas antes servem para o locutor *manifestar* ou *representar* um sentimento, para assinalar uma intenção”.

O novo Dicionário Terminológico apresenta a interjeição do seguinte modo:

⁵⁹ Cortés classifica as interjeições em função do acto ilocutório que indicam: interjeições assertivas, directivas e expressivas (p. 4027).

Palavra invariável que pertence a uma classe aberta. Uma interjeição não estabelece relações sintácticas com outras palavras e tem uma função exclusivamente emotiva. O valor de cada interjeição depende do contexto de enunciação e corresponde a uma atitude do falante ou enunciador. A tradição gramatical luso-brasileira classifica semanticamente as interjeições, conforme os exemplos (i) a (xi).

- (i) De alegria: ah!, oh!, ...
- (ii) De animação: eia!, vamos!, ...
- (iii) De aplauso: bravo!, viva!, ...
- (iv) De desejo: oh!, oxalá!, ...
- (v) De dor: ai!, ui!, ...
- (vi) De espanto ou surpresa: ah!, hi!, ...
- (vii) De impaciência: irra!, hem!, ...
- (viii) De invocação: ó!, pst!, ...
- (ix) De silêncio: psiu!, silêncio!, ...
- (x) De suspensão: alto!, basta!, ...
- (xi) De terror: ui!, uh!, ... (DT 2008: B. 3. 1.)⁶⁰

A interjeição é aqui apresentada numa perspectiva predominantemente tradicional, como expressão apenas de emoções, sem se clarificar qual o objecto sobre o qual recai a atitude do falante e sem se fazer qualquer menção à intencionalidade comunicativa que as desencadeia.⁶¹ As interjeições elencadas constituem bons exemplos, pois coincidem com as que Ameka (1992: 111, *apud* Wharton 2003) designou de *interjeições primárias*, isto é, palavras que só podem ser usadas como interjeições (*ai!*, *irra!*). Estas distinguem-se das *interjeições secundárias* (“which have an independent semantic value but which can

⁶⁰ Tal como referimos na introdução a este subcapítulo, não abordaremos as interjeições que expressam *invocação, silêncio ou suspensão*.

⁶¹ “These views can still be found in contemporary literature: Quirk *et al.* (1985: 853) describe interjections as “purely emotive words which do not enter into syntactic relations”; Trask (1993:144) describes an interjection as “a lexical item or phrase which serves to express emotion and which typically fails to enter into any syntactic structures at all”; Crystal (1995: 207) concurs — “an interjection is a word or sound thrown into a sentence to express some feeling of the mind” (Wharton 2003: 41).

Vilela (1995: 269) coloca as interjeições entre os ‘marcadores conversacionais’. À imagem das “formas de saudação e cumprimento, formas de cortesia e de diálogo, ou expressões parentéticas”, não cabe às interjeições “qualquer caracterização morfológica” nem o desempenho de “qualquer função na frase”. Integram-se no discurso, mas não constituem categoria gramatical; são marginais à frase, mas não à sua semântica; não têm forma frásica, mas podem ter valor frásico.

be used (...) as utterances by themselves to express a mental attitude or state” (*ibidem*) (*Diabo!*, *Coragem!*), que levantam algumas reservas a linguistas como Wierzbicka (1992) ou Wharton (2003), porque a sua semântica pode ser incluída na dos nomes ou verbos de que derivam.⁶² Apesar de os exemplos constituírem uma boa base de trabalho, a definição apresentada em DT deverá ser discutida e complementada com uma análise que assente na *semântica do uso*⁶³ da interjeição: a intenção do falante ao usá-la. No entanto, quer a perspectiva de abordagem mais tradicional, quer esta, pragmática, assentam nos mesmos princípios de análise: 1º - a interjeição é capaz de constituir um enunciado por si só; 2º - a interjeição expressa uma estado mental ou emocional. Mas essa expressão constituirá um acto ilocutório?

Atentemos em alguns exemplos:

(1) - Lamentavelmente, o seu cão terá que ser abatido.

- Ooh!

Em (1), o advérbio *lamentavelmente* indica a atitude do falante em relação ao conteúdo proposicional, realizando o que Searle designou de acto ilocutório expressivo. A interjeição *Ooh!* faz exactamente o mesmo: expressa uma atitude emocional em relação à proposição recuperada cotextualmente “o cão terá que ser abatido”. O exemplo (2) não apresenta esta característica:

(2) Uau! Este gelado é delicioso.

⁶² Estas interjeições secundárias podem ser o que Gonçalves (2003: 297) designa de “fórmulas interpessoais estereotipadas”. As fórmulas interpessoais estereotipadas são enunciados cujo traço característico é “la mise en présence” dum locutor e dum alocutário determinados, são “fórmulas que remetem para modelos de comportamento linguístico ou fórmulas rituais” - **os anúncios**: “Vitória!”, “Golo!”, “Bingo!”; **os apelos/chamamentos**: “Socorro!”, “Por favor!”; **as aclamações**: “Bravo!”; **os cumprimentos/saudações**, com as fórmulas de abertura: “Como vai?”, “(Está) tudo bem?”, “Olá!”, “Muito prazer”, “Bons olhos te/o vejam!”, “Bom dia!”, “Boa tarde!”, “Boa noite!”, com as fórmulas de despedida: “Até já”, “Até à próxima”, “Chau!”, “Cordialmente”, “Saudações”, “Ponha e disponha”, “Atentamente”, “Respeitosamente”, com as fórmulas volitivas (para desejar algo ao alocutário), que permitem formular votos/felicitações: “Bom trabalho”, “Deus te ajude”, “Boa sorte”, “Boa viagem”, “Bom aniversário”, “Feliz Natal”, “Cumprimentos à família”; com os agradecimentos: “Muito obrigado/a”; com as etiquetas/ boas maneiras: “Por favor”; “Desculpe”, “Um momento, por favor”, com as condolências: “Os meus pêsames”, “Coragem”, “Ânimo”, com o desacordo: “ora essa”, “Nem pensar”, “Querias?!...”, com o elogio: “Bis”.

O autor coloca estas fórmulas e as interjeições sob a designação de *sinais linguísticos*.

⁶³ Kaplan (1977) é o grande teorizador desta perspectiva da *semântica do uso* das interjeições, ou dos epítetos.

Aqui, a atitude que está a ser expressa não aponta para um conteúdo proposicional, mas sim para um referente, *o gelado*. A interjeição reforça ou intensifica a expressão predicativa (*é delicioso*).

Relativamente à resposta *Ooh!* do exemplo (1), o que significa ela exactamente? Como não há uma forma convencional de parafrasear essa interjeição, é difícil aceitar que se trate de um acto ilocutório. A estrutura conceptual precisa a que o ouvinte chegará divergirá consoante o contexto, porque a interpretação resultará de um processo inferencial e não apenas de uma descodificação.

Podemos até perguntar se o que se comunica em (1) e em (2) pelas interjeições são atitudes emocionais ou apenas um sentimento (1) ou uma sensação (2). Além disso, tratando-se de enunciados tão curtos, quais serão a sua força e objectivo ilocutórios?

Segundo Gonçalves (2002: 119) as interjeições “não possuem qualquer força elocucionária”, para além de que o principal problema em classificá-las como actos de discurso reside no facto de “o seu conteúdo principal codificado constituir o seu objectivo elocucionário, que é afinal o seu conteúdo semântico, e que não pode ser separado com êxito do contexto do enunciado actual.” (*ibidem*). Para a interjeição ter um valor de acto, ela terá que ser avaliada como frase, pois apenas as frases podem servir à realização de actos, “só ao nível da frase podemos aplicar um predicado a um actualizador. É este acto de predicação que permite a realização de toda a espécie de actos do discurso que são, por outro lado, como ‘objectos’ susceptíveis dum utilização estratégica pelo locutor.” (p. 288). Atendendo a que a interjeição não encaixa na noção convencional de frase,⁶⁴ ela é então classificada por Gonçalves (2002: 290) como “a marca dum acto de predicação (não frásico)”.

Contrariamente a Gonçalves, Cortés (1999: 4026) apresenta as interjeições como possuindo força ilocutória, apesar de não terem conteúdo proposicional: “(...) la preferencia interjectiva solo indica la fuerza ilocutiva [do] acto, y cuando acompaña a los actos expresivos es la mera manifestación del estado mental implícito en la condición de sinceridad del acto expresivo. En términos pragmáticos, definimos la interjección como la expresión de un estado mental que carece de contenido proposicional, pero posee fuerza ilocutiva.” Neste quadro teórico, poderíamos considerar as interjeições como actos

⁶⁴ Frase: “Enunciado em que se estabelece uma relação de predicação, que contém, no mínimo, um verbo principal, podendo ainda incluir elementos como o sujeito, complementos seleccionados, predicativos e eventuais modificadores.” (DT 2008: B.4.1.)

ilocutórios expressivos. Poderíamos afirmar que as interjeições permitem realizar actos ilocutórios expressivos, porque, contextualmente, correspondem a uma avaliação do falante sobre uma situação. Esse carácter “sinalizante” da interjeição é definido por Cortés (1999: 4026) como “carácter de signo indicativo”: a enunciação interjectiva indica a força ilocutória do acto que está a ser realizado. Quando o acto é um acto expressivo, a interjeição é a manifestação do estado mental implícito na condição de verdade desse acto.

4.2. *Como é que as interjeições comunicam?*

A análise de estruturas linguísticas tão reduzidas (*Uau!*) em termos de força ilocutória + conteúdo proposicional é muito complexa. O mesmo podemos dizer quando se comunicam sentimentos e sensações (recorde-se que Norrick optou por analisar os expressivos a partir das suas funções sociais e não das emoções, por não encontrar traços paradigmáticos suficientes para criar uma teoria): o falante apenas revela algo sobre o seu estado interior. Este estado é, segundo Kaplan (1997), *expresso* e não *descrito*.

A diferença entre os dois enunciados que se seguem prende-se com o *modo* de expressão usado:

(3) Eu sinto dor.

(4) Ai!

O enunciado (3) tem um *conteúdo descritivo*, que obedece à condição do conteúdo proposicional e à condição de verdade; o enunciado (4) não obedece a estas condições, tem um *conteúdo* meramente *expressivo*. Repare-se que as duas expressões não são em rigor parafraseáveis, porque *Ai!* não tem uma estrutura conceptual.⁶⁵ Recordemos a característica associada por Potts (2006: 2) aos enunciados expressivos, “descriptive ineffability”: os falantes nunca ficam satisfeitos com paráfrases descritivas de conteúdos expressivos. Esta diferença pode explicar a razão porque *Ai!* nos parece mais expressivo, quase instintivo, pois mesmo não correspondendo a uma reacção inteiramente involuntária, *mostra* em lugar de *dizer*. Portanto, as interjeições são palavras-acção, através delas, dizer é fazer, elas “são, nas palavras de Brun-Laloire (1930: 214) «une sorte

⁶⁵ Esta distinção é muito semelhante à distinção *descritivo/performativo*, *dizer/fazer* coisas com as palavras.

de discours non discursif (...) qui relève d'un plan sémiologique particulier» (Karcevski, 1941: 60-61), decorrente de «l'absence de valeur conceptuel»: o significado das interjeições consiste em «assinalar a presença das coisas» (*ibidem*) (*apud* Gonçalves 2002: 103). Se estivermos sozinhos na cozinha e nos cortarmos, não dizemos *Eu sinto dor*, dizemos *Ai!*, e se ouvimos esse enunciado também o interpretamos de forma imediata: “Interjections retain an element of naturalness and spontaneity that suggests they fall somewhere *between* the natural and the linguistic. With tone of voice, facial expressions and even gestures, they share the property of being partly coded and partly natural.” (Wharton 2003: 47) Há uma dimensão icónica em algumas interjeições,⁶⁶ que as aproximam, por exemplo, dos ícones emocionais (emoticons ☺), como se estivessem ligadas a expressões naturais de emoções. É devido a essa “naturalidade” que este código cibernético atinge tanta popularidade, em todo o mundo.

Para além desta capacidade “mostrativa” das interjeições, pretendemos indicar outras características que permitem responder à questão colocada: *como é que as interjeições comunicam?*

A independência sintáctica é uma característica que permite à interjeição constituir-se como um enunciado autónomo. Na escrita, essa separação é marcada por vírgula ou por ponto de exclamação; na oralidade, é marcada por uma unidade entoacional exclamativa. Quando combinada com uma frase, ocupa sempre lugar de destaque, no início (posição mais frequente), ou no fim:

(5) *Ai!* Tanta dor que sinto!

(6) Tanta dor que sinto, *Ai! Ai!*

(7) *Tanta dor *Ai!* que sinto!

Nestes casos, funciona como um “enfanzador sintáctico”, intensificando a frase que acompanha. Marco (2007: 87) diz: “las interjecciones, elementos de modalidad expresiva, cuando acompañan a una declaración la suelen intensificar, para llamar la atención sobre lo que se dice, para reforzar su importancia, etc.” Neste sentido, a interjeição perde o seu

⁶⁶ *Schh!* não transmite emoção, mas a sua entoação quase silenciosa, associada ao facto de poder ser pronunciado em contínuo, faz deste som (não palavra) uma forma muito adequada para pedir ou ordenar silêncio.

valor como enunciado autónomo, apoiando o significado do enunciado principal, contribuindo para um mais rápido processamento de inferências: “These words (...) guide the comprehension process by narrowing the hearer’s search space and *indicating* the general direction in which the intended meaning is to be sought. There are a vast number of possible cognitive effects the speaker might have had in mind, and since processing effort is a factor in achieving relevance, such expressions will contribute to relevance by reducing the hearer’s effort in finding the intended effects.” Wharton (2003: 58)

Finalmente, devemos perguntar-nos se a interjeição é usada pelo falante com os valores que lhe fomos atribuindo. Fundamentalmente, atribuímos-lhe três funções: expressiva, intensificadora e clarificadora. Expressiva porque a imediatez,⁶⁷ também característica dos performativos, define a interjeição como um acto expressivo; intensificadora porque a interjeição, quando associada a uma frase, nunca é redundante, reforça o que se pretende comunicar, assemelhando-se a elementos de natureza paralinguística, como o sorriso, ou o gesto; clarificadora porque conduz o ouvinte a processar as suas inferências mais rapidamente, graças à sua natureza expressiva.

4.3. Considerações finais

Resta-nos concluir recolocando a questão essencial: a classe das interjeições constitui ou não um suporte de actos illocutórios expressivos? Tal como fomos dizendo, há duas respostas possíveis. A negativa, se virmos a interjeição na sua similaridade com os fenómenos paralinguísticos, independente de uma gramática mental. A corroborar esta perspectiva, estão as conclusões de Goodglass (1993, *apud* Wharton 2003: 85) acerca da retenção de interjeições como *Ai!* ou *Oh!* por doentes afásicos, capazes de conservar este tipo de “vocabulário”, mas não outro tipo de linguagem: “In neurological terms, there is other evidence of a dissociation between language and interjections: use of interjections is associated with phylogenetically ancient limbic sub-cortical circuitry linked with emotion, as opposed to the more recent cortical structures implicated in the production of language proper.”

No entanto, não nos identificamos totalmente com esta perspectiva porque pensamos que há distintos tipos de interjeições. Parece-nos difícil defender que interjeições mais codificadas, como *Bravo!*, *Viva!*, *Livra!*, ou *Puxa!* não possam constituir actos illocutórios expressivos, pois são enunciados plenos de significação,

⁶⁷ Veja-se Potts (2006: 2).

intencionalmente produzidos, com valores próximos dos dos adjetivos e advérbios avaliativos.⁶⁸ As interjeições intencionais, suportes de expressivos, são passíveis de serem integradas nas exclamativas parciais elípticas (veja-se Mateus *et alii* 2003: 483). Cortés apresenta-as entre as construções exclamativas, como “manifestación del acto de habla expresivo, con importantes restricciones. (...) Así, al proferir la oración *Clasifico esta planta como un gerânio*, el acto que ejecuta el hablante es una aserción, cuya fuerza ilocutiva (o propósito del hablante) está señalada al decir «clasifico». De forma parecida, al proferir una interjección el hablante no ejecuta un acto verbal completo, porque la interjección carece de contenido proposicional (...) pero posee fuerza ilocutiva.” (*ibidem*) Ao proferir *Bravo!* o falante estará a servir-se de uma interjeição com uma função social de aplauso, realizando assim um acto ilocutório expressivo de congratulação ou felicitação (veja-se a tipologia que elencámos em II. 2). *Se falar é agir* (segundo Austin e Searle), então o falante agiu ao enunciar *Bravo!*

A resolução da inadequação interjeição/ linguagem convencional passa por uma análise da interjeição no seu uso, tendo em conta que a classe é muito heterogénea e que cada interjeição contribui de uma forma específica para a comunicação.

5. Actos ilocutórios expressivos indirectos?

Tal como vimos no capítulo I, segundo a terminologia de John Searle, os actos de fala indirectos são aqueles em que um enunciado, na sua estrutura gramatical, veicula um acto ilocutório secundário⁶⁹, identificado com um enunciado literal, e, através deste, veicula um acto ilocutório primário. Para que o enunciado *Fecha a porta!* seja interpretado como um acto de fala indirecto, o interlocutor terá que, “à luz de factores contextuais, por dedução, por inferência, pela interpretação de normas pragmáticas codificadas cultural e socialmente, pela aplicação do princípio de cooperação de Grice” (DT 2008: C.1.1.) compreender que a intenção do falante não é ordenar, mas, por exemplo, fazer uma ameaça. Pretendemos, neste capítulo, dar conta da dificuldade de padronizar actos indirectos entre os actos ilocutórios expressivos. Ilustraremos este tema através de: (i)

⁶⁸ Não pode considerar-se interjeição a mera exclamação de *Ai!* quando é um grito de dor. (Cortés 1999: 4029)

⁶⁹ Parece-nos mais adequada a terminologia de François Récanati (1987) que distingue o significado primário, que é o significado literal de um enunciado, do qual deriva um significado secundário, que pressupõe aquele e que caracteriza o acto de fala indirecto.

frases imperativas que indirectamente realizam actos ilocutórios expressivos; (ii) asserções nas quais ocorrem adjectivos e advérbios avaliativos que, na nossa opinião, ilustram casos de hibridismo ilocutório.

5.1. *Dificuldades de padronização: causas e consequências*

Na nossa pesquisa sobre actos expressivos indirectos, deparámo-nos com uma enorme dificuldade em reconhecer nos diversos enunciados expressivos que realizamos no dia-a-dia intenções expressivas que não coincidissem com a dimensão literal do enunciado, com a força ilocutória expressa através do tipo de frase, do verbo performativo, etc. A causa desta dificuldade residirá nas características muito particulares da linguagem *expressiva* que, como a designação sugere, “exprime bem o que pretende dizer ou transmitir (...) que possui vivacidade, animação, energia; que exprime ideias, emoções ou valores estéticos de modo altamente significativo” (Dic. Houaiss). Ora, como podemos expressar com vivacidade e de modo “altamente significativo” aquilo que, simultaneamente, não pretendemos que seja directo? Potts (2006) expõe claramente que a linguagem expressiva é imediata e circunstancial. Para além disso, é uma linguagem que assenta numa enorme variedade de recursos linguísticos e paralinguísticos, é uma linguagem multimodal.

Da nossa pesquisa, um caso que nos parece ilustrar o acto ilocutório expressivo indirecto é o das frases imperativas que a seguir se apresentam, ou ainda a ironia, que, pela sua natureza, facilmente “oculta” o que se quer dizer. Tanto a ironia como este tipo de imperativas são, aqui, usadas para abordar a indirectão não como estratégia de mitigação, mas de reforço.

5.2. *Frases imperativas que realizam actos ilocutórios expressivos indirectos*

Veja-se, então, nos exemplos que se seguem, como a indirectão pode reforçar, e não atenuar, os aspectos menos positivos da intenção do falante:

(1) Vai dar banho ao cão!

(2) Vai ver se eu estou lá fora!

(3) Vai para o inferno!

As ‘frases feitas’ (1), (2) e (3) utilizam o imperativo, pelo que, literalmente, são ordens agressivas. Tendo em conta este suporte, seríamos tentados a vê-las como actos ilocutórios directivos directos; mas, atendendo a que a paráfrase mais viável seria:

(a) Estou farta de te aturar!

podemos ver (1), (2) e (3) como actos indirectos de crítica. Para comprovar que o objectivo central destes enunciados é criticar, veja-se que o falante não tem a intenção de levar o seu interlocutor a cumprir a ordem, visto que a ordem, nos três exemplos, é inexecutável. Este tipo de expressões traduz, normalmente, uma reacção a um comportamento negativo do interlocutor, envolvendo, portanto, avaliação.

Em nota, gostaríamos de fazer uma breve referência ao uso da ironia como forma de reforço, por exemplo, nos actos de deplorar. A ironia é um recurso de linguagem que permite dizer algo significando o seu contrário, desde que o interlocutor dela se aperceba: “Uma vez que a ironia não é uma qualidade objectiva nem inerente a uma situação, a sua detecção depende de um grau de subjectividade da parte do ironista ou do observador irónico. Para além de termos de ser capazes de definir os elementos formais duma afirmação ou situação irónica, teremos também de perguntar, a propósito da primeira, se ela foi intencionalmente irónica e da segunda se é vista ou sentida como ironia.” (Ferreira, 1981: 30-1, *apud* Casanova 1989: 147). O elemento que permite interpretar a ironia é o contexto: existe uma contradição de base entre o que se diz e o que se quer dizer:

(4) Vejo que investiste na apresentação do teu trabalho. (Diz o professor ao aluno que entrega um trabalho em péssimo estado, sujo, por exemplo.)

A proposição não corresponde à realidade que ela representa, portanto, o interlocutor tem de inferir a interpretação intendida do enunciado. O acto ilocutório é um expressivo indirecto resultante do uso irónico da linguagem.

Referenciados estes dois casos que realizam actos expressivos indirectos, vejamos, agora, como a análise da indirectão expressiva se complexifica quando procuramos documentá-la com outros exemplos.

5.3. A modalidade apreciativa

Qual o estatuto ilocutório dos enunciados que são asserções modalizadas apreciativamente?

A categoria da modalidade⁷⁰ é, normalmente, organizada em três grandes tipos: a modalidade deôntica (que se manifesta em enunciados de carácter directivo, cujo objectivo ilocutório pode ser: impor, proibir, autorizar), a modalidade epistémica (que se manifesta em enunciados de carácter assertivo, cujo objectivo ilocutório pode ser expressar valores de certeza, probabilidade ou possibilidade) e a modalidade apreciativa, que pretendemos abordar mais detalhadamente, por ser aquela que encontramos nos enunciados expressivos.

A modalidade apreciativa prende-se com a expressão de um juízo intelectual ou emotivo, positivo ou negativo, sobre um estado de coisas anterior, o locutor exprime uma atitude sobre factos que ele já aceita como verdadeiros e que, portanto, apenas avalia. Segundo Campos (2004: 275): “A observação empírica mostra que a modalidade apreciativa incide necessariamente sobre um objecto linguístico de natureza assertiva. Não seria possível fazer incidir uma apreciação sobre uma relação predicativa não validada, por exemplo, sobre uma interrogação: «* Felizmente o João ganhou a bolsa?» ou «* O que é que o João fez felizmente?»” A autora analisa as expressões interjectivas resultantes de diversos processos de gramaticalização (*Ainda bem!*, *Infelizmente!*), outras expressões lexicais exclamativas, nomeadamente, *como*, e ainda adjectivos colocados em posposição ou em posição predicativa. Outra característica referida pela autora relativa à modalidade apreciativa é a construção de um valor estritamente qualitativo.

Desta proposta de Campos (2004), seleccionaremos o adjectivo e acrescentaremos o advérbio, pois, em contextos específicos de avaliação, ou expressão de

⁷⁰ A modalidade é uma categoria de difícil precisão, como nos diz Oliveira (2003: 245-246): “Do ponto de vista linguístico, podemos considerar que a *modalidade* é a gramaticalização de atitudes e opiniões dos falantes. Esta abordagem tão vaga evidencia que se trata de um fenómeno de grande amplitude, pois não só existem numa língua formas diversas de expressar um mesmo tipo de modalidade como também uma expressão pode apresentar diferentes modalidades.

Os conceitos modais podem ser expressos nas línguas naturais através de uma grande variedade de formas. A maneira mais comum é através de verbos modais como *poder* e *dever*, mas também através de verbos como *saber*, *crer*, *permitir*, *obrigar*; *precisar de*, *ter de*. Advérbios de frase como *possivelmente*, *necessariamente*, *provavelmente* e adjectivos como *possível*, *provável*, *capaz* também apresentam sentido modal. Certos afixos derivacionais como *-vel*, que formam adjectivos deverbais (*lavável*, *concebível*, *solúvel*), podem também contribuir para a expressão da modalidade e certas frases genéricas admitem a expressão de uma capacidade ou possibilidade. Há também alguns tempos gramaticais que podem criar situações alternativas, como é o caso do Imperfeito, do Futuro e do Condicional, para além do contributo dos modos.”

juízos de valor, funcionam como modalizadores apreciativos do discurso, sobretudo quando a intenção do falante é evidenciar, de forma menos directa, o seu estado psicológico face à situação descrita.

Para responder à questão inicial com que abrimos este subcapítulo, temos duas possibilidades: (i) os enunciados assertivos modalizados apreciativamente realizam actos ilocutórios expressivos indirectos; (ii) os enunciados assertivos modalizados apreciativamente são enunciados ilocutoriamente híbridos. Argumentaremos a favor desta segunda proposta.

5.3.1. *O adjetivo avaliativo*

Os adjectivos podem ser objectivos ou subjectivos. Este traço da oposição objectivo/subjectivo não é dicotómico, mas gradual (v. Kerbrat-Orecchioni 1980: 71). Não é possível definir rigorosamente a fronteira entre uma e outra perspectiva, e a prová-lo está a própria possibilidade de gradação dos adjectivos. O adjetivo está sempre associado a uma escolha do locutor que reflecte a sua “caracterização”, mais ou menos subjectiva, do referente.

Kerbrat-Orecchioni (1980) elabora uma classificação pormenorizada do adjetivo. Para este trabalho, devido a restrições de espaço e de tempo, readequamos tal classificação, focalizando apenas os adjectivos subjectivos: os axiológicos e os não-axiológicos⁷¹. Os axiológicos realizam uma avaliação positiva ou negativa, reflectem a subjectividade do enunciador, como *bom*, *belo*; os não-axiológicos não transmitem julgamento de valor nem engajamento afectivo, implicam uma avaliação qualitativa ou quantitativa do objecto representado pelo substantivo (*longe*, *quente*), não apresentando relevância para a presente análise.

Quando o falante opta por um adjetivo avaliativo-axiológico (*lindo* Portugal), está a fazer um juízo de valor e a estabelecer uma relação de compromisso emocional com o referente. Daí que, como refere Kerbrat-Orecchioni (1980: 91), um adjetivo avaliativo axiológico seja duplamente subjectivo, na medida em que o seu uso varia com a natureza particular do sujeito da enunciação e com a sua tomada de posição, a favor ou contra o referente. Para que o enunciador atribua um valor positivo ou negativo a um

⁷¹ O valor axiológico é uma propriedade semântica de certas unidades lexicais, que lhes permite funcionar com a conotação que lhes pretendemos dar. Daí que seja utilizada com precaução, porque lisonjeira ou injuriosa. É, nitidamente, a assumpção de um ‘eu’, pois pode provar-se a sua subjectividade colocando, no início do enunciado as expressões “na minha opinião”, ou “do meu ponto de vista”, que comprometem, inequivocamente, o locutor como fonte do julgamento avaliativo.

determinado elemento ou indivíduo, não deve ser negligenciada a importância do contexto, visto que muitos adjectivos podem funcionar tanto como neutros como avaliativos. Potts (2006:8) considera a “perspective dependence” como uma das características básicas dos expressivos, dizendo que, em geral, a perspectiva codificada no conteúdo expressivo de um enunciado é a do falante⁷².

Nos actos expressivos, os adjectivos avaliativos axiológicos são um dos suportes mais importantes da expressividade, quer afectiva, quer avaliativa. Quando o contexto o permite, a sua presença dá à frase uma intenção marcadamente expressiva. Porém, na bibliografia consultada o adjectivo não aparece *per se* como suporte expressivo, ele surge sempre inserido em expressões exclamativas: “Que lindo vestido!” (Mateus *et alii* 2003: 78), “Que dia magnífico!” (Gouveia 1996: 398), e, portanto, sempre em actos illocutórios expressivos directos:

(5) O teu filho é *lindo*!

(6) Este livro parece-me *muito interessante*!

(7) O meu João faz um arroz *delicioso*!

Nos três enunciados, parece-nos clara a expressão de um juízo de valor. A frase exclamativa dá-lhes uma força illocutória de carácter expressivo, mas é a subjectividade semântica dos adjectivos *lindo*, *interessante* e *delicioso* que coloca a ênfase no sujeito enunciador, no seu estado psicológico. Faria, então, todo o sentido considerar o adjectivo avaliativo axiológico, *per se*, um suporte do acto illocutório expressivo directo. Para reforçarmos esta posição relativamente ao valor expressivo do adjectivo, atentemos num exemplo em que ele não surge numa frase exclamativa, mas confere ao enunciado um valor avaliativo que transcende a asserção e é incompatível com a indirectão:

(8) Estou congelada.⁷³

⁷² Para Potts esta propriedade deve fazer parte da denotação do conteúdo expressivo: como propriedade geral, isto é, por omissão, o juiz contextual é o próprio falante [é a sua perspectiva que é expressa], embora em certos casos – por exemplo, com predicados de gosto pessoal – possa haver ainda outra entidade como juiz contextual desses predicadores expressivos.

⁷³ Este exemplo é retirado de Marco (2007: 149).

Este enunciado pode ser interpretado como um equivalente a *Tenho muito frio*, ou *Tenho muitíssimo frio*. Onde reside a diferença? *Tenho muito frio*, intuitivamente, parece-nos um enunciado não intensificado relativamente aos outros, porque “el hablante simplemente transmite una información (...) No hay evaluación porque el hablante cuantifica el referente, el frío, y no la actitud del hablante hacia la cantidad de frío (...) Por otro lado, no se expresa que el punto de referencia del adjetivo [sic] *mucho* lo haya establecido el hablante, sino que está entrañado en su significado escalar; (...) no se puede considerar intensificado si el hablante no manifiesta que él ha establecido tal punto.”(Marco 2007: 149) Mas os outros dois enunciados já superam o codificado, um porque envolve a forma superlativa do modificador pré-adverbial *muito*, o outro porque tem um sentido figurado, avaliando hiperbolicamente o frio que a pessoa sente através da comparação com o gelo. Assim, o falante estabelece uma avaliação não só através do significado avaliativo dos termos usados, mas também pela escolha de uma expressão que marca o excesso relativamente a uma norma situada num paradigma escalar. “En este sentido el hablante realiza dos acciones en su discurso: establece un punto de referencia escalar sobre el que realiza la intensificación y transmite el exceso respecto al punto de referencia. La subjetividad se encuentra, por tanto, en el hecho de que es el hablante quien determina el punto de referencia en la escala y para quien el objeto de intensificación supera tal punto. La subjetividad propia de la intensificación se manifiesta en el modo de expresar esta distancia y no en la expresión de la distancia en sí.” (Marco 2007: 150) Esta é a *dependência da perspectiva*, definida por Potts (2006) como uma das características basilares da linguagem expressiva.

Então, em (8), o falante realiza um acto assertivo, na medida em que o seu enunciado veicula uma informação (*Tenho frio*), realiza também um acto expressivo, na medida em que o seu enunciado faz uma avaliação *intensificada* (*Tenho tanto frio que estou congelada!*).

A dimensão expressiva dos adjectivos axiológicos é tão marcada que nos parece incompatível com a indirectão. Daí que optemos por considerar os enunciados assertivos que comportam adjectivos avaliativos como enunciados híbridos do ponto de vista illocutório.

Veja-se agora o seguinte exemplo:

(9) O Rui acabou de escrever um *magnífico* romance de 300 páginas.

Em (9), supondo que a curva entoacional é assertiva, o objectivo ilocutório central não pode ser apenas transmitir uma informação factual, pois graças à presença do adjectivo avaliativo, o falante emite um juízo de valor, expressa a sua opinião, avaliando positivamente o *romance*. Simultaneamente, o falante descreve uma situação, salientando que se trata de um processo culminado (*acabou de escrever*). Parece-nos este um caso de inseparabilidade entre o nível descritivo e o expressivo, como refere Potts (2006: 4): “Some expressive meanings act as bridges between the two realms, by mapping descriptive content to expressive content.” A anteposição do adjectivo é um forte marcador de intensidade ou avaliação e, como vemos, pode levar à anulação da asserção pura. Assim, tendo em conta o suporte da asserção – a frase declarativa – e o suporte da modalidade apreciativa – anteposição de um adjectivo que funciona como superlativo implícito –, podemos parafrasear o enunciado de duas formas, para actualizar esses dois aspectos:

(9 a) O Rui acabou de escrever um romance de 300 páginas.

(9 b) Que magnífico romance o Rui escreveu!

Repare-se como nenhuma das paráfrases corresponde cabalmente ao enunciado em (8), daí que não nos pareça possível falar de acto indirecto, pois nenhuma das duas intenções do falante se enquadra nos actos secundários ou primários de Searle. Um acto (o assertivo) não supera o outro (o expressivo).

Já não nos parece ser este o caso de (10), que, apesar da ocorrência de um adjectivo axiológico, realiza um acto ilocutório directivo:

(10) Devemos começar o dia com um *bom* pequeno-almoço.

A ocorrência do auxiliar modal *dever* confere ao enunciado uma dimensão injuntiva, que coloca em segundo plano o carácter avaliativo do adjectivo *bom*. Mais importante do que *um bom pequeno-almoço é o dever de (começar o dia com)*. Neste enunciado, parece-nos ser secundária a avaliação: o falante avalia o *pequeno-almoço*, mas não expressa a sua atitude relativamente ao que avalia, limita-se a reproduzir um valor que não é estabelecido pela sua subjectividade, mas pela norma da sua comunidade. É daí, aliás, que decorre a autoridade do apelo veiculado pelo enunciado.

Atentemos noutro exemplo:

(11) Tens um vestido novo *lindo*.

Provavelmente, na oralidade, este enunciado teria sempre uma curva entoacional exclamativa: parece-nos até difícil dizê-lo de forma “neutra” (declarativa). Decorrerá essa dificuldade da presença do adjetivo avaliativo, apesar de colocado depois do nome, na medida em que o alcance destes adjetivos é toda a oração, como veremos de seguida? O suporte prosódico parece-nos decisivo, como meio convencional para a realização de actos ilocutórios. Supondo possível realizá-lo com a entoação declarativa, este enunciado corresponderia a um acto ilocutório assertivo, mas a presença do adjetivo avaliativo torna-o um caso híbrido, pois o falante implícita que gosta do vestido.⁷⁴

Parece-nos que este tipo de enunciado terá como paráfrase mais próxima (11 a), porque a forma verbal explicita o envolvimento do falante na enunciação:

(11 a) Eu *acho* que tens um vestido novo *lindo*.

Faria (2003: 78) apresenta os *verbos criadores de universo de referência, modalizados por advérbios* (achar *bem/ mal*), como suportes de actos expressivos. Pensamos ser possível fazer uma extensão para casos em que o predicativo do complemento directo é um adjetivo avaliativo:

(12) *Acho* o teu vestido *lindo*.

(13) *Considero* o teu vestido *maravilhoso*.

Parece-nos, face a estes exemplos, que se deveria atribuir ao adjetivo avaliativo maior relevância na marcação do acto ilocutório expressivo directo. Será então o carácter expressivo do adjetivo avaliativo tão marcante que quase incompatível com a indirecção?

⁷⁴ Repare-se como a expressividade deste enunciado pode ser clarificada com a transformação da frase declarativa em exclamativa:

(i) Que lindo vestido novo tu tens!

Mas esta transformação não resulta com o outro adjetivo, não avaliativo:

(ii) *Que novo vestido lindo tu tens!

Na página seguinte, a citação de Cortés (1999) permite clarificar este caso.

Parece-nos que sim, mas não totalmente. Em Cortés (1999: 4011) fala-se de orações assertivas com valor exclamativo, dada a presença do adjetivo avaliativo. Ou seja, a presença do adjetivo avaliativo não altera o tipo da frase, mas torna-a um caso híbrido: “Algunos adjetivos con valor exclamativo pueden aparecer en oraciones asertivas independientes añadiendo a la oración una interpretación exclamativa. La oración *Pedro ha leído una novela increíble* tiene, además de la interpretación asertiva normal, la interpretación exclamativa que le confiere el adjetivo *increíble*. Como argumenta Haïk (1985), el adjetivo *increíble* (y otros similares como *inefable*, *inenarrable*, *intolerable*, *revelador*,... cuando aparecen en esta distribución) modifica a la oración *Pedro ha leído una novela*.”

Ler *una novela increíble* não é, do ponto de vista morfológico, como ler *una novela policiaca*. Diz Cortés (1999) que o adjetivo avaliativo não modifica o substantivo do mesmo modo que o adjetivo objectivo, pois o primeiro abarca toda a frase, como se pode ver na inversão *Es increíble la novela que ha leído Pedro/ Es increíble la novela qué ha leído Pedro// Pedro ha leído una novela policiaca/*Es policiaca qué novela ha leído Pedro*. Esta última frase resulta agramatical, porque a sua interpretação não pode ser exclamativa: o adjetivo não modifica toda a frase, só o substantivo.

Adjectivos como: *maravilhoso*, *soberbo*, *magnífico*, *esplêndido*, *surpreendente*, *extraordinário*, *terrível*, *avassalador*, *devastador*, *tenebroso*, *escabroso*... têm já uma ponderação superlativa incompatível com a mera asserção.

Ainda sobre a intensidade expressa no adjetivo, parece possível considerar todos os enunciados em que ocorrem adjectivos que traduzem o grau superlativo de uma propriedade como veículos de actos expressivos, pois expressam uma avaliação subjectiva a partir da intensificação.

Desta breve apresentação concluímos o seguinte: o adjetivo avaliativo tem um papel decisivo na realização dos actos expressivos. Na realização directa, fá-lo quando funciona como predicativo do complemento directo, com verbos como *achar*, *julgar*, *considerar*...; na realização híbrida (isto é, nos casos em que dois actos illocutórios são simultâneos), fá-lo inscrevendo nas frases assertivas um valor exclamativo.

Em qualquer dos casos, o estudo do adjetivo na análise dos actos illocutórios expressivos é um campo muito vasto, constituindo material de todo o interesse para investigação futura.

5.3.2. O advérbio avaliativo

O advérbio é definido pelo DT (2008: B.3.1) como “Palavra invariável em género e número. A classe dos advérbios inclui elementos com características bastante heterogéneas do ponto de vista morfológico (i), sintáctico (ii) e semântico (iii). Não obstante, qualquer advérbio (à excepção do advérbio de negação "não") pode, geralmente, ser substituído por um outro advérbio formado com o sufixo "-mente". Na maior parte dos casos, os advérbios desempenham a função sintáctica de modificadores de frase (iv), modificadores do grupo verbal (v) ou a função sintáctica de complemento oblíquo (vi) ou predicativo do sujeito (vii). Alguns advérbios podem, ainda, modificar grupos preposicionais (viii), grupos adjectivais (ix) ou grupos nominais (x).”

A heterogeneidade atribuída a esta classe de palavras justifica as variadas subclasses que apresenta: de negação, adjuntos (de tempo, lugar, modo), disjuntos, conectivos, de intensidade/ quantidade, de inclusão, de exclusão, de designação, de interrogação (de modo, de causa, de lugar, de tempo).

Como podemos seleccionar, deste vasto e heterogéneo leque de advérbios, aquele que serve, especificamente, a realização de actos illocutórios expressivos?

Optámos por dois grupos de advérbios: ao nível dos modificadores de predicado, os que ocorrem com *verbos criadores de universo de referência*, como modalizadores: *bem, mal, altamente*; ao nível dos modificadores de frase, os avaliativos (orientados para o falante): *francamente, infelizmente, sinceramente...*

A primeira opção decorre da análise do exemplo de Faria (2003) que já utilizámos para a análise do adjectivo: *Acho mal telefonar depois das dez da noite*. (Mateus et alii 2003: 78) Trata-se de um advérbio de modo, que expressa a avaliação do falante, e que serve, portanto, a modalidade apreciativa. A autora usa este enunciado para exemplificar os actos expressivos directos. Partindo deste caso, podemos, facilmente, criar exemplos semelhantes, substituindo o verbo *achar* por alguns verbos epistémicos modalizados por advérbios na mesma posição pós-verbal:

(14) Parece-me *muito bem* ignorares os que te ofendem.

(15) Considero *melhor* telefonares antes das dez.

Repare-se como a colocação do advérbio entre o verbo criador de universo de referência e a segunda oração, leva a duas construções possíveis:

- com oração subordinada substantiva completiva infinitiva [em (14) e (15)];
- com oração substantiva completiva finita [em (16) e (17)]:

(16) Parece-me muito bem que ignores os que te ofendem.

(17) Considero melhor que se telefone antes das dez.

Para além destes casos com *verbos criadores de universo de referência* que realizam, quando modalizados por advérbios de modo, actos expressivos directos, podemos alargar a outros advérbios, modificadores de predicado, a realização de actos expressivos. Veja-se:

(18) Chove *torrencialmente*.

O enunciado tem uma entoação declarativa, embora realize um acto de avaliação através do advérbio. O advérbio (modificador de predicado) descreve a acção de chover, mas fornece também “informação que não se limita a uma descrição do modo, forma ou maneira envolvidos na predicação. No entanto, essa informação é dada sob o ponto de vista do falante. Encontramos nesta subclasse advérbios como: *imperceptivelmente, arduamente, dificilmente, facilmente, bem, mal, pesadamente, inesperadamente, lamentavelmente, comicamente, admiravelmente, assombrosamente.*” (Costa 2008: 50) Ou seja, embora assertiva, a frase evidencia uma subjectividade do falante que permite considerá-la um acto ilocutório expressivo de opinião. Mas, essa avaliação é feita sem o recurso aos meios convencionais, como a frase exclamativa ou o verbo performativo; trata-se, por isso, de um enunciado ilocutoriamente híbrido.

Costa (2008) estabelece, entre os advérbios modificadores de frase (i.e., aqueles que predicam sobre toda a proposição e não apenas sobre o sintagma verbal), duas subclasses: a dos advérbios conectivos e a dos advérbios avaliativos. É sobre esta última que deverá incidir a nossa análise, pois é com estes advérbios que o falante expressa os seus juízos de valor. O autor subdivide ainda esta subclasse em: (i) advérbios avaliativos orientados para o falante; (ii) advérbios avaliativos orientados para o ouvinte; (iii) advérbios avaliativos orientados para o agente; (iv) advérbios avaliativos orientados para a enunciação. Interessa-nos, em particular, a reflexão sobre os advérbios avaliativos orientados para o falante, aqueles que fornecem informação sobre a atitude do falante

relativamente àquilo que enuncia, isto é, que expressam o estado psicológico do falante relativamente ao conteúdo proposicional do enunciado, permitindo a realização de actos ilocutórios expressivos. “Incluem-se nesta subclasse advérbios como *francamente, surpreendentemente, felizmente, infelizmente, sinceramente, honestamente, decididamente, lamentavelmente, estranhamente, incrivelmente, curiosamente e categoricamente, forçosamente, irremediavelmente, fatalmente, necessariamente, visivelmente, manifestamente, ostensivamente, notoriamente, erroneamente, exageradamente* ou *oxalá*.” (Costa 2008: 54)

Sintacticamente, o comportamento desta subclasse é em tudo semelhante à dos outros modificadores de frase: ocorrem tipicamente em posições pré-verbais. Quando ficam colocados entre o sujeito e o predicado, são, prosodicamente, pronunciados com entoação parentética. Em posição pós-verbal, ocorrem com entoação parentética, afectando a estrutura informacional dos elementos que se lhe seguem. Em posição final, são sempre precedidos de pausa. Estes advérbios nunca são usados em perguntas, nem em pedidos (actos ilocutórios directivos).

Vejamos alguns exemplos:

(19) *Lamentavelmente*, não chegaste a horas.

(20) A chuva veio, *surpreendentemente*, às cinco da tarde.

(21) O professor conseguiu manter-se calmo, *curiosamente*.⁷⁵

Em nenhum dos exemplos estamos perante actos expressivos directos: não há qualquer marcador convencional de uma força ilocutória expressiva. Porém, a presença do advérbio avaliativo, marca, semanticamente, a intenção expressiva do falante. Essa presença do falante é bem evidente nas paráfrases:

(19 a) Não chegaste a horas, *e eu acho isso lamentável*.

(20 a) A chuva veio às cinco da tarde, *e eu acho isso surpreendente*.

⁷⁵ Estes advérbios não são afectados por processos de negação ou de interrogação (*Não *lamentavelmente*, *É *surpreendentemente* que a chuva chegou?, *É *curiosamente* que?).

(21 a) O professor conseguiu manter-se calmo, *e eu acho isso curioso*.

Procurámos mostrar, com esta breve exposição, que os advérbios avaliativos veiculam a subjectividade do sujeito, em particular o seu estado psicológico relativamente ao estado de coisas especificado no conteúdo proposicional do enunciado.

É muito escassa esta apresentação sobre suportes não directos de actos ilocutórios expressivos. A metáfora, a hipérbole, a comparação ou o registo em calão não deveriam estar excluídas desta reflexão, pois constituem óptimas possibilidades de trabalho sobre a dimensão expressiva dos actos ilocutórios. Porém, este trabalho pretendia, apenas, explorar alguns recursos mais elementares, cujo estudo ao nível do ensino básico poderá permitir, posteriormente, uma análise mais elaborada e diversificada.

(...) a reflexão metalinguística (...) exercita processos mentais usados em qualquer área científica: observação de dados, detecção de regularidades, resolução de problemas, validação de hipóteses.

Lopes, 2005

IV. Proposta de didactização

Depois desta reflexão sobre o acto ilocutório expressivo, faz, para nós, todo o sentido apresentar algumas propostas de trabalho sobre o tema. A escola, e em particular a aula de Língua Portuguesa, pode constituir um espaço privilegiado para análise e debate sobre a língua que falamos e as opções de uso que dela vamos fazendo. Se os alunos mais jovens (3º ciclo) tiverem essa oportunidade de reflectir sobre as qualidades da comunicação que a língua nos permite, desenvolvem, certamente, o seu sentido cívico, crítico e até estético. Acreditamos, com a experiência que vinte anos de ensino nos permite avaliar, que o estudo do Funcionamento da Língua não é apenas um domínio de regras e conceitos teóricos sobre a gramática da língua. Ele é, ou poderá ser, um domínio de práticas de literacia, cheio de descobertas e aprendizagens sobre as imensas coisas que nós fazemos com as palavras. O desenvolvimento de uma consciência metalinguística poderá fazer evoluir o conhecimento implícito da língua para um estágio de conhecimento explícito, através de um conhecimento reflexivo, objectivo e sistematizado da estrutura e do uso do português padrão.

1. O acto ilocutório nos *Novos Programas de Língua Portuguesa* e no *Dicionário Terminológico (DT)*

O documento que constitui *Os Novos Programas de Língua Portuguesa* (Lisboa, 2008), que deverão entrar em vigor em 2010, promete trazer para a aula matérias que permitem uma análise menos descritiva do funcionamento da língua, nomeadamente com o ensino da Pragmática e Linguística Textual. As noções de acto de fala, acto directo/índirecto, acto perlocutório, actos assertivos, expressivos, directivos e compromissivos integram os conteúdos desde o 5º ano de escolaridade.

Concordamos em absoluto com a opção de substituir o par *Acto ilocutório/Acto de fala*, pela expressão *Acto de fala* apenas, pois a distinção entre os dois primeiros conceitos é complexa e gera grandes ambiguidades. Atente-se na proposta de definição de acto ilocutório constante do novo *Dicionário Terminológico* (<http://dt.dgicd.minedu.pt>)⁷⁷:

Acto que consiste em realizar, ou pretender realizar, determinado objectivo (promessa, conselho, pedido, agradecimento, etc.) mediante a produção de um enunciado cujo conteúdo proposicional está marcado pela força ilocutória expressa por verbos performativos, pelo modo do verbo, pela ordem de palavras, pela entoação, por sinais de pontuação, por advérbios, por interjeições, etc., em conformidade com a intenção do emissor e num quadro contextual apropriado.

Vejamos como se distingue da definição de acto de fala:

Produção de um enunciado num determinado contexto de interacção comunicativa, através do qual o emissor realiza ou intenta realizar uma acção, isto é, fazer algo com o enunciado produzido, sendo certo que determinadas acções – por exemplo, condenar ou absolver judicialmente, baptizar, casar, etc. – só se realizam mediante a proferição de enunciados estipulados, por quem de direito, num quadro institucional adequado.

Atendendo ao paralelismo das definições, procurámos numa das gramáticas mais usadas pelos professores de Português⁷⁸ uma distinção mais clara: “um acto ilocutório é o tipo de acção que se pretende realizar com a emissão de determinadas palavras” (p. 313). Esta definição é em tudo semelhante à que é dada para acto de fala: “um acto de fala é precisamente uma acção verbal com uma intenção comunicativa: a de fazer perguntas, dar ordens, informar, expressar opiniões, ameaçar...” (p. 311), embora se inclua o acto ilocutório nos actos de fala, tal como o locutório e o perlocutório.

Então como pode o aluno distinguir Acto ilocutório de Acto de fala?

⁷⁶ O *Dicionário Terminológico* (<http://dt.dgicd.minedu.pt/>), publicado em linha em 2008, é um documento que fixa os termos a utilizar na descrição e análise de diferentes aspectos do conhecimento explícito da língua. Trata-se de uma ferramenta imprescindível para alunos e professores, já utilizada nos Novos Programas.

⁷⁸ AZEREDO, M. Olga et al. (2006). *Da Comunicação à Expressão - Gramática Prática de Português – 3º Ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário*. Lisboa: Lisboa Editora.

Parece-nos necessário simplificar, criar um esquema referencial que os nossos alunos possam compreender, quando procuram, sem a ajuda do professor, meios para resolver as suas dúvidas.⁷⁹

Os *Novos Programas de Língua Portuguesa* serão o documento mais completo de todos os que temos ao nosso dispor para o ensino, sugerindo sítios electrónicos que, em muitos casos, se encontram em constante renovação, incorporando novas informações. De facto, era urgente ajustar os conteúdos à nossa prática diária, actualizando-os, pois como se aponta no texto introdutório: “entendia-se e entende-se que, datando de há quase duas décadas [Programas de Língua Portuguesa de 1991], chegou o momento de aqueles programas serem substituídos por outros, susceptíveis de incorporarem não apenas resultados de análises sobre práticas pedagógicas, mas também os avanços metodológicos que a didáctica da língua tem conhecido, bem como a reflexão entretanto produzida em matéria de organização curricular.” (p. 3)

Caberá agora aos professores tornar a gramática da língua um assunto acessível.

O contributo que aqui se apresenta com duas propostas didácticas vem ao encontro dessa preocupação: ajudar o professor a explicitar o que no aluno é intuitivo. Intuitivamente podemos compreender o que nos querem dizer com determinada entoação, com determinado verbo ou adjectivo. Mas seremos capazes de identificar de forma objectiva esses elementos, isto é, coincidiríamos com outras pessoas no reconhecimento desse valor? Estes exercícios pretendem testar essa realidade, entre alunos do 9º e do 10º ano de escolaridade, ainda pouco familiarizados com este tipo de reflexão linguística. É nossa intenção colocá-los em prática aquando da aplicação dos *Novos Programas*. Estas propostas parecem-nos oportunas, pois são ainda muito escassos (praticamente inexistentes) os materiais que permitem uma abordagem do acto ilocutório nas aulas de Língua Portuguesa do 3º Ciclo.

⁷⁹ O *Ciberdúvidas* é um espaço dessa natureza, fiável, cujas informações são sempre ilustradas por vários exemplos.

2. Proposta de trabalho

2.1. O acto ilocutório expressivo – 3º Ciclo (7º, 8º, 9º Anos)

Objectivos gerais: identificar o acto ilocutório expressivo e os seus objectivos; reconhecer e sistematizar os suportes linguísticos deste tipo de acto ilocutório.

GRUPO I

1. Faz corresponder as possíveis entoações das palavras/expressões da coluna da esquerda às descrições da coluna da direita (só podes seleccionar uma de cada).

1. Isto é um milagre!	a) frustração
2. Que maravilha!	b) afecto
3. Que tempestade!	c) despreço
4. Estás parvo?	d) irritação
5. É lamentável.	e) hostilidade
6. Força!	f) reprovação
7. Meu amor...	g) surpresa
8. Esquece!	h) decepção
9. Espero que cheguem bem!	i) preferência
10. Isto parte-me o coração.	j) vingança
11. Deixa estar que mas pagas!	k) alegria
12. Nem o posso ver!	l) entusiasmo
13. Detesto café.	m) desejo
14. Adoro chocolate.	n) compaixão

2. Explícita em que situações dirias:

- a) Puxa! _____
- b) Bolas! _____
- c) Então não querem lá ver?! _____
- d) Força! _____
- e) Essa agora! _____
- f) Uau! _____
- g) Muito bem! _____

GRUPO II

Apesar de se tratar de um tipo de texto que recorre a códigos nem sempre fáceis de converter em linguagem verbal, procura transformar estas tiras de BD - Calvin & Hobbes – em três textos em discurso indirecto:

A.



B.



C.



GRUPO III. Atenta nas duas tiras que se seguem.

1. Identifica os sentimentos e emoções presentes em cada uma das vinhetas.

A



B



2. Justifica a tua resposta anterior, indicando os suportes linguísticos que te permitiram, directa ou indirectamente, chegar a essas conclusões.

GRUPO IV. Apresentam-se, a seguir, três exercícios muito diferentes.

1. Transforma este diálogo substituindo os *emoticons* (ícones emocionais) e criando frases bem construídas.

- Cinema logo à noite?
- acho que n dá. A minha mãe ta-se a armar em difícil. ☹ : @
- Tao vou ter ctg + tarde
- :D
- Vemus filme tua csa?
- :)
- <3
- :\$
- bj
- beijinho

2. Na frase declarativa: “Ele veste-se como um **miserável**.”, a sílaba tónica de miserável está destacada na palavra. Na frase exclamativa: “És um **miserável!**”, o acento afectivo deverá ser colocado em que sílaba?

3. Imagina o diálogo seguinte:

Pedro – Já sabes que o teu cão está muito doente. Infelizmente, terá que ser abatido.
Pobre cão!

Marta – Podemos falar de outra coisa?

Pedro – Acho mal, a realidade acaba sempre por nos confrontar. Não lhe podemos fugir.

Marta – Essa é uma horrível verdade.

3.1. Na primeira fala de Pedro ele diz “Pobre cão!”

3.1.1. Qual o sentido do adjectivo utilizado (“Pobre”)?

3.1.2. Cria uma frase em que utilizes esse mesmo adjectivo, mas com um sentido diferente.

3.1.3.O que concluis acerca da posição do adjectivo relativamente ao nome?

3.2.A primeira intervenção de Marta constitui uma pergunta ou uma resposta? Justifica devidamente a tua resposta.

3.3.Como interpretas a reacção de Pedro a essa intervenção de Marta?

3.4.Atenta nas palavras sublinhadas.

3.4.1.Classifica as classes de palavras a que pertencem.

3.4.2.Interpreta a sua função nos enunciados.

3.5.A última fala de Marta está marcada com uma pontuação que indica uma entoação neutra, característica da frase declarativa.

3.5.1.Altera essa pontuação e indica as transformações que se operam ao nível da entoação da frase.

3.5.2.A frase sofre alguma alteração ao nível do seu sentido? Justifica a tua resposta.

GRUPO V. Tentemos criar um guia de conversação do acto de fala expressivo da atracção/ repulsa, apresentando enunciados da nossa língua que expressam essas emoções relativamente a uma pessoa, uma coisa, um feito, em diferentes registos da língua, da cuidada à coloquial.⁸⁰

Amor	Ódio, hostilidade, rancor
Amo-te; amo-a	Não posso vê-la nem pintada
Ela é o meu amor/amada/querida	Detesto-te
Estou louco por ela	Não te suporto
Gosto muito de ti	Tenho-lhe uma raiva...
Curto-te bué	Deixa estar que mas pagas...
Sou um apaixonado por Picasso	Nem me fales disso
Os Ferrari dão-lhe volta à cabeça	Odeio graffiti
Estou caidinho por ti	...
...	

Compaixão	Dureza, desprezo
Lastimo o coitado do João	Não te merecem
Tenho pena desta gente	Isso é dar pérolas a porcos
Comove-me ver tanta miséria	Não vale a pena
Isto dá cabo de mim	...
Parte-se-me o coração ao ver isto	
...	

⁸⁰ Este levantamento teve por base a obra de Jesús Fernández Cinto, *Actos de Habla de la Lengua Española* (1991), a que acrescentámos as propostas recolhidas ao longo de uma semana, numa turma de 9º ano de escolaridade.

Apreço	Desapreço
Gosto de	Não gosto de
Agrada-me	Desagrada-me
Sou grande apreciador	Detesto
Estou contente	Não podia estar pior
És a menina dos meus olhos	Desprezo-te
És um ser admirável	Não mereces a pena
Que bem!	...
Acho sensacional	
Esta sopa está de trás da orelha	
...	

Interesse	Desinteresse/Indiferença
Isso interessa-me	Isso não me diz nada
Não está nada desinteressante	Não me importa
Atraí-me	Quero lá saber
...	Deixa-me frio
	Não sei, não quero saber e tenho raiva a quem sabe
	Esse é o lado para que eu durmo melhor
	E eu ralado
	...

Preferência	Indiferença
Prefiro chocolate	(v. anterior)
Prefiro Saramago a Lobo Antunes	É-me indiferente

Gosto mais de sair aos sábados	Qualquer um está bem para mim
Gosto de cinema, mas prefiro o teatro	Entre um e outro, venha o diabo e escolha
Se tenho que escolher, fico com este	...
Entre um e outro, este é preferível	
...	

BOM TRABALHO!!! 😊

2.2. O acto ilocutório expressivo – 10º Ano

Objectivos gerais: consolidar os conhecimentos sobre actos ilocutórios; identificar o acto ilocutório expressivo e os seus objectivos.

Actividade1: Lê atentamente o texto de Eduardo Prado Coelho (texto do jornal *Público*⁸¹).

- 1.1. Comenta-o.
- 1.2. Retira do texto elementos que te permitam distinguir verbos performativos de verbos descritivos.
- 1.3. Cria uma lista de verbos performativos.

30 anos do 25 de Abril

Criado segunda-feira, 12 de Abril de 2004
Última actualização terça-feira, 27 de Abril de 2004

Que é a revolução?

Por Eduardo Prado Coelho

Gosto de explicar aos meus alunos que há verbos que constituem acções, que são verbos performativos, e que há verbos que são meras descrições. Se eu afirmar: "prometo não voltar a mexer nos teus papéis", temos uma acção: prometer. Se num romance o narrador diz que "X prometeu que não voltaria a mexer nos papéis de Y", isto é uma mera descrição. Há, portanto, um uso performativo e um uso descritivo da mesma palavra.

Quando o Presidente da Assembleia da República diz: "Esvaziem as galerias e identifiquem os culpados dos desacatos", isto é, obviamente um acto. Mas se olhar por uma das janelas do Palácio de São Bento e disser a um deputado que esteja perto: "Começou a chover", na medida em que a chuva não está no seu poder, trata-se apenas de um verbo descritivo.

Mas há casos ambíguos, ou casos em que se pode deslizar do performativo para o descritivo. Se entre um homem e uma mulher um deles declara pela primeira vez: "Amo-te", trata-se evidentemente de um acto de extremas consequências; a partir desse momento, o outro, quer ame, quer não ame, tem de se definir em relação a essa nova situação. Mas ao fim de seis anos de casamento o dizer "amo-te" pode ser entendido como mera descrição daquilo que se passa quotidianamente entre os dois.

Há neste ponto uma diferença entre os homens e as mulheres. Os homens tendem a passar mais depressa para a dimensão descritiva do "amo-te". As mulheres exigem por muito mais tempo (sempre?) o "amo-te" como um performativo. E sentem-se frustradas quando acham que ele já não existe.

Em relação à polémica revolução/evolução, o debate torna-se mais claro à luz desta problemática. É evidente que houve no início uma revolução a que se seguiu uma evolução. Neste ponto Morais Sarmiento tem razão. Mas é também manifesto que existe

⁸¹ <http://dossiers.publico.pt/noticia.aspx?idCanal=1290&id=1192061>

uma dimensão performativa na palavra "revolução" que permite dizer "eu faço uma revolução na minha vida". A revolução é da ordem do fazer. Quanto à "evolução", ela é mais algo que se enuncia deste modo: "há uma evolução na minha vida" - é algo que se descreve, que se verifica, que se deixa acontecer, mas que pertence às estratégias fatais que nos envolvem. A revolução é sempre de uma visibilidade exuberante: descentra as existências, cria voragens e precipícios, acelera a história e o coração. A evolução é invisível (daí que seja preciso uma campanha publicitária para a tornar visível), passa numa espécie de sonambulismo criador mas retraído, fica antes do sujeito, empurra-o para a história que se faz inconscientemente nas suas próprias mãos.

Da revolução poder-se-á dizer o que Michel Leiris escreveu desdobrando a palavra por dentro: "Révolution: solution de tous rêves?". A palavra "revolução" sonha, a palavra "evolução" caminha sem energia nem imaginário. Falar na Revolução de Abril é procurar manter o performativo da paixão. Aragon escreveu: "a mulher é o futuro do homem".

Actividade 2: Lê o texto que se segue (trata-se de um texto em português do Brasil, retirado de um blogue⁸²).

- Indica o acto de fala que é objecto de análise.
- Partindo da interpretação do texto, identifica as funções sociais desse acto de fala.
- Cria uma lista de enunciados que permitam realizar o acto em análise.
- Identifica as intenções da autora com a escrita deste texto.

Pedir desculpas? Eu não! [texto com adaptações]

29. 03. 2008

Por Paula Hoyos (*)

* Santarena, cursa Publicidade e Marketing na FIT.

Odeio pedir desculpas, por várias razões. Orgulho nem é a pior delas. O que mata é o que vem por trás das desculpas. Algumas situações são simples de lidar. Um pisão no pé, por exemplo, 'foi mal aê' resolve. Mas em outros casos, desculpa só soa como uma palavra vazia, que tenta reverter algo que não tem volta.

Outro dia, eu fui, digamos, um tanto quanto grossa com alguém que amo na frente de outras pessoas. Sim, eu sabia que estava fazendo asneira. Mas dentro de mim, vem brotando, lá das profundezas do pior lado do cérebro, um pensamento maldoso que toma a temida forma de uma frase extremamente ofensiva, dessas capazes de acabar com o clima de qualquer situação. E aí, depois de um papelão desses, me sinto ainda mais estúpida de ter que pedir desculpas. Como se pronunciar a palavra fosse consertar o que aconteceu...

Sim, eu sei que o objetivo de se desculpar não é reparar o passado, mas mostrar que está arrependido, que sente muito pela asneira que fez. Mas a culpa, a consciência de que a

⁸² <http://www.jesocarneiro.com/16018.html>

qualquer momento algo pode novamente acionar aquele botão da maldade, faz qualquer desculpa parecer inútil. Não para o outro, mas para mim. (...)

Desculpas não têm propriedade de fazer o fato passado entrar em ebulição e evaporar no ar. A grosseria continua lá, registrada na mente de quem sofreu com minha estupidez. Assumir o erro não faz a culpa sumir. Continuo envergonhada por um bom tempo, até provar pela convivência, que o que fiz foi exceção e não regra.

Por isso que tenho pavor de gente que faz da desculpa um hábito, um vício. Que ofende, erra, trai, mente e pensa que tudo se resolve com um olhar de cachorro que caiu da mudança e um “me desculpa”. Para agredir mais só falta dizer “sou humano”. Sou capaz de mandar cheirar o pé.

Como hoje estou num dia bom, vou ser otimista. Vou acreditar que se guardar direitinho na minha memória a sensação ruim que é se arrepender e ter que se desculpar, talvez cometa menos erros. E quando ainda assim vacilar, não vou sofrer tanto quanto ou até mais que a vítima. Porque pior que ter que pronunciar essa bendita palavra, é não admitir o erro e negar se desculpar.

BOM TRABALHO!!! ☺

A consciência sobre o carácter fragmentário e incompleto do resultado final decorre da própria complexidade e vastidão inerentes ao objecto de estudo.

Gonçalves, 2002

Conclusão

A epígrafe escolhida reflecte uma parte significativa das nossas preocupações com o trabalho que agora concluímos. De facto, o tema, nas suas múltiplas implicações, fica introduzido, mas o trabalho permitiu apenas alguma sistematização da literatura existente sobre o acto ilocutório expressivo e levantou algumas questões que carecem de maior investigação e aprofundamento. Apresentaram-se conceitos teóricos aplicados ao acto ilocutório expressivo, delineou-se uma tipologia, trabalharam-se alguns suportes linguísticos do acto expressivo em português e propuseram-se exercícios para trabalhar em sala de aula. Várias são as questões que ficam em aberto e os desafios que daqui são lançados para investigação futura.

Do estudo que fizemos no primeiro capítulo sobre as teorias de Austin e Searle, concluímos que qualquer trabalho sobre actos ilocutórios deve começar pela definição das regras ou das condições que asseguram um acto *feliz*, a saber: a *condição preparatória*, a *condição de sinceridade*, a *condição de conteúdo proposicional* e a *condição essencial*. O falante que realiza o seu acto ilocutório, tendo asseguradas estas condições e cooperando com o seu interlocutor no sentido de ser sincero, claro, conciso, pertinente, é um falante empenhado no(s) objectivo(s) do seu enunciado. No entanto, na observação das interacções conversacionais, deparamo-nos inúmeras vezes com enunciados que não são literalmente interpretáveis, e o interlocutor tem de fazer um esforço acrescido de inferência para descodificar as implicaturas.

Na primeira parte deste trabalho, foram levantadas e discutidas as questões teóricas que a análise da dimensão accional da linguagem convoca. Na segunda parte, apresentou-se um quadro teórico sobre o acto ilocutório expressivo. Da investigação levada a cabo, concluímos que os actos ilocutórios expressivos poderiam ser organizados em duas áreas:

- actos expressivos emotivos, que são realizados na expressão de gostos, de emoções, de sentimentos;

- actos expressivos avaliativos, que são realizados na expressão de opiniões favoráveis/desfavoráveis, na expressão de juízos de valor.

Tivemos em conta a proposta de Heringer e Lima (1987: 184-197), que apresentam os actos expressivos separados dos avaliativos, contrariamente às outras fontes consultadas. Mas discordamos dela por se basear na distinção entre expressar um estado psicológico, no caso dos expressivos, e expressar uma “atitude favorável/desfavorável”, no caso dos avaliativos. Esta distinção parece-nos pouco consistente, pois manifestar uma *atitude avaliativa* é expressar um *estado psicológico*. Mantemos, assim, a nossa proposta.

Relativamente à tipologia dos actos expressivos, será importante recordar que muitos deles são actos meramente sociais, institucionais, isto é, não é uma condição necessária à sua realização que o falante experimente de facto o estado psicológico inerente ao acto: quando *pede desculpa*, não tem de estar realmente arrependido, ou quando *felicita* o seu interlocutor, não tem de estar realmente feliz pelo seu sucesso. Daí que seja pouco relevante centrar a análise deste tipo de actos ilocutórios nas emoções expressas, devendo optar-se por outro critério mais objectivo, por exemplo as funções sociais desempenhadas por cada enunciado expressivo. Isto não invalida que possa haver expressão sincera de sentimentos de gratidão ou arrependimento através de actos expressivos.

A terceira parte do trabalho foi consagrada a uma tentativa de sistematização dos suportes linguísticos dos actos ilocutórios expressivos em português. Num quadro de abordagem clássico, em que o suporte do acto é basicamente a frase, analisámos a força ilocutória de enunciados com alguns suportes linguísticos da modalidade apreciativa, nomeadamente o adjetivo e o advérbio avaliativos. Apesar de normalmente associados a outros indicadores da força ilocutória expressiva, concluímos que ambos podem constituir, *per se*, suportes de actos expressivos. A sua presença em enunciados assertivos, expressos em frases declarativas, “contamina” a força ilocutória assertiva, tornando esses enunciados híbridos, uma conjugação de intenções expressivas e assertivas.

Acrescentámos ainda ao trabalho um contributo para o estudo do acto ilocutório expressivo em sala de aula, com fichas de trabalho para o terceiro ciclo e para o ensino secundário, que poderá ser de alguma relevância, agora que os Novos Programas de Língua Portuguesa integram este conteúdo.

Desta conclusão decorre uma questão relevante para o estudo dos actos ilocutórios expressivos: quando integrados numa análise do discurso, podem ser considerados actos preparatórios de outros actos; não necessariamente secundários, mas preparatórios. O acto de *pedir desculpa* é, muitas vezes, um acto que prepara, por exemplo, um acto directivo, mitigando o seu carácter de “face threatening act”, como acontece no seguinte fragmento discursivo: *Desculpe lá, pode sentar-se na outra cadeira? Essa está reservada.*

Em futuros trabalhos, a análise das articulações que no discurso efectivo se dão entre actos sequenciais poderia levar-nos à detecção de indirectão expressiva. Teríamos então actos expressivos indirectos: a) quando, em interacção, os enunciados se tornam relevantes em conjunto com o enunciado anterior; b) quando, em interacção, os enunciados contêm implicaturas conversacionais com função de respostas cujo sentido pragmático tanto pode ser de avaliação positiva como negativa. Por exemplo:

A – Gostas do meu vestido?

B – *Podemos mudar de assunto?*

Ou:

A – Como é possível dizeres isso acerca do meu vestido?

B – *Já cá não está quem falou.*

Nestes exemplos, vemos que as dimensões interactivas e sequenciais dos enunciados permitem a realização de sentidos que eles não têm quando analisados isoladamente. Parece-nos um desafio interessante para investigação futura a criação de um *corpus* de enunciados que permitam este tipo de análise. O trabalho que apresentámos pode constituir a primeira etapa dessa abordagem, contribuindo para a análise do acto ilocutório expressivo através do enunciado frásico, a unidade mínima do acto ilocutório. Numa segunda etapa, será possível partir para a análise do acto ilocutório no discurso, por exemplo, no diálogo.

Speech act theory is clearly in need of empirical examination if it is to be a viable account of how people use language. In this regard, speech act theory has been criticized for being too idealized, for not being relevant for actual verbal interactions (e.g., Levinson, 1983). However, little empirical research has been conducted on speech act theory, and so its relevance remains an open issue. (Holtgraves 2005: 2041)

ANEXO I

Sugestão de resolução das actividades propostas**3º CICLO****GRUPO I**

1.

1. Isto é um milagre! K	a) frustração
2. Que maravilha! G	b) afecto
3. Que tempestade! D	c) despreço
4. Estás parvo? F	d) irritação
5. É lamentável. H	e) hostilidade
6. Força! L	f) reprovação
7. Meu amor... B	g) surpresa
8. Esquece! A	h) decepção
9. Espero que cheguem bem! M	i) preferência
10. Isto parte-me o coração. N	j) vingança
11. Deixa estar que mas pagas! J	l) alegria
12. Nem o posso ver! E	m) entusiasmo
13. Detesto café. C	n) desejo
14. Adoro chocolate. I	o) compaixão

2.

- a) *Puxa!* - Irritação; admiração.
- b) *Bolas!* - Irritação.
- c) *Então não querem lá ver?!* - Indignação.
- d) *Força!* - Entusiasmo; exortação.
- e) *Essa agora!* - Surpresa; irritação.
- f) *Uau!* - Espanto; deslumbramento.
- g) *Muito bem!* - Aprovação.

GRUPO II (Nota: este exercício permitirá um melhor trabalho ao nível da expressividade, se houver alguma flexibilidade na aplicação das regras de transformação do discurso directo em indirecto.)

A. Calvin e Hobbes vão ordenando silêncio um ao outro enquanto procuram, silenciosamente, descer as escadas, vestir os agasalhos e sair para a rua. É noite alta. Então, gritam aos papões que morram, que morram, enquanto soltam uma gargalhada. Os *papões* são os pais que, acordando estremunhados, ficam assustadíssimos.

B. Calvin e Hobbes estão sentados em volta de um tabuleiro. Hobbes propõe que façam outra pergunta, Calvin diz que tem uma pronta. Então, dirigindo-se ao *grande tabuleiro*, Calvin pergunta se, quando for crescido, será presidente. Hobbes exclama que (o dado?) está a mexer-se e Calvin começa a formar a resposta. “De... us...” que Hobbes acaba: “...nos... li... vre.” Calvin fica muito irritado, dá um pontapé ao tabuleiro e exclama, dirigindo-se ao *estúpido tabuleiro* que, quando quiser um editorial, o pede.

C. Num estado de grande excitação e alegria, Calvin e Hobbes saltam na cama, enquanto Calvin grita que é sábado. Já em frente à televisão, Calvin procura perceber o que é que se passa. Irritado, pergunta porque é que não há desenhos na Tv e diz que só se vê a mira técnica. Hobbes, consultando um folheto, informa que ali dizem que não começam antes das 6H30. Calvin solta uma interjeição de irritação: ainda faltam 45 minutos. Então, propõe fazerem corridas nas escadas. Na última vinheta, vemos os pais de Calvin, cheios de sono, incomodados com os barulhos que vêm das escadas (Bang! * Bonk...), e a mãe pergunta, retoricamente, porque é que ele não se levanta assim em dias de escola. O pai pergunta-lhe se ela não quer ir partir-lhe as pernitias.

GRUPO III

1. e 2.

A - Na 1ª tira Calvin manifesta uma grande satisfação. Essa satisfação está expressa na utilização do verbo adorar, conjugado na 1ª pessoa do singular do presente do indicativo (Eu adoro isto).

B – Na 2ª tira, Calvin fica contente por a mãe reconhecer que ele arrumou o quarto antes de ela o ter mandado fazê-lo. Esse contentamento é expresso através de um Calvin

sorridente ocupando toda a vinheta. Na última vinheta, através de uma frase exclamativa, Calvin avisa a mãe de que aquilo não se tornará um hábito.

GRUPO IV

1.

- Cinema logo à noite? (**Vamos ao cinema logo à noite?**)
- Acho que n dá. A minha mãe ta-se a armar em difícil. ☹ : @ (**Acho que não posso ir. A minha mãe não me deixa ir. Por isso, estou triste e zangada!**)
- Tao vou ter ctg + tarde (**Então vou ter contigo mais tarde.**)
- :D (**Fico contente!**)
- Vemus filme tua csa? (**Vemos um filme em tua casa?**)
- :) (**Boa ideia!**)
- <3 (**Adoro-te!**)
- :\$ (**Estás a deixar-me envergonhada...**)
- bj (**Um beijinho para ti.**)
- beijinho (**Para ti também.**)

2. Na frase exclamativa: “És um **miserável!**”, o acento afectivo deverá ser colocado na sílaba **mi-**, para reforçar a indignação.

3.1.1. O sentido do adjectivo utilizado, “Pobre”, é desgraçado, coitado.

3.1.2. Moçambique é um país pobre.

3.1.3. O adjectivo em posição pré-nominal tem um sentido figurado; em posição pós-nominal tem um sentido literal.

3.2. A primeira intervenção de Marta constitui uma pergunta que é um pedido relativo à informação que Pedro lhe dera. Como lhe desagrada falar na morte do cão, ela faz uma

pergunta que não pretende ser respondida: a pergunta deve ser interpretada como um pedido para não falarem daquele assunto.

3.3. Pedro discorda da atitude evasiva de Marta, ele não pretende corresponder ao pedido dela.

3.4.1. *Infelizmente*: advérbio (de modo); *mal*: advérbio (de modo); *horrível*: adjectivo.

3.4.2. Os advérbios destacados e o adjectivo expressam, nas frases, a opinião do falante e a sua avaliação acerca da situação (o cão ter de ser abatido; fugir à realidade; essa verdade).

3.5.1. Essa é uma horrível verdade! A frase exclamativa é dita com uma entoação final ascendente.

3.5.2. A frase não sofre alteração ao nível do seu sentido, porque a presença do adjectivo avaliativo já marcava a presença da emoção do falante na frase./ A frase sofre alguma alteração, porque é mais expressiva do que a anterior; porém, a presença do adjectivo avaliativo na declarativa já tinha conferido à frase um carácter expressivo. (Nota: as duas respostas são aceitáveis.)

GRUPO V. Este exercício é apresentado já com bastantes sugestões, pelo que não se justifica uma proposta de correcção.

SECUNDÁRIO

Actividade 1

1.1. Referir a existência de verbos performativos/ verbos descritivos; o verbo amar como “performativo” para as mulheres e “descritivo” para os homens; o verbo amar começa a ser conjugado como “performativo”, mas com o desgastar da relação amorosa evolui (involui) para “descritivo”;⁸³ o paradigma da revolução/evolução como uma versão do performativo/descritivo: a revolução é da dimensão do agir, a evolução é da dimensão do

⁸³ Mantemos as aspas para reforçar a apropriação que Prado Coelho faz das designações linguísticas *performativo* e *descritivo*. Em rigor, o verbo amar, sendo estativo, não é um verbo performativo. No entanto, pode funcionar (ou não) como suporte de um acto expressivo genuíno, e o texto joga com esta “duplicidade”.

assistir, na primeira o sujeito é activo, na segunda o sujeito é passivo; falar na “Revolução de Abril” é procurar a performatividade, é impedir que caia no plano descritivo.

1.2. Os verbos performativos *realizam* acções, são aqueles em que o locutor realiza o acto denotado pelo verbo; estão, normalmente no presente do indicativo, na 1ª pessoa. Os verbos descritivos *descrevem* acções, referem acções que não se realizam com o acto de dizer. Assim, se eu disser “eu prometo” é um performativo, se disser “eu prometi”, é um descritivo.

1.3. Jurar, prometer, garantir, certificar...

Actividade 2

2.1. O acto de fala que é objecto de análise é o acto expressivo de pedir desculpas.

2.2. Algumas funções sociais desse acto, sugeridas no texto, são: manter relações de cordialidade, expressar arrependimento, lamentar o sucedido, garantir (de alguma forma) que se vai tentar não repetir.

2.3. Desculpe; as minhas desculpas; peço perdão; lamento muito; oh! que desastrada sou; foi sem intenção...

2.4. O texto funciona como um lembrete: a sensação de pedir desculpas, quando o pedido é sincero e não mero ritual de cordialidade, é desagradável, portanto há que eliminar as causas desse pedido: prevenir, para não ter de remediar.

BIBLIOGRAFIA e WEBLIOGRAFIA

ALONSO-CORTÉS, Ángel (1999), “Las construcciones exclamativas. La interjección y las expresiones vocativas”, in Ignácio Bosque e Violeta Demonte, *Gramática descriptiva de la lengua española*. Publicação Madrid: Editorial Espasa Calpe, pp: 3993-4050.

AUSTIN, J. (1962), *How to do things with words*. Oxford: Clarendon Press.

BALLY, Charles (1944), *Linguistique générale et linguistique française*. 2^{de} édition entièrement refondue, Berne, A. Francke S. A. (1^a ed. 1932).

BELO, Fernando (1991), *A Conversa, Linguagem do Quotidiano: Ensaio de Filosofia e Pragmática*. Lisboa: Presença.

BRANQUINHO, João, MURCHO, Desidério (2001), *Enciclopédia de termos lógico-filosóficos*, <http://www.gradiva.pt/livros.asp?C=21> (consulta: 09-05-2008).

BRITO, Ana Maria *et alii* (2003), “Estrutura da frase simples e tipos de frase” in Mateus *et alii*, *Gramática da Língua Portuguesa*. 5^a edição revista e aumentada, Lisboa: Caminho, pp. 435-506.

BROWN, Penelope & LEVINSON, Stephen (1987), *Politeness: Some universals in language usage*. Cambridge: Cambridge University Press.

BROWN, Gretchen P. (1980), “Characterizing Indirect Speech Acts”, in *American Journal of Computational Linguistics*. Volume 6, Number 3-4, July-December, pp. 150-166.

BROWN, G., YULE, G. (1983), *Discourse Analysis*. Cambridge: Cambridge University Press.

CAMPOS, H. C., XAVIER, M. F. (1991), *Sintaxe e Semântica do Português*. Lisboa: Universidade Aberta.

CAMPOS, Maria Henriqueta Costa (2004), “A Modalidade Apreciativa: Uma Questão Teórica”, in Fátima Oliveira / Isabel Margarida Duarte (orgs.) *Da língua e do*

discurso. Porto: Campo das Letras, pp. 265-282.

CASANOVA, Isabel (1990), *Actos Ilocutórios Directivos: A Força do Poder ou o Poder da Persuasão*. Tese de Doutoramento. Lisboa: Universidade de Lisboa.

COLE, P. & MORGAN, J.L. eds. (1975), *Syntax and Semantics: Speech Acts*. New York: Academic Press.

COSTA, João (2008), *O Advérbio em Português Europeu*. Lisboa: Edições Colibri.

CRYSTAL, David (2006), *Language and the Internet*. Cambridge: Cambridge University Press [2ª edição].

CUNHA, Celso, e CINTRA, Luís F. Lindley (1995), *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Lisboa: Edições João Sá da Costa (1ª ed. 1984).

CUNHA, Luís Filipe, FERREIRA, Idalina (2004), “Tipologia de Adjectivos e Construções Predicativas com *Ser* e *Estar* em Português Europeu”, in Freitas, Tiago, e Mendes, Amália, (orgs.), *Actas do XIX Encontro Nacional da APL*. Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística, pp. 421-432.

DAVISON, Alice (1975), “Indirect Speech Acts and what to do with them”, in Cole, Peter, Morgan, Jerry L. (eds.), *Syntax and Semantics, Volume 3, Speech Acts*. New York: Academic Press, pp. 143-185.

DÖRGE, Friedrich Christoph (2004), *Illocutionary acts: Austin's account and what Searle made out of it*, Inaugural-Dissertation zur Erlangung des Grades eines Doktors der Philosophie der Fakultät für Philosophie und Geschichte der Eberhard-Karls-Universität Tübingen. http://deposit.ddb.de/cgi-bin/dokserv?idn=979505232&dok_var=d1&dok_ext=pdf&filename=979505232.pdf (consulta em 28.02.09)

DT *Dicionário Terminológico* (2008), Ministério da Educação, <http://dt.dgicd.min-edu.pt/> (consulta em 28.02.09)

DUARTE, Inês (2000), *Língua Portuguesa. Instrumentos de Análise*. Lisboa: Universidade Aberta.

- FARIA, Isabel Hub *et alii*, orgs. (1996), *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho.
- FARIA, Isabel Hub (2003), “O uso da linguagem”, in Mateus *et alii*, *Gramática da Língua Portuguesa*. 5ª edição revista e aumentada, Lisboa: Caminho, pp. 57-84.
- FERREIRA, Júlia Dias (1981), *Uma Retórica da Tolerância. Os Processos da Ironia na Obra de Chaucer*. Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- FIGUEIREDO, Olívia e Eunice FIGUEIREDO (2003), *Dicionário Prático para o Estudo do Português – Da Língua aos Discursos*. Porto: ASA.
- FONSECA, Fernanda Irene (1994), *Gramática e Pragmática. Estudos de Linguística Geral e de Linguística Aplicada ao Ensino do Português*. Porto: Porto Editora.
- FONSECA, Joaquim (1985), "Sintaxe, Semântica e Pragmática das Comparações Emblemáticas e Estruturas Aparentadas", in *Revista da Faculdade de Letras: Línguas e Literaturas*, Volume 2, pp. 213-250. Disponível em *Repositório Aberto da Universidade do Porto*, <http://repositorio.up.pt/aberto/handle/10216/8901> (consulta em 12. 03.09).
- GOFFMAN, Erving (1981), “Response cries”, in *Forms of Talk*. Oxford: Blackwell.
- GOFFMAN, Erving (1982), *Interaction Ritual: Essays on face-to-face behavior*. New York: Pantheon Books.
- GONÇALVES, Miguel (2002), *A Interjeição em Português – Contributo para uma Abordagem em Semântica Discursiva*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- GOUVEIA, Carlos (1996), “Pragmática”, in *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho, pp. 383-419.
- GOUVEIA, Carlos (2008), “Actos de Fala”, in MATEUS, Maria Helena Mira, Dulce Pereira e Glória Fischer (eds.), *Diversidade Linguística na Escola Portuguesa*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 207-212.

- GRICE, H.P. (1975), “Logic and conversation”, in P. Cole and J. Morgan (eds), *Syntax and Semantics 3: Speech Acts*. New York: Academic Press, pp. 41–58.
- HAVERKATE, H. (1993), “Acerca de los actos de habla expresivos y comisivos en español”, in *Aproximaciones pragmalingüísticas al español*. Colección Diálogos Hispánicos, 12. Amsterdam: Editorial de la Universidad de Amsterdam, pp. 149-80.
- HOLTGRAVES, Thomas and ASHLEY, Aaron (2001), “Comprehending illocutionary force”, in *Memory & Cognition*. Muncie, Indiana: Ball State University, pp. 83-90.
- HOUAISS, António, org. (2003), *Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa*. Lisboa: Temas & Debates, 3 vols.
- HURFORD, J. (2008), “The evolution of human communication and language”, in Patrizia D’Ettorre and David Hughes (eds), *Sociobiology of Communication: an interdisciplinary perspective*. Oxford: Oxford University Press, pp. 249-264.
- KAPLAN, D. (1977), “Demonstratives”, in J. Almog, J. Perry and H. Wettstein (eds), *Themes from Kaplan*. New York: Oxford University Press, pp. 481–563.
- KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine (1980), *L’énonciation: de la subjectivité dans le langage*. Paris: Armand Colin.
- KIPARSKY, P. & C. KIPARSKY (1971), “Fact”, in D. Steinberg & L. Jakobovits (eds.) *Semantics: an interdisciplinary reader*. Cambridge: Cambridge University Press. pp. 345-369.
- LEECH, Geoffrey N. (1983), *Principles of Pragmatics*. Longman Linguistics Library, London /New York: Longman.
- LEVINSON, Stephen C. (1983), *Pragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- LIMA, José Pinto de (1998), *Linguagem e Acção: da Filosofia Analítica à Linguagem Pragmática*. Lisboa: Apáginastantas.
- LIMA, José Pinto de (2006), *Pragmática Linguística*. Lisboa: Editorial Caminho.

- LOMAS, Carlos (2003), *O Valor das Palavras*. Porto: Asa, 2 vols.
- LOPES, Ana Cristina Macário, RIO-TORTO, Graça (2007), *Semântica*. Lisboa: Editorial Caminho.
- LOPES, Ana Cristina Macário (2005), “O conhecimento sobre a língua: algumas reflexões”, in M. de L. Dionísio e R. V. de Castro (orgs.), *O Português nas Escolas. Ensaio sobre a língua e a literatura no ensino secundário*. Coimbra: Almedina, pp. 147-157.
- MAIA, Belinda Mary Harper Sousa (1994), *A Contribution to the Study of the Language of Emotion in English and Portuguese* (Tese Doutoramento). Porto: Faculdade Letras.
- MATEUS *et alii* (2003): *Gramática da Língua Portuguesa*, 5ª edição revista e aumentada, Lisboa: Caminho.
- MATEUS, M^a Helena, XAVIER, M^a Francisca, orgs. (1992), *Dicionário de Termos Linguísticos*. Associação Portuguesa de Linguística, 2 vols.
- NORRICK, Neal R. (1978), “Expressive illocutionary acts”, in *Journal of Pragmatics*, Volume 2, Issue 3, pp. 277-291.
- OLIVEIRA, Fátima (2003), “Modalidade e modo” in Mateus *et alii*, *Gramática da Língua Portuguesa*. 5ª edição revista e aumentada. Lisboa: Caminho, pp. 245-247.
- POTTS, Christopher (2006), “The expressive dimension”, in *Theoretical Linguistics* (2007), vol. 33, pp.165-198, versão em linha, disponível em <http://people.umass.edu/potts/papers/potts-expressives06.pdf> (consulta em 28.01.09).
- RÉCANATI, François (1987), *Meaning and Force: The Pragmatics of Performative Utterances*. Cambridge: Cambridge University Press.
- RODRIGUES, Maria da Conceição Carapinha (1998), “A sequência discursiva pergunta-resposta”, in *A Organização e o Funcionamento dos Discursos, Estudos sobre o*

Português. Tomo II, Joaquim Fonseca (org.), Clara Barros, M^a Conceição C. Rodrigues, Porto: Porto Editora, pp. 11-222.

SEARLE, John R. (1969), *Speech Acts. An Essay in the Philosophy of Language*. Cambridge: Cambridge University Press.

SEARLE, John R. (1975): "Indirect Speech Acts", in P. Cole and J. Morgan (eds), *Syntax and Semantics 3: Speech Acts*. New York: Academic Press, pp. 59–82.

SEARLE, John R. (1979), *Expression and Meaning. Studies in the Theory of Speech Acts*. Cambridge: Cambridge University Press.

SEARLE, John R. (1983), *Intentionality. An Essay in the Philosophy of Mind*. Cambridge: Cambridge University Press.

SILVA, Maria Manuela de Cabo Carvalho Marques (1994), *Modos Culturais de Expressão Linguística dos Fenómenos de Delicadeza: Inglaterra e Portugal* (Tese de Mestrado). Lisboa: Faculdade Letras.

VALENTIM, Helena (2007), "Modos gramaticais e modalidades. Algumas particularidades do Português Europeu", in *Diálogos com a Lusofonia*, Colóquio comemorativo dos 30 anos da secção Portuguesa do Instituto de Estudos Ibéricos e Ibero-Americanos da Universidade de Varsóvia (10 e 11 de Dezembro de 2007, Universidade de Varsóvia, Livro das Actas), pp. 472-490, disponível em http://iberystyka-uw.home.pl/pdf/Dialogos-Lusofonia/Coloquio_ISIiIUW_34_VALENTIM-Helena_Modos-gramaticais-e-modalidades.pdf (consulta em 25-09-2008).

VANDERVEKEN, Daniel (2/2001), "Illocutionary logic and discourse typology", in *Revue internationale de philosophie*. Volume 55, pp. 243-255, disponível em <http://www.uqtr.ca/~vandervk/DiscourseTypology.pdf> (consulta em 03-01-2009).

VILELA, Mário (1999), *Gramática da Língua Portuguesa: gramática da palavra, gramática da frase, gramática do texto*. Coimbra: Livraria Almedina [1^a ed. 1995].

WHARTON, Tim (2003), “Interjections, language and the ‘showing/saying’ continuum”, in *Pragmatics & Cognition*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, pp. 39-91.